



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO- CAMPUS CARAGUATATUBA
TECNÓLOGO DE PROCESSOS GERENCIAIS**

LUCAS ANUNCIÇÃO CRUZ

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO FINANCEIRO E HÁBITOS DE GESTÃO
FINANCEIRA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE CARAGUATATUBA-SP**

CARAGUATATUBA

2025

LUCAS ANUNCIÇÃO CRUZ

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO FINANCEIRO E HÁBITOS DE GESTÃO
FINANCEIRA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE CARAGUATATUBA-SP**

Produto de Investigação Científica e Tecnológica - PICT, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, como exigência parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Processos Gerenciais

Orientador: Professor Doutor Roberto Costa Moraes

CARAGUATATUBA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do IFSP Campus Caraguatatuba

C957a Cruz, Lucas Anunciação
Análise do conhecimento financeiro e hábitos de gestão financeira dos alunos do Ensino Médio de Caraguatatuba-SP. / Lucas Anunciação Cruz. -- Caraguatatuba, 2025.
96 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Costa Moraes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Processos Gerenciais) -- Instituto Federal de São Paulo, Caraguatatuba, 2025.

1. Processos gerenciais. 2. Educação financeira. 3. Hábitos de gestão financeira. 4. Conhecimento financeiro. I. Moraes, Roberto Costa, orient. II. Instituto Federal de São Paulo. III. Título.

CDD: 658



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS CARAGUATATUBA
FUC COORD. CURSO SUP TECNOL PROC GERENC.**

OFÍCIO Nº 41/2025 - CPG-CAR/DAE-CAR/DRG/CAR/IFSP

LUCAS ANUNCIÇÃO CRUZ

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO FINANCEIRO E HÁBITOS DE GESTÃO FINANCEIRA DOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO DE CARAGUATATUBA-SP**

Produto de Investigação Científica e Tecnológica - PICT, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, como exigência parcial à obtenção do título de Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador: Doutor Roberto Costa Moraes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Igor Vasconcelos Nogueira

Prof. Especialista Ernesto Donizetti Aparecido da Silva

Documento assinado eletronicamente por:

- **Roberto Costa Moraes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 27/06/2025 08:57:10.
- **Igor Vasconcelos Nogueira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 27/06/2025 10:12:05.
- **Ernesto Donizetti Aparecido da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 27/06/2025 12:38:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/06/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 978586

Código de Autenticação: d4db58c567



OFÍCIO Nº 41/2025 - CPG-CAR/DAE-CAR/DRG/CAR/IFSP

AVENIDA BAHIA, 1739, INDAIÁ, CARAGUATATUBA / SP, CEP 11665-071

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso primeiramente a Deus, pela força e sabedoria em todos os momentos. À minha família, pelo amor incondicional e por acreditarem nos meus sonhos. À minha namorada, pelo incentivo diário e por compartilhar comigo cada vitória e cada desafio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Leda Anunciação Cruz e Paulo Acácio da Cruz, que foram, desde o início, minha maior fonte de motivação e exemplo de dedicação. Foi o amor e a confiança de vocês que me impulsionaram a encarar cada desafio deste TCC com coragem e determinação.

À minha namorada, Sophia Carvalho Antonichen, cujo apoio inabalável fez toda a diferença nos momentos mais tensos. Obrigado por trazer paz aos meus dias de estudo intenso, por me escutar incansavelmente enquanto eu praticava a apresentação e por me dar forças para seguir em frente quando tudo parecia difícil.

Aos meus sogros, Sônia Carvalho Antonichen e Joel da Silva Antonichen, que sempre me estenderam palavras de encorajamento e gestos de carinho. Suas atitudes generosas foram fundamentais para eu manter a serenidade e a confiança até o dia da defesa.

Ao IFSP – Campus Caraguatatuba e a todo o corpo docente, pela estrutura, conhecimento e dedicação que garantiram as condições necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os familiares, amigos e colegas que prestigiaram minha apresentação e tornaram este momento ainda mais especial. Cada palavra de incentivo e cada sorriso na plateia tornaram este sonho de concluir o TCC uma realidade inesquecível.

A todos, meu sincero muito obrigado!

“Uma lição sem dor não significa nada. É impossível ganhar sem sacrificar algo.”
Edward Elric (Fullmetal Alchemist)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma investigação quantitativa e descritiva sobre o conhecimento financeiro e os hábitos de gestão financeira de 157 estudantes do ensino médio da rede pública de Caraguatatuba-SP. A pesquisa, conduzida entre 21 de abril e 25 de maio de 2025, utilizou questionários estruturados em cinco blocos temáticos: características demográficas, percepção sobre educação financeira, conhecimento de conceitos básicos, fontes de aprendizado e práticas financeiras cotidianas. Os dados revelam que a maioria dos alunos reconhece a importância do planejamento orçamentário e dos investimentos para o futuro, mas apresenta lacunas de compreensão em termos como “inflação” e “renda fixa”. A internet surge como principal fonte de aprendizado, ultrapassando o ensino formal, e há forte demanda por inclusão obrigatória de educação financeira no currículo escolar. Os resultados apontam para a necessidade de políticas e práticas educativas mais sistemáticas e contextualizadas, capazes de reforçar tanto o conhecimento conceitual quanto a aplicação prática, contribuindo para a formação de jovens mais preparados para decisões financeiras conscientes.

Palavras-chave

educação financeira; hábitos de gestão financeira; conhecimento financeiro; ensino médio; Caraguatatuba-SP.

ABSTRACT

This study presents a quantitative and descriptive investigation of financial literacy and financial management habits among 157 public high school students in Caraguatatuba–SP. The survey, conducted from April 21 to May 25, 2025, employed structured questionnaires organized into five thematic blocks: demographic characteristics, perceptions of financial education, knowledge of basic concepts, sources of learning, and everyday financial practices. The data reveal that most students recognize the importance of budget planning and investments for the future but exhibit gaps in understanding terms such as “inflation” and “fixed income.” The Internet emerges as the primary learning source, surpassing formal education, and there is strong demand for mandatory inclusion of financial education in the school curriculum. The results point to the need for more systematic and contextualized educational policies and practices capable of reinforcing both conceptual knowledge and practical application, thereby contributing to the formation of young people better prepared for conscious financial decision making.

Keywords

financial education; financial management habits; financial literacy; high school; Caraguatatuba–SP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO...	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	7
2.1.1 PLANEJAMENTO MENSAL E ORÇAMENTO	8
2.2 INVESTIMENTOS	10
2.2.1 TIPOS DE INVESTIMENTOS	12
2.2.2 PERFIL DO INVESTIDOR	17
2.2.3 PLATAFORMAS DE INVESTIMENTOS	18
2.2.4 RISCO E RETORNO	20
2.2.5 DIVERSIFICAÇÃO	21
2.2.6 LIQUIDEZ	22
2.2.7 PLANEJAMENTO E DISCIPLINA	23
3. METODOLOGIA	23
3.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA	24
3.2 OBJETO DE ESTUDO	25
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	26
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	27
4.1 IDENTIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS RESPONDENTES	28
4.2 ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUAS VIDAS	37
4.3 ENTENDENDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DO ESTUDANTES SOBRE CONCEITOS FINANCEIROS BÁSICOS	55
4.4 LEVANTAMENTO SOBRE AS PRINCIPAIS FONTES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES	71
4.5 EXPLORAÇÃO SOBRE OS HÁBITOS FINANCEIROS DOS ESTUDANTES	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira tem ganhado destaque tanto no cenário econômico quanto no ambiente corporativo, principalmente devido ao crescimento do endividamento das famílias e à necessidade de decisões financeiras mais inteligentes. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor mostram que, em abril de 2025, 77,6% das famílias brasileiras estavam endividadas, apontando que grande parte da população enfrenta dificuldades para lidar com seu orçamento (CNN BRASIL, 2025).

A falta de conhecimento sobre finanças pessoais e investimentos agrava ainda mais esse cenário. Segundo relatório da OCDE sobre literacia financeira, cerca de 45% dos estudantes brasileiros de 15 anos estão no nível mais baixo de proficiência em finanças, número consideravelmente inferior à média global de 18%, o que reforça a necessidade urgente de educação financeira eficaz (OCDE via Reddit, 2024).

No Brasil, apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecer a importância da educação financeira, esse tema ainda não é explorado de forma suficiente nas escolas, o que pode gerar um “analfabetismo financeiro” e comprometer a capacidade dos jovens de gerir seus recursos de forma consciente. Em Caraguatatuba, cidade fortemente influenciada pelo turismo e pelos serviços, a situação pode ser ainda mais crítica, já que os jovens que estão concluindo o ensino médio poderão enfrentar, futuramente, desafios financeiros importantes no mercado de trabalho e na administração dos recursos de uma empresa.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: Qual a percepção dos estudantes do ensino médio de escolas públicas de Caraguatatuba-SP sobre a importância da educação financeira e qual o grau de conhecimento em finanças pessoais, considerando as lacunas identificadas, as fontes de aprendizado utilizadas e os hábitos financeiros que adotam?

Para tanto, o estudo tem como objetivo geral compreender como os estudantes do ensino médio de escolas públicas de Caraguatatuba-SP percebem a importância da educação financeira e qual o seu nível de conhecimento sobre finanças pessoais.

Nesse sentido, para atingir o objetivo geral, terá como objetivos específicos: Avaliar a percepção dos estudantes sobre a importância da educação financeira para sua vida e futuras decisões no ambiente administrativo; Quantificar o nível de conhecimento dos alunos sobre conceitos financeiros básicos, como poupança, investimentos, juros compostos e outros; Identificar as principais fontes de informação que os alunos utilizam para aprender sobre finanças pessoais (por exemplo, família, internet, escola); Analisar as lacunas existentes no conhecimento financeiro dos estudantes.

Esta pesquisa, de caráter quantitativo e descritivo, visa coletar dados por meio de questionários aplicados a estudantes de escolas públicas e privadas de Caraguatatuba. Os resultados serão analisados estatisticamente para identificar padrões e tendências que possam contribuir para uma melhor compreensão do perfil financeiro dos jovens, oferecendo subsídios para futuras práticas de gestão financeira no meio administrativo.

A relevância deste estudo reside na necessidade de formar profissionais que, além de bem preparados academicamente, possuam um sólido entendimento dos conceitos financeiros. Assim, espera-se que os resultados possam ajudar a orientar políticas e práticas de gestão que visem reduzir os índices de inadimplência e melhorar a qualidade das decisões financeiras pessoais e empresariais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentado os conceitos teóricos que fundamentam a relação entre educação financeira e investimentos, com o objetivo de contextualizar como esses temas se conectam para promover decisões econômicas mais conscientes e estratégicas. O propósito é guiar o leitor por uma estrutura que parte da base educacional necessária para compreender o universo financeiro até as práticas de investimento que transformam conhecimento em resultados concretos.

Ademais, será abordado as características da educação financeira, destacando seu papel como alicerce para a autonomia individual e coletiva. Desse modo, se discutirá como ela vai além de cálculos matemáticos, envolvendo a capacidade de planejar, analisar riscos e refletir criticamente sobre hábitos de consumo. A partir dessa base, deve-se explorar os tipos de investimentos,

apresentando suas categorias principais (renda fixa, variável, imóveis, criptomoedas e alternativos) e como cada uma se adapta a diferentes perfis de investidor conservador, moderado ou arriscado.

Ao longo do texto, será integrado os conceitos-chave como a relação entre risco e retorno, a importância da diversificação de carteiras e a liquidez dos ativos, sempre vinculando teoria e prática. Também mostrará o impacto das plataformas digitais de investimento, que democratizaram o acesso ao mercado financeiro, e de inovações como o crowdfunding imobiliário, que abriram novas oportunidades para pequenos investidores.

Por fim, será reforçado a ideia de que investir não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar objetivos pessoais e coletivos, desde a segurança econômica até a redução de desigualdades. Este capítulo busca, portanto, oferecer uma visão clara e integrada de como educação e ação financeira se complementam, preparando o leitor para decisões mais informadas e alinhadas às demandas de um cenário econômico em constante transformação.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira configura-se como um processo educativo contínuo que integra conhecimentos técnicos e habilidades comportamentais para a gestão responsável de recursos. Segundo a OCDE, a competência em finanças vai além do domínio de cálculos matemáticos, envolvendo planejamento estratégico, autocontrole e análise crítica, e reflete o amadurecimento do conceito para promover bem-estar por meio de decisões conscientes (ABEFIN, 2025).

Esse aprendizado estrutura-se em três dimensões interconectadas: compreensão conceitual (como taxa de juros e inflação), aplicação prática (fluxo de caixa e análise de contratos) e consciência crítica (para identificar riscos e refletir sobre impactos socioambientais do consumo). Essa abordagem é recomendada pela OCDE e adotada pelo Banco Central do Brasil como diretriz para políticas educacionais.

Segundo Silva e Monteiro (2023), a educação financeira contribui para a estabilidade econômica ao reduzir casos de inadimplência e promover melhores decisões na gestão pessoal do dinheiro.

Os princípios que orientam a educação financeira reforçam seu caráter democrático e inclusivo. O primeiro eixo prioriza a acessibilidade, exigindo a adaptação de conteúdos às diversas realidades socioculturais por meio de linguagem clara e recursos didáticos inclusivos, como materiais em formatos acessíveis e plataformas digitais interativas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2023).

O segundo princípio enfatiza a praticidade, traduzindo conceitos teóricos em ações mensuráveis. Um exemplo é o uso do Custo Efetivo Total (CET) como ferramenta para comparar empréstimos e financiamentos, permitindo decisões mais conscientes e seguras (BANCO PAN, 2022).

O terceiro eixo incorpora a sustentabilidade, relacionando decisões financeiras aos impactos ambientais e sociais. Iniciativas como o MBA em Finanças de Impacto & ESG da Fundação Getúlio Vargas (FGV) capacitam profissionais a integrar práticas sustentáveis e critérios de governança nas decisões econômicas, promovendo investimentos responsáveis (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2023).

Evidências empíricas demonstram a eficácia dessas abordagens. Segundo pesquisa do SPC Brasil, o endividamento das famílias brasileiras alcançou 78% em 2023, e programas de educação financeira têm sido fundamentais para reverter esse cenário (SPC BRASIL, 2023). Já o Banco Central do Brasil destaca que ações de cidadania financeira contribuem para a redução da inadimplência e o fortalecimento da poupança interna, gerando benefícios sociais significativos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Essa dinâmica revela o duplo impacto da educação financeira: além de fortalecer a autonomia individual, funciona como mecanismo de equidade social e desenvolvimento sustentável.

Na visão de Silva (2022), a educação financeira moderna exige equilíbrio entre competência técnica e reflexão ética. Saber calcular juros compostos é tão crucial quanto compreender como o consumo excessivo amplia desigualdades ambientais, consolidando a educação financeira como pilar da cidadania plena em um contexto econômico cada vez mais complexo.

2.1.1 PLANEJAMENTO MENSAL E ORÇAMENTO

O planejamento financeiro mensal consiste em organizar antecipadamente as receitas e despesas previstas para cada ciclo, seja ele de trinta dias, ou não, o elemento central de uma educação financeira eficaz. Essa prática permite ao indivíduo ter maior consciência dos seus hábitos de consumo e disciplina no controle das finanças, reduzindo a probabilidade de endividamento. Conforme Rosa (2021), tomar consciência dos gastos é fundamental para controlar as despesas e evitar o acúmulo de dívidas, aspecto que requer disciplina e organização familiar. Nesse sentido, o planejamento mensal confere previsibilidade às obrigações financeiras, especialmente as fixas, facilitando a alocação de recursos conforme prioridades pessoais (moradia, saúde, lazer, etc.) e fortalecendo a organização do orçamento como um todo.

Esse cuidado com o orçamento mensal traz ganhos imediatos no controle de gastos. Assunção (2022) observa que o processo de planejar as finanças começa com o registro das entradas financeiras, isto é, a anotação de todos os valores recebidos ao longo do mês. Com a receita estabelecida, listam-se em seguida todas as despesas previstas, organizando-as por grau de importância. Ao separar itens fixos (como aluguel, contas de consumo, prestações) e variáveis (como supermercado, transporte, lazer), o planejador obtém uma visão clara do fluxo de caixa. Essa sistematização das finanças pessoais permite comparar receitas e despesas e ajustar imediatamente o orçamento sempre que necessário, como destaca Assunção (2022) ao afirmar que esse controle rigoroso possibilita “ter o controle do que entra e do que sai” e fazer eventuais ajustes para equilibrar as finanças

Na prática, um planejamento mensal simples envolve algumas etapas básicas descritas na literatura de finanças pessoais. Inicialmente, levantam-se todas as fontes de renda esperadas no mês, salários, rendimentos ou outras receitas e projetam-se, em seguida, as despesas do período. Essas despesas devem ser anotadas detalhadamente, discriminando-se itens fixos e variáveis para facilitar a análise. Com esse levantamento, calcula-se o saldo projetado do mês, identificando antecipadamente eventuais déficits ou sobras. Por fim, é recomendada a revisão

periódica do planejamento: como orienta Cerbasi (2009), ao término de cada mês analisa-se o orçamento concluído para verificar quais gastos podem ser reduzidos e estabelecer metas de economia para o ciclo seguinte. Esse acompanhamento contínuo reforça a disciplina orçamentária e ajusta o plano às necessidades reais, consolidando gradualmente hábitos financeiros mais saudáveis.

O orçamento pode ser entendido como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que permite organizar receitas e despesas de forma sistemática. Em linhas gerais, ele consiste em registrar todas as fontes de renda (salários, mesadas, bolsas, etc.) e todos os gastos (fixos e variáveis) em um determinado período (mensal ou anual). Esse processo facilita a visualização de quanto dinheiro entra e sai, ajudando a entender para onde o dinheiro está sendo direcionado. De acordo com o Banco Central do Brasil (2013), o orçamento contribui para a realização de sonhos e projetos pessoais, pois exige a definição de metas claras e o controle de recursos financeiros para alcançá-las. Dessa forma, o orçamento funciona como um guia que orienta as decisões financeiras do indivíduo, tornando-o mais consciente de seus hábitos de consumo e da necessidade de priorizar objetivos futuros.

Além de definir metas, o orçamento é importante para manter o equilíbrio financeiro. Conforme orienta o Banco Central, um princípio fundamental na elaboração de um orçamento é não deixar que as despesas superem as receitas. De modo geral, a renda deve sempre cobrir os gastos, e o ideal é que ela seja maior que as despesas, possibilitando a formação de uma poupança para emergências ou para atingir objetivos de longo prazo. Manter o orçamento equilibrado ajuda a evitar dívidas desnecessárias e a ter mais segurança na gestão do dinheiro. Para os estudantes, por exemplo, entender esse conceito permite que planejem melhor os gastos com lazer, material escolar ou eventuais viagens, estabelecendo prioridades de acordo com suas necessidades.

Do ponto de vista prático, elaborar um orçamento envolve alguns passos básicos. Primeiro, recomenda-se listar todas as entradas financeiras (como mesada, benefícios ou trabalhos ocasionais) e todos os gastos previstos em um período (moradia, alimentação, transporte, lazer etc.). Em seguida, deve-se agrupar as despesas em categorias e comparar o total de gastos com o total de receitas, verificando o saldo final. Se as despesas excederem as receitas, é necessário ajustar o orçamento cortando gastos supérfluos ou aumentando a renda. Conforme

orientado pelo Banco Central do Brasil (2013), o orçamento deve ser iniciado pelo registro de tudo que se ganha e gasta, e deve ser revisto regularmente para manter o controle financeiro. Assim, o estudante aprende a planejar suas finanças pessoais de forma organizada, garantindo que seus recursos sejam aplicados de maneira consciente e equilibrada.

2.2 INVESTIMENTOS

Os investimentos envolvem a alocação planejada de recursos financeiros, materiais ou intangíveis com expectativa de retornos futuros, sejam eles econômicos (lucros, valorização patrimonial) ou sociais (melhoria da qualidade de vida). Diferenciam-se da mera poupança ao requerer análise estratégica e aceitação calculada de riscos (GITMAN; ZUTTER, 2012; IBGE, 2023).

A função primordial do investimento é a criação de valor em múltiplas dimensões. Para indivíduos, investidores que diversificam suas aplicações por pelo menos cinco anos têm 73 % mais probabilidade de atingir metas financeiras do que aqueles que mantêm recursos ociosos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Nas empresas, aquelas que destinam acima de 5 % do faturamento anual a pesquisa e desenvolvimento crescem 40 % acima da média setorial (ABVCAP, 2023). Em âmbito macroeconômico, países cuja formação bruta de capital fixo ultrapassa 25 % do PIB exibem taxa média anual de expansão econômica 2,3 vezes maior do que nações com menor coeficiente de investimento (IPEA, 2023).

Quatro pilares orientam decisões de investimento: risco-retorno, diversificação, liquidez e horizonte temporal. Ativos de maior volatilidade (ações, criptomoedas) exigem análise de risco detalhada, enquanto opções conservadoras (Tesouro Direto, CDB) priorizam segurança (BODIE; KANE; MARCUS, 2014). A diversificação mitiga perdas ao distribuir recursos em diferentes classes. A liquidez se refere à rapidez de conversão em dinheiro, variando de fundos DI (resgate imediato) a participações em startups (prazo prolongado). Já o horizonte temporal diferencia aplicações de curto prazo (até dois anos), voltadas à preservação de capital, de estratégias de longo prazo (mais de dez anos), focadas na maximização de juros compostos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

A tipologia de investimentos adapta-se a perfis distintos: conservadores (até 70 % em renda fixa), moderados (mix equilibrado) e arrojados (até 80 % em renda variável). Essa classificação deve considerar não só objetivos financeiros, mas também aspectos comportamentais, como tolerância a perdas e grau de conhecimento de mercado (CVM, 2023). A educação financeira é decisiva: 61 % dos brasileiros que investem regularmente participaram de cursos sobre o tema, contra apenas 18 % entre não investidores (ANBIMA, 2023).

Em síntese, o investimento configura-se como instrumento de transformação socioeconômica. Alocar recursos é exercício simultâneo de previsão científica e gestão emocional, no qual números e aspirações coexistem harmoniosamente (SILVA, 2021).

2.2.1 TIPOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos dividem-se em categorias amplas, como renda fixa e renda variável, cada uma com características distintas de risco, retorno e liquidez. Enquanto a renda variável está associada a flutuações de mercado (ex.: ações), a renda fixa oferece maior previsibilidade, sendo indicada para investidores que priorizam segurança. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2023), essa distinção é essencial para alinhar escolhas ao perfil do investidor: ativos de renda fixa garantem retornos pré definidos, enquanto a renda variável demanda tolerância a incertezas em troca de ganhos potenciais superiores.

A renda fixa caracteriza-se por remuneração preestabelecida na aplicação, baseada em indicadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário) ou índices inflacionários (ex.: IPCA). Títulos são emitidos por entidades públicas ou privadas (governo, bancos, empresas), que assumem compromisso legal de pagar juros periódicos ou no vencimento (CVM, 2021). Sua vantagem central é a previsibilidade: diferentemente da renda variável, permite calcular antecipadamente o rendimento mínimo, reduzindo exposição a riscos (ANBIMA, 2022).

Essa classe é recomendada para objetivos conservadores, como proteção do capital contra inflação ou geração de renda passiva. Dados da ANBIMA (2022) indicam que 61% dos iniciantes brasileiros optam por títulos de renda fixa, especialmente Tesouro Direto e CDBs, devido à segurança. Instrumentos como LCIs

e Debêntures Incentivadas oferecem benefícios fiscais, ampliando seu apelo para planejamento tributário (Receita Federal, 2023).

O Tesouro Direto, programa do Tesouro Nacional, permite a compra de títulos públicos por pessoas físicas, sendo considerado o investimento mais seguro do país devido à garantia do Estado (Tesouro Nacional, 2023). Classificam-se em três categorias:

- Tesouro Selic: Rendimento diário atrelado à taxa básica de juros (Selic), ideal para reservas emergenciais.
- Tesouro IPCA+: Combina correção pela inflação (IPCA) com taxa fixa, recomendado para metas de longo prazo.
- Tesouro Prefixado: Taxa fixa na aplicação, adequado para previsibilidade absoluta (Tesouro Nacional, 2023).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título emitido por bancos para captação de recursos. Sua rentabilidade geralmente refere-se ao CDI (BCB, 2023). Pode ser prefixado (taxa fixa) ou pós-fixado (variação conforme CDI). O risco principal relaciona-se à solidez do banco emissor, mitigado pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que cobre até R\$250 mil por CPF e instituição (FGC, 2023). CDBs com liquidez diária permitem resgates imediatos, enquanto outros exigem vencimento para evitar perdas (ANBIMA, 2022).

A poupança mantém-se como o investimento mais popular no Brasil. Sua rentabilidade segue regras do BCB (2023): 70% da Selic + TR, creditada mensalmente. Embora garantida pelo FGC e de baixo risco, seu desempenho é inferior a opções como Tesouro Direto ou CDBs. Em 2022, a poupança rendeu 4,2% ao ano, contra 12,1% do CDB médio (ANBIMA, 2023). Em cenários de Selic abaixo de 8,5% ao ano, a rentabilidade pode resultar em ganhos reais negativos se a inflação superar o patamar, comprometendo o poder de compra no longo prazo.

A renda variável compreende investimentos com retornos não predefinidos, oscilando conforme mercado, desempenho empresarial e fatores macroeconômicos. Inclui ativos como ações, fundos imobiliários e derivativos, cuja valorização depende de lucratividade, câmbio, commodities e cenários geopolíticos (CVM, 2021). Essa volatilidade oferece potencial de rentabilidade elevada: entre 2018 e 2023, investidores com +30% do portfólio em renda variável obtiveram 14,5% de retorno médio anual, contra 6,8% de portfólios conservadores (ANBIMA, 2023).

As ações representam frações do capital social de empresas negociadas em bolsas como a B3. Ao adquirir ações, o investidor torna-se sócio, com retornos via valorização das cotas ou dividendos. Dividem-se em:

- Ordinárias (ON): Direito a voto em assembleias.
- Preferenciais (PN): Prioridade no recebimento de dividendos (CVM, 2021). Seu preço é definido por oferta e demanda, influenciado por resultados financeiros e cenários macroeconômicos (B3, 2023). Estratégias como análise fundamentalista e técnica são usadas para mitigar riscos.

Investimentos imobiliários oferecem ganhos via aluguel, valorização ou projetos coletivos. Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e crowdfunding democratizaram o acesso, permitindo aplicações a partir de valores reduzidos (B3, 2023). A valorização vincula-se à localização e infraestrutura: entre 2018 e 2023, imóveis em capitais com expansão de metrô valorizaram-se 9,2% ao ano (FIPE, 2023).

Criptomoedas são moedas digitais descentralizadas baseadas em blockchain. Bitcoin (BTC), criado em 2009, opera como reserva de valor global com tecnologia Proof of Work (PoW) (BCB, 2023). Ethereum (ETH) introduziu contratos inteligentes, permitindo aplicações como DeFi e NFTs. Em 2022, migrou para Proof of Stake (PoS), reduzindo consumo energético em 99,95% (Buterin, 2022). Ambos enfrentam volatilidade e desafios regulatórios.

Fundos de investimento reúnem recursos de múltiplos investidores para aplicação em ativos, geridos por profissionais. No Brasil, movimentaram R\$8,5 trilhões em 2022 (ANBIMA, 2023). Oferecem diversificação automática e acesso a mercados complexos, porém envolvem taxas de administração e performance. Fundos de ações aplicam predominantemente em bolsa, com estratégias como value investing (busca por ações subvalorizadas) ou growth investing (foco em crescimento). Sua volatilidade foi evidenciada na pandemia: em 2020, 65% tiveram quedas >30%, recuperando 40% em média em 2021 (ANBIMA, 2023). A CVM (2022) alerta que taxas de performance podem comprometer a rentabilidade líquida.

2.2.2 PERFIL DO INVESTIDOR

O perfil do investidor é uma classificação que define a tolerância a riscos, objetivos financeiros e horizonte temporal de aplicação, orientando a escolha de produtos adequados. Determinado por testes de adequação, como os exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2021), categoriza os investidores em conservador, moderado e agressivo. Essa segmentação evita decisões incoerentes com a realidade do indivíduo, como destacam Kahneman e Tversky (1979) em estudos sobre aversão ao risco: conservadores priorizam segurança, enquanto agressivos aceitam volatilidade por retornos superiores.

O investidor conservador busca segurança e previsibilidade, priorizando a preservação do capital mesmo com retornos modestos. Sua carteira inclui ativos de baixo risco, como Tesouro Direto, CDBs com garantia do FGC e LCIs/LCAs, que oferecem liquidez e proteção contra perdas (BCB, 2023). Em 2022, durante a alta da Selic, muitos migraram para títulos pós-fixados como o Tesouro Selic, buscando retornos diários. Contudo, o conservadorismo excessivo pode resultar em ganhos reais negativos em cenários inflacionários, conforme alerta a ANBIMA (2023).

Já o moderado equilibra segurança e potencial de retorno, alocando 50-70% em renda fixa e 30-50% em renda variável, como ETFs, FIIs e ações de empresas estáveis. Um exemplo é o fundo IPCA + Ações, que combina títulos indexados à inflação e exposição à bolsa. Segundo a ANBIMA (2023), 45% dos investidores brasileiros identificam-se com esse perfil, refletindo a busca por equilíbrio em cenários de juros baixos.

Por fim, o perfil agressivo assume riscos elevados em busca de retornos expressivos, concentrando 70-90% do portfólio em ações de small caps, criptomoedas e private equity. Em 2021, durante o boom das tech stocks, muitos lucraram com IPOs como o da Meliuz (alta de 300%), mas enfrentaram perdas em 2022 com a queda do Nasdaq. Conforme a CVM (2023), apenas 15% dos brasileiros declaram-se agressivos, refletindo a complexidade e exigência de conhecimento técnico para gerir volatilidade extrema.

2.2.3 PLATAFORMAS DE INVESTIMENTOS

Plataformas de investimentos são interfaces digitais que possibilitam a compra, venda e gestão de ativos financeiros de forma ágil, descentralizada e com custos reduzidos. Essas ferramentas eliminam a necessidade dos intermediários tradicionais, democratizando o acesso ao mercado por meio de recursos como análise gráfica, relatórios personalizados e educação financeira. No Brasil, o crescimento dessas plataformas foi impulsionado pela popularização da bolsa de valores e pela expansão de fintechs, que já contam com milhões de investidores cadastrados na B3.

Além de permitir a execução de ordens, as plataformas modernas integram serviços adicionais, como assessoria automatizada (robo-advisors), planejamento para aposentadoria e até empréstimos com garantia de ativos. A regulamentação da CVM garante a realização de testes de suitability para alinhar os produtos ao perfil do investidor, assegurando transparência e segurança em todas as operações.

A priori, a XP Investimentos é a maior plataforma de investimentos do Brasil, fundada em 2001 por Guilherme Benchimol. Com uma oferta diversificada, a XP disponibiliza acesso a produtos como renda fixa, ações nacionais e internacionais, fundos de investimento, previdência privada e commodities. Sua interface tecnológica robusta e intuitiva permite que investidores de todos os perfis operem de forma autônoma, complementada por uma rede de assessores credenciados e recursos educacionais avançados.

A estrutura da XP inclui ferramentas como home broker, relatórios setoriais e simuladores, além de programas de recompensas como o XP+, que converte operações em benefícios como cashback e descontos. Em 2023, a plataforma atingiu 4,5 milhões de clientes e R\$1 trilhão em ativos sob custódia, reforçando sua liderança e facilitando o acesso a mercados globais por meio da conta internacional XP Internacional.

Em contrapartida, a Clear Corretora, integrante do grupo XP desde 2017, é direcionada para investidores que buscam autonomia e custos operacionais reduzidos. Especializada em operações de renda variável, a Clear oferece taxa zero para ações à vista e fundos de investimento, complementada por ferramentas como gráficos em tempo real, alertas de preço e acesso a derivativos, como opções e futuros. Sua plataforma é reconhecida pela simplicidade e agilidade, sendo preferida por traders de curto prazo.

Além disso, a Clear investe em conteúdos educativos e webinars para auxiliar os usuários na elaboração de estratégias de self-investing. Em 2022, a corretora ampliou sua oferta com o Clear Crypto, que permite a negociação de criptomoedas como Bitcoin e Ethereum diretamente pelo aplicativo.

A Modalmais por sua vez, é uma plataforma de investimentos independente que se destaca pela flexibilidade e condições personalizadas para traders experientes e investidores qualificados. A corretora oferece uma ampla gama de ativos, como ações, renda fixa, fundos de investimento e COEs, e se diferencia por permitir a negociação de taxas conforme o volume operado, além de oferecer acesso a mercados internacionais por meio de parcerias estratégicas.

Sua plataforma própria, o ModalTRADE, dispõe de recursos avançados, incluindo scanners de oportunidades e backtests de estratégias, que auxiliam operações de day trade e operações alavancadas. Em 2023, a Modalmais lançou o Modal Fundos, uma seleção exclusiva de fundos multimercados para clientes com patrimônio elevado, ampliando sua oferta de produtos e consolidando sua posição no mercado.

Em conclusão, a Nu Invest, parte do ecossistema do Nubank, é uma plataforma simplificada que visa democratizar o acesso aos investimentos para o grande público. Anteriormente conhecida como Easynvest, a Nu Invest oferece produtos variados, como Nu Reserva Imediata (tesouro Selic com resgate diário), Nu Mundo (ETFs internacionais) e Nu Ações, possibilitando a compra de ações fracionadas de empresas globais.

A integração com a conta digital do Nubank permite investir a partir de valores baixos e sem cobrança de taxas em produtos selecionados, atraindo mais de 8 milhões de clientes em 2023. A plataforma utiliza inteligência artificial para sugerir alocações com base no perfil do investidor e, em parceria com o BTG Pactual, disponibiliza fundos exclusivos, combinando simplicidade e inovação para atender tanto iniciantes quanto investidores mais experientes.

2.2.4 RISCO E RETORNO

A relação entre risco e retorno é um pilar da teoria financeira, estabelecendo que maiores retornos potenciais exigem maior aceitação de incertezas. Conforme a

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2023), essa dinâmica opera em todos os níveis: ações de empresas emergentes, por exemplo, podem gerar ganhos elevados em caso de sucesso, mas também perdas significativas se o negócio fracassar. Por outro lado, ativos conservadores como títulos públicos ou poupança oferecem segurança, porém com retornos limitados em 2022, a poupança rendeu 6,17% ao ano, enquanto o Ibovespa variou entre -5% e +25% no mesmo período (B3, 2023).

A diversificação é a principal estratégia para equilibrar essa relação. Ao distribuir recursos entre diferentes classes de ativos (renda fixa, ações, imóveis), reduz-se a exposição a riscos específicos sem sacrificar totalmente o potencial de ganho. Essa abordagem, proposta por Markowitz (1952) na Teoria Moderna do Portfólio, mantém relevância atual: carteiras com 60% em renda fixa e 40% em variável tiveram volatilidade 30% menor que portfólios concentrados em ações entre 2018 e 2023 (ANBIMA, 2023).

O alinhamento ao perfil do investidor é igualmente crucial. Jovens com horizonte longo podem tolerar volatilidade em troca de crescimento acelerado, enquanto aposentados priorizam preservação de capital. Dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2023) mostram que 72% dos brasileiros acima de 60 anos mantêm mais de 80% do patrimônio em renda fixa, evidenciando a busca por segurança. Assim, compreender a relação risco-retorno permite escolhas conscientes, evitando decisões impulsivas e construindo carteiras adaptadas às metas individuais.

2.2.5 DIVERSIFICAÇÃO

A diversificação é uma estratégia que reduz riscos ao distribuir recursos entre diferentes classes de ativos, setores econômicos e regiões geográficas. Conforme a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2023), concentrar investimentos em um único ativo, como ações de uma empresa, expõe o capital a perdas significativas em caso de desempenho negativo. Por outro lado, alocar recursos em múltiplas opções (ações diversificadas, títulos públicos, imóveis e moedas estrangeiras) permite que ganhos em algumas áreas compensem eventuais quedas em outras.

Essa lógica baseia-se no princípio de que ativos distintos reagem de forma heterogênea a eventos de mercado. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, enquanto ações de companhias aéreas caíram mais de 50%, títulos públicos indexados à inflação e ações de empresas de tecnologia apresentaram valorização (CVM, 2023). A diversificação também é respaldada pela Teoria Moderna do Portfólio de Markowitz (1952), que demonstra matematicamente como a combinação de ativos com correlações baixas reduz a volatilidade geral da carteira.

No contexto brasileiro, a diversificação ganha relevância adicional devido à instabilidade econômica histórica. Um portfólio com 60% em renda fixa (como Tesouro IPCA+) e 40% em renda variável (ações e FIIs) apresentou volatilidade 35% menor do que uma carteira concentrada apenas em ações entre 2018 e 2023 (ANBIMA, 2023). Assim, a estratégia não apenas protege contra riscos idiossincráticos, mas também se alinha aos objetivos financeiros individuais, equilibrando segurança e potencial de retorno.

2.2.6 LIQUIDEZ

A liquidez corresponde à facilidade de converter um ativo em dinheiro sem perdas relevantes de valor, sendo crucial para o planejamento financeiro. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2023), ativos de alta liquidez, como a poupança ou o Tesouro Selic, permitem resgates imediatos, sendo ideais para reservas de emergência. Já imóveis ou fundos de investimento com carência têm baixa liquidez, exigindo prazos prolongados para conversão em caixa, muitas vezes com custos adicionais.

Essa característica direciona estratégias de alocação de recursos. Para necessidades imediatas, priorizam-se investimentos líquidos e estáveis: dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2023) indicam que 68% dos brasileiros mantêm pelo menos três meses de despesas em aplicações de resgate diário. Para objetivos de longo prazo, como aposentadoria, aceita-se menor liquidez em troca de retornos superiores às ações e fundos imobiliários, por exemplo, tiveram valorização média anual de 12% entre 2018 e 2023, contra 6% da poupança (CVM, 2022).

O equilíbrio entre liquidez e rentabilidade é essencial. Como destaca o BCB (2023), "a disponibilidade de recursos para imprevistos não deve comprometer o potencial de crescimento do patrimônio". Assim, compreender a liquidez evita exposição a riscos desnecessários e otimiza a gestão financeira pessoal.

2.2.7 PLANEJAMENTO E DISCIPLINA

O planejamento financeiro consiste na definição de metas claras e na estruturação de ações para alcançá-las, considerando recursos disponíveis e eventuais obstáculos. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2023), esse processo funciona como um guia para evitar gastos impulsivos e alinhar decisões a objetivos como formação de reserva emergencial, aquisição de bens ou aposentadoria. Um exemplo prático é o cálculo de poupança mensal necessário para comprar um carro em três anos: se o valor desejado é R\$60.000, o investidor deve aplicar R\$1.530 mensais em um título com rentabilidade de 6% ao ano, ajustando despesas para garantir esse aporte.

A disciplina é a capacidade de manter o compromisso com o plano mesmo diante de imprevistos ou tentações. Envolve práticas como manter investimentos regulares (mesmo com redução temporária de renda) e evitar desvios por impulso. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2023) revelam que investidores que seguem planos rigorosos por mais de cinco anos acumulam patrimônio 3,2 vezes maior que aqueles com comportamento errático. Essa constância está ligada à auto regulação emocional: Kahneman e Tversky (1979) demonstram que decisões financeiras coerentes exigem controle sobre vieses cognitivas, como otimismo excessivo ou aversão a perdas imediatas.

Juntos, planejamento e disciplina transformam aspirações em resultados. Um trabalhador que economiza 10% do salário desde os 25 anos, por exemplo, pode acumular R\$ 1,2 milhão até os 60 anos (considerando rentabilidade média de 0,7% ao mês), enquanto quem inicia aos 40 anos precisaria poupar 28% para atingir o mesmo montante (BCB, 2023). Essa sinergia reforça a importância de iniciar cedo e manter consistência, adaptando estratégias sem perder o foco nas metas essenciais.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos adotados para condução desta pesquisa junto aos 157 estudantes do ensino médio da rede pública estadual de Caraguatatuba-SP. Inicialmente, define-se o caráter quantitativo e descritivo do estudo, explicando a escolha dos participantes e a forma de acesso às escolas. Em seguida, descreve-se o instrumento de coleta um questionário estruturado em cinco blocos temáticos e os critérios do pré-teste e validação das perguntas. Logo após, detalham-se as etapas de aplicação, que incluíram autorização das diretorias e preenchimento presencial em ambiente escolar. Por fim, explicita-se o tratamento inicial dos dados, com codificação das variáveis e preparação para as análises estatísticas, garantindo transparência e rigor na interpretação que será desenvolvida no capítulo seguinte.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA

Esta pesquisa configura-se como quantitativa e descritiva, com o objetivo de analisar o conhecimento, hábitos financeiros e percepções sobre educação financeira entre estudantes do ensino médio de escolas públicas de Caraguatatuba.

A abordagem quantitativa é escolhida por permitir a tradução de comportamentos e opiniões em dados numéricos, viabilizando análises estatísticas precisas. Conforme Gil (2019), a pesquisa quantitativa é adequada para estudos que buscam generalizações a partir de dados estruturados, como questionários com respostas fechadas, o que justifica sua aplicação neste trabalho.

Como estudo descritivo, busca-se retratar a realidade sem manipulação de variáveis. Sampieri e Collado (2013) explicam que pesquisas descritivas são projetadas para registrar, analisar e interpretar características de um grupo ou fenômeno, o que se alinha ao objetivo de identificar padrões como o percentual de estudantes que compreendem conceitos financeiros básicos ou possuem hábitos de planejamento.

A amostra foi definida em 157 estudantes de escolas públicas, considerando a viabilidade logística e recursos disponíveis. Babbie (2016) ressalta que amostras menores, quando estratificadas e representativas, podem ser eficazes para estudos locais, desde que respeitem critérios de diversidade. Por isso, a seleção priorizou a inclusão de alunos de todas as séries do ensino médio (1º, 2º e 3º anos), garantindo equilíbrio na representação.

A coleta de dados baseou-se em questionários estruturados, com 44 perguntas fechadas. Creswell (2010) destaca que instrumentos padronizados são eficazes para coletar dados comparáveis e reduzir subjetividades, o que justifica sua escolha. As questões foram organizadas em cinco eixos, sendo estes:

- 1- Dados demográficos;
- 2- Conhecimento financeiro;
- 3- Hábitos financeiros;
- 4- Fontes de aprendizado;
- 5- Percepção da importância dos estudantes.

A fundamentação teórica adotou uma abordagem dedutiva, partindo de teorias consolidadas. Simon (1997), em sua teoria da Racionalidade Limitada, argumenta que os indivíduos tomam decisões baseadas em informações incompletas, priorizando soluções satisfatórias em vez de ótimas. Essa ideia sustenta a investigação sobre a falta de conhecimento de alternativas à poupança entre os jovens. Já Kahneman e Tversky (1979), na Teoria do Prospecto, demonstram que as pessoas avaliam perdas e ganhos de forma assimétrica, supervalorizando riscos imediatos

Para validação do instrumento, realizou-se um pré-teste com 20 estudantes, ajustando termos técnicos para linguagem acessível. Malhotra (2012) enfatiza que pré-testes são essenciais para identificar ambiguidades e garantir que os respondentes interpretem as questões conforme o intuito. Adicionalmente, técnicas como anonimato e perguntas indiretas foram adotadas para reduzir o viés de desejabilidade social, seguindo orientações de Richardson (1999).

3.2 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo desta pesquisa são os estudantes do ensino médio da rede pública estadual de Caraguatatuba (SP). Esse segmento foi selecionado por corresponder a uma fase formativa crucial na construção de hábitos financeiros, pois o Ensino Médio representa o momento em que o jovem inicia a preparação para a vida adulta e para a autonomia financeira. Nessa etapa, conceitos básicos como planejamento de gastos e o hábito de poupar podem ser assimilados de forma duradoura, com repercussões positivas ao longo da vida. Entretanto, observa-se que, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preveja a educação financeira como tema transversal, esse conteúdo ainda é raramente abordado de forma sistemática nas escolas, especialmente na rede pública. Essa lacuna educacional reforça a importância de compreender o nível de conhecimento e os hábitos financeiros desse público específico.

Para a coleta de dados, adotou-se um questionário estruturado em formato online, aplicado presencialmente nas salas de aula das escolas estaduais de Caraguatatuba. A aplicação do instrumento ocorreu durante o horário escolar, após obtenção de autorização prévia das autoridades escolares (diretores, vice-diretores ou coordenadores), assegurando conformidade com as normas institucionais. Esse procedimento possibilitou obter informações diretamente dos estudantes em seu ambiente de aprendizagem, garantindo padronização na coleta. Desse modo, assegura-se que o público-alvo fosse alcançado de forma efetiva e de acordo com as diretrizes institucionais.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados consta de um questionário estruturado, composto por 44 perguntas fechadas organizadas em cinco blocos temáticos:

Bloco 1 – Dados Demográficos (9 itens);

Bloco 2 – Percepção sobre Educação Financeira (15 itens em escala Likert de 1 a 5);

Bloco 3 – Conhecimento Financeiro Básico (11 itens de múltipla escolha);

Bloco 4 – Fontes de Aprendizado (1 questão de múltipla escolha com múltiplas respostas);

Bloco 5 – Hábitos Financeiros (8 itens, sendo 7 em escala Likert e 1 de alternativa única).

Antes da aplicação definitiva, o instrumento passou por pré-teste com 20 estudantes de outra escola pública, de modo a aferir clareza, tempo médio de preenchimento (cerca de 15 min) e coerência das opções de resposta. As sugestões recebidas resultaram na reformulação de 3 enunciados e na inclusão de exemplos ilustrativos em duas perguntas. Em seguida, a versão final foi validada pelo orientador e por um professor especialista em Metodologia.

A coleta de dados ocorreu presencialmente, na forma eletrônica (Google Forms), em 10 turmas do 1º ao 3º ano, no período de 21 de abril de 2025 à 25 de maio de 2025, mediante autorização prévia das diretorias de cada escola. Antes de iniciar, todos os alunos receberam Esclarecido do que estava sendo passado a eles, garantido o anonimato das respostas e a autonomia para retirar-se do estudo a qualquer momento.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo mostra os resultados obtidos com os 157 estudantes do ensino médio da rede pública estadual de Caraguatatuba-SP, organizados de forma que cada parte responda a um dos objetivos traçados na pesquisa. Primeiro, apresenta-se o perfil da amostra idade, gênero, ano de escolaridade, região da escola, composição e renda familiar e tipo de moradia para deixar claro quem são os participantes e em que contexto vivem, pois essas características ajudam a entender possíveis diferenças nas respostas.

Na sequência, discute-se a percepção dos alunos sobre educação financeira, isto é, o quanto eles acham importante fazer um orçamento mensal, aprender sobre investimentos e contar com o apoio de família e escola. Depois, analisa-se o conhecimento que esses jovens têm sobre conceitos básicos (como inflação, renda fixa e diversificação), por meio das respostas de múltipla escolha, destacando

acertos e pontos de dúvida. Em seguida, explora-se de onde veio esse conhecimento: família, escola, internet, redes sociais e outros meios para mostrar quais são as principais fontes de informação financeira.

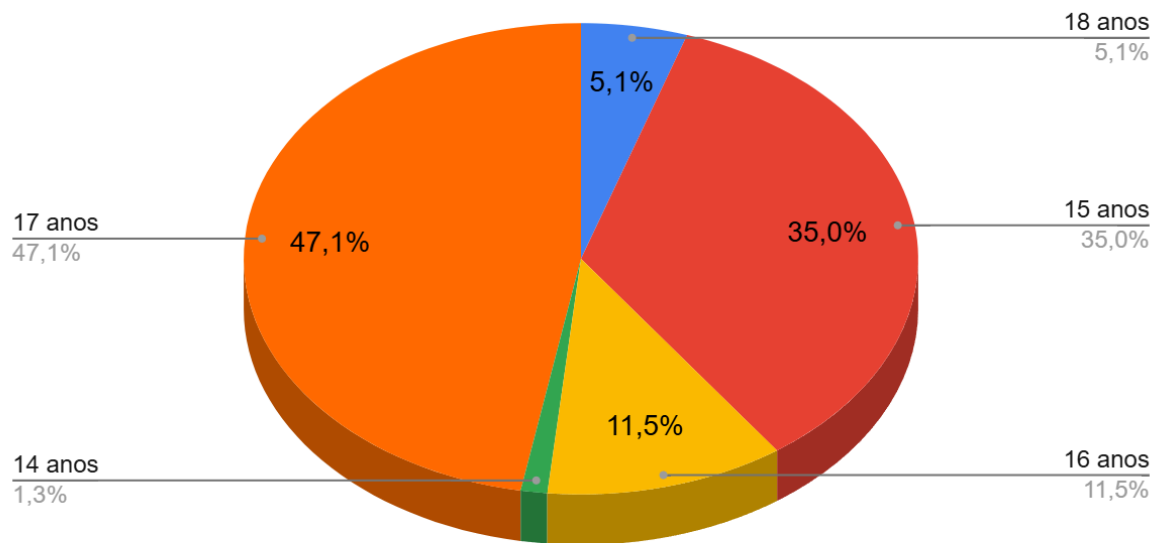
Por fim, observam-se os hábitos do dia a dia, como comparar preços, estabelecer metas de economia, usar aplicativos de controle, já ter tentado investir e até comprar por impulso, para verificar como eles colocam em prática o que aprendem. Essa ordem reflete cada objetivo específico da metodologia e torna mais fácil ligar os resultados às propostas de melhoria da educação financeira na escola.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS RESPONDENTES

São examinadas as principais características sociodemográficas da amostra, incluindo idade, gênero, série em que os estudantes estão matriculados, região da escola, tamanho do domicílio, renda familiar e situação de moradia. O objetivo é compreender o perfil dos participantes, permitindo contextualizar as demais análises a partir das diferenças de faixa etária, composição familiar e condições socioeconômicas. Essa etapa fornecerá subsídios para correlacionar variáveis demográficas com percepções e conhecimentos financeiros, de modo a identificar padrões ou disparidades que possam influenciar o comportamento dos alunos e suas respostas.

- 1) Caracterização por idade

Gráfico 1- IDADE



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

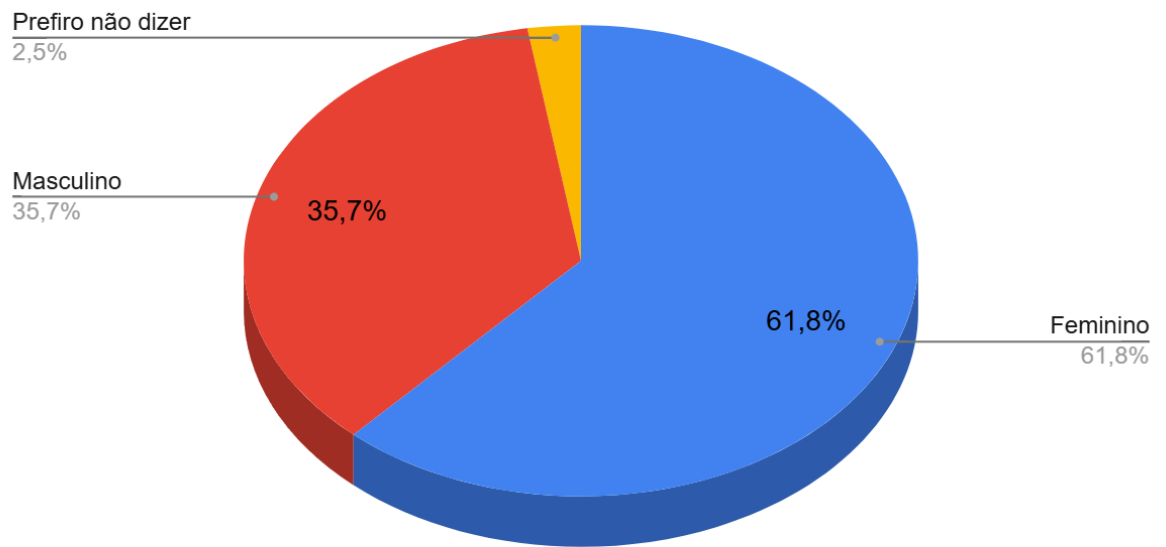
Esse indicador de identificação é a idade, a qual está subdividida em cinco grupos etários. Conforme apresentado no gráfico, observa-se que a maior parte da amostra é composta por estudantes com 17 anos, totalizando 74 respondentes, o que representa 47,1% do total. Em seguida, estão os alunos com 15 anos, que somam 55 participantes, correspondendo a 35,0% da amostra.

Já os estudantes com 16 anos contabilizam 18 respostas, o que equivale a 11,5%. Na sequência, aparecem os alunos com 18 anos, com 8 respondentes, representando 5,1%. Por fim, o grupo com menor representatividade é o de 14 anos, com apenas 2 estudantes, o que simboliza 1,3% da amostra total.

Nota-se, portanto, que os dois grupos mais numerosos 17 e 15 anos concentram juntos 84 respondentes, o que equivale a 82,1% da amostra, demonstrando uma predominância de participantes mais jovens, em especial na faixa etária de 15 a 17 anos.

2) Caracterização por Sexo

Gráfico 2- GÊNERO



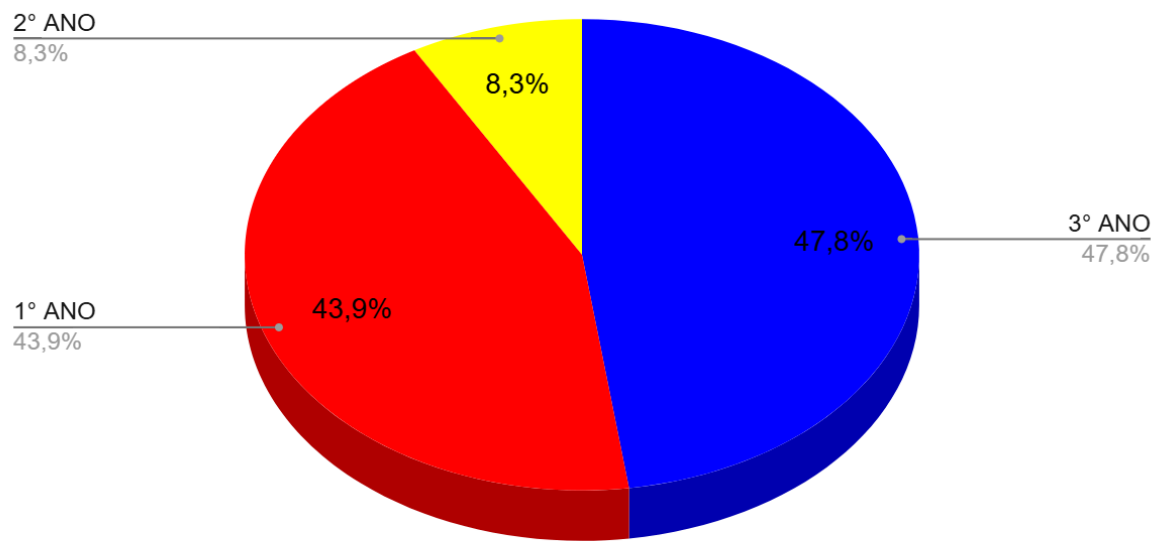
Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse indicador de identificação refere-se ao gênero dos respondentes, que foi categorizada em 4 grupos: feminino, masculino, “prefiro não dizer” e "outros". Conforme ilustrado no gráfico, observa-se que a maioria dos participantes se identifica com o gênero feminino, totalizando 97 respondentes, o que corresponde a 61,8% da amostra. Em segundo lugar, está o grupo masculino, com 56 participantes, representando 35,7% do total.

Por fim, há uma minoria que optou por não declarar o gênero, com apenas 3 respondentes, e “Outros”, o que equivale a 2,5% da amostra. Dessa forma, é possível verificar uma predominância significativa de participantes do gênero feminino, que somam quase dois terços do total, enquanto o grupo masculino representa pouco mais de um terço. A parcela que preferiu não informar o gênero é bastante reduzida.

3) Caracterização por série

Gráfico 3- SÉRIE



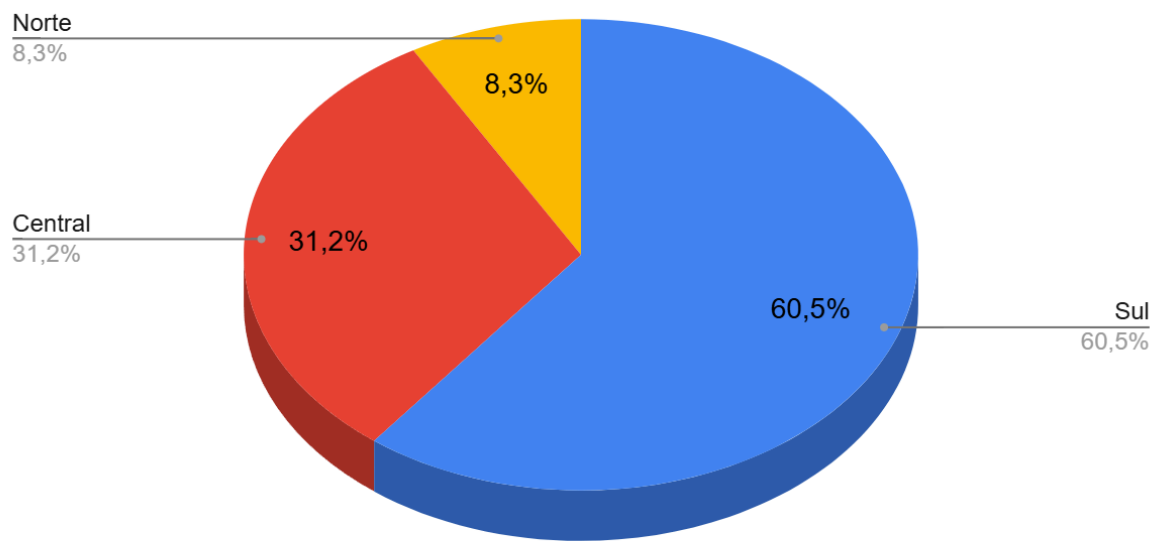
Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse indicador de identificação corresponde à série em que os respondentes estão matriculados, sendo dividida em três categorias: 1º ano, 2º ano e 3º ano do ensino médio. De acordo com o gráfico, observa-se que a maior parte dos participantes está cursando o 3º ano, representando 47,8% da amostra. Em seguida, aparece o 1º ano, com 43,9% dos respondentes.

Por outro lado, o grupo com menor representatividade é o do 2º ano, com apenas 8,3% das respostas. Dessa forma, nota-se uma predominância de alunos que estão nos extremos do ciclo do ensino médio (início e término), enquanto os estudantes do 2º ano compõem uma parcela significativamente menor da amostra. Essa distribuição pode indicar uma maior participação de ingressantes e concluintes na pesquisa.

4) Caracterização por região da escola

Gráfico 4-. REGIÃO DE SUA ESCOLA



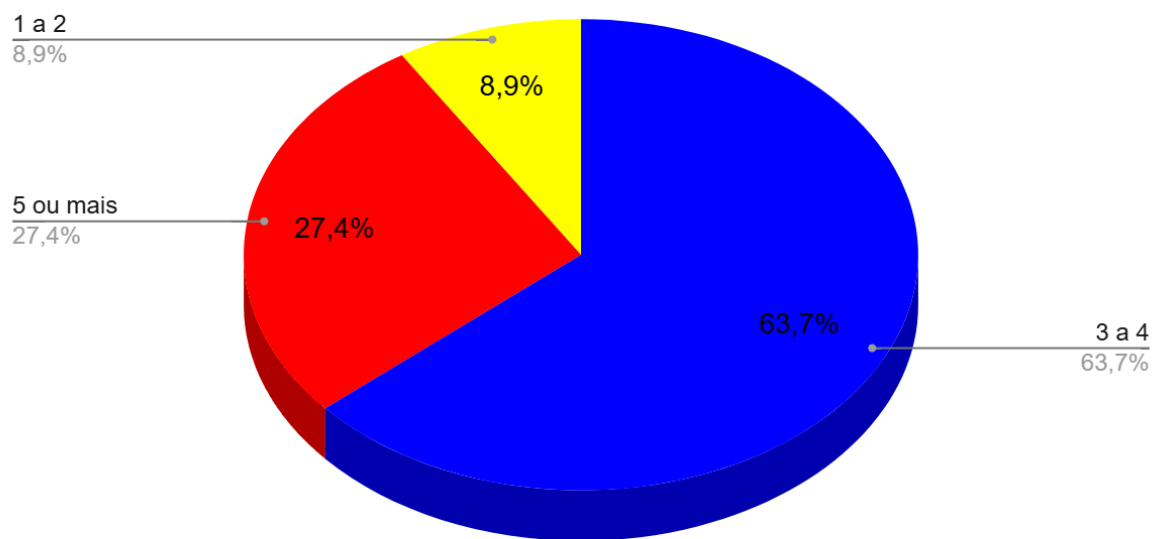
Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse indicador diz respeito à região onde está localizada a escola dos respondentes, sendo dividida em quatro categorias: Sul, Central, Norte e Sudeste. Conforme representado no gráfico, a maioria dos participantes estuda em instituições situadas na região Sul, que totalizam 59,9% da amostra, sendo, portanto, a mais expressiva.

Em seguida, encontra-se a região Central, com 31,2% dos respondentes. Já a região Norte é representada por 8,3% dos participantes. A análise evidencia uma forte concentração de escolas na região Sul, seguida pela Central, enquanto as regiões Norte e Sudeste têm representatividade significativamente menor no levantamento.

5) Caracterização por quantidade de pessoas que residem na mesma casa dos respondentes

Gráfico 5- QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

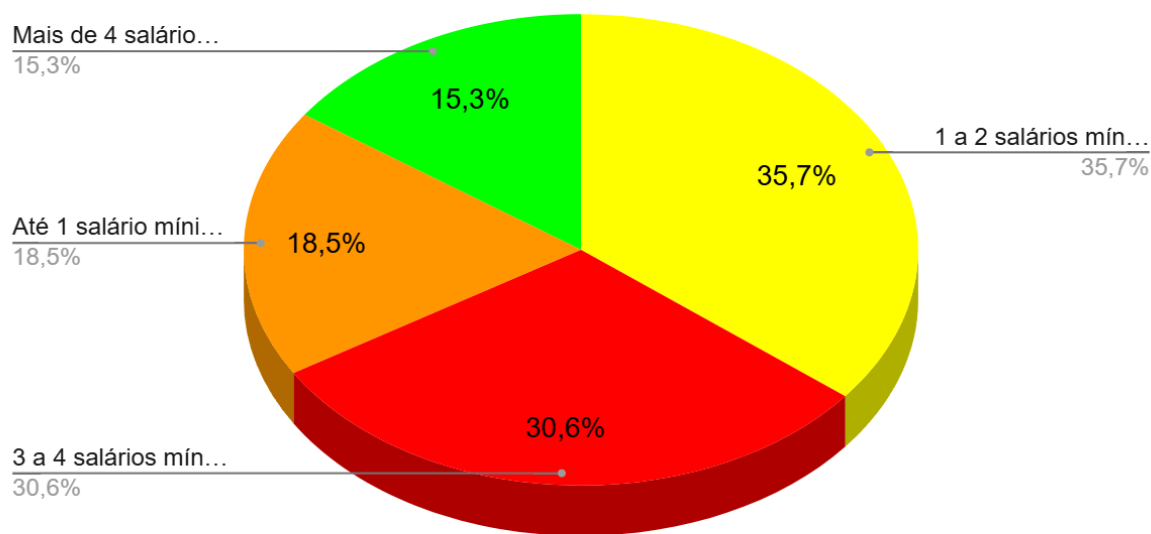
Esse indicador refere-se à quantidade de pessoas que residem na mesma casa dos respondentes, sendo dividida em três categorias: de 1 a 2 pessoas, de 3 a 4 pessoas, e 5 ou mais. De acordo com o gráfico, a maior parte dos participantes vive em residências com 3 a 4 moradores, representando 63,7% da amostra, o que indica uma predominância de núcleos familiares de tamanho médio.

Em seguida, observa-se que 27,4% dos respondentes afirmaram viver com 5 ou mais pessoas, o que revela uma presença significativa de famílias numerosas. Por fim, apenas 8,9% dos participantes residem em casas com até 2 pessoas, caracterizando-se como o grupo menos representativo na pesquisa.

A análise demonstra que a maioria dos estudantes vive em ambientes familiares com múltiplos integrantes, sendo raros os casos de residências com poucos moradores.

6) Caracterização por renda familiar

Gráfico 6. RENDA FAMILIAR TOTAL POR MÊS(APROXIMADA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

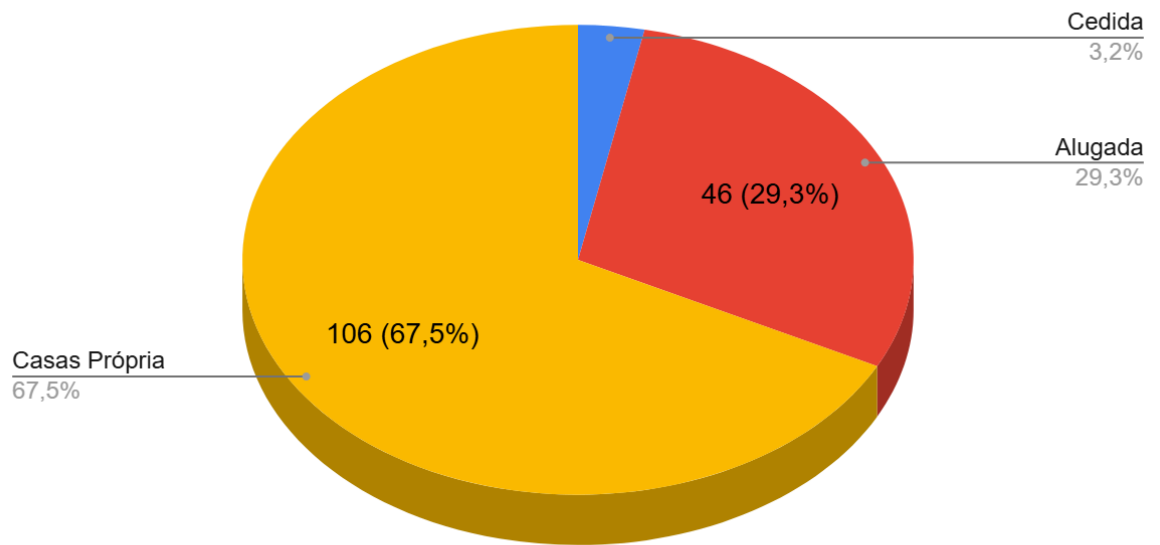
Este indicador refere-se à renda familiar total mensal aproximada dos participantes, sendo distribuída em quatro faixas: até 1 salário mínimo, de 1 a 2 salários mínimos, de 3 a 4 salários mínimos e mais de 4 salários mínimos.

Conforme o gráfico, a maior parte dos respondentes (35,7%) declarou ter uma renda familiar mensal entre 1 e 2 salários mínimos, evidenciando uma predominância de famílias com rendimentos considerados baixos. A segunda faixa mais representativa é a de 3 a 4 salários mínimos, com 30,6% dos participantes, seguida por até 1 salário mínimo (18,5%). Por fim, 15,3% afirmaram ter uma renda mensal superior a 4 salários mínimos.

Esses dados revelam que mais da metade dos respondentes (54,2%) vive em famílias com renda de até 2 salários mínimos, indicando um contexto socioeconômico de maior vulnerabilidade para uma parcela significativa da amostra.

7) Caracterização por situação de moradia

Gráfico 7-. SITUAÇÃO DA MORADIA



Fonte: Elaborado pelo autor(2025)

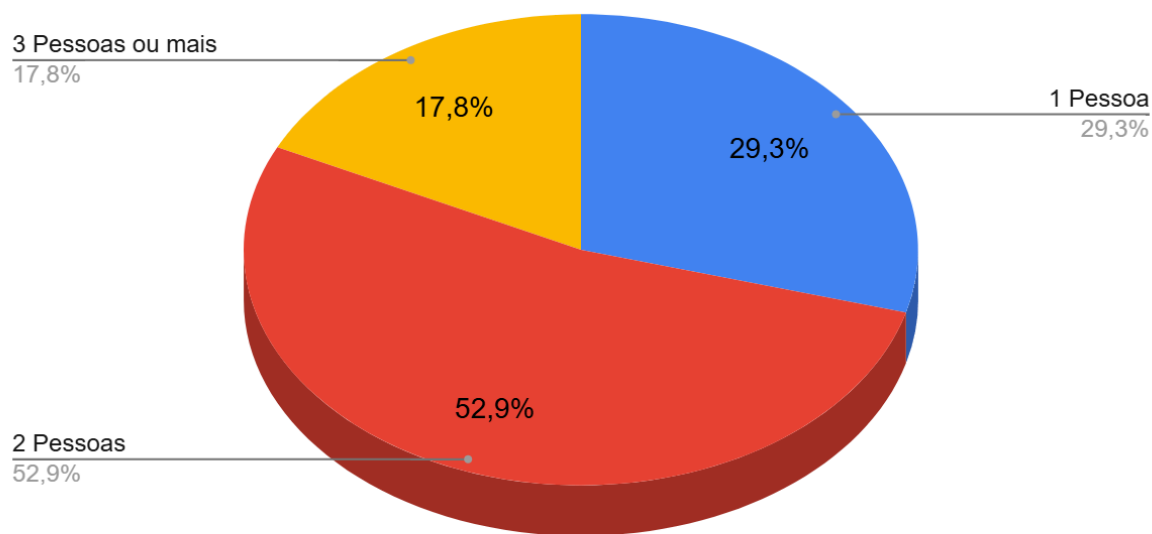
Este indicador refere-se à situação da moradia dos participantes, sendo categorizada em três tipos: casa própria, casa alugada e casa cedida.

Conforme apresentado no gráfico, a maioria dos respondentes (67,5%) reside em casa própria, indicando uma predominância de estabilidade habitacional entre os participantes. Em seguida, 29,3% moram em imóveis alugados, enquanto uma minoria, equivalente a 3,2%, vive em moradias cedidas (sem pagamento de aluguel).

Os dados mostram que mais de dois terços da amostra possuem moradia própria, o que pode refletir uma característica comum em determinadas regiões ou faixas de renda em que a aquisição da casa própria é priorizada como segurança familiar.

8) Caracterização por quantidade de contribuintes familiar

Gráfico 8-. QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A RENDA DA SUA FAMÍLIA?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

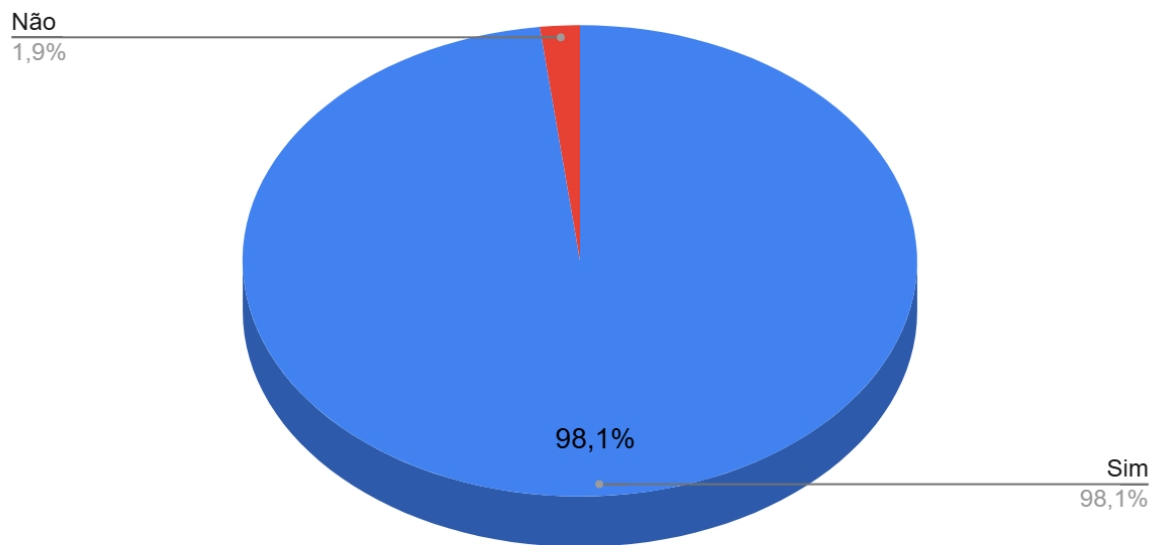
Este indicador refere-se à situação habitacional dos participantes, ou seja, se residem em casa própria, alugada ou cedida.

De acordo com o gráfico apresentado, a maioria dos respondentes (67,5%) afirmou residir em casa própria. Em seguida, 29,3% indicaram morar em casa alugada, enquanto apenas 3,2% relataram residir em imóvel cedido.

Esses dados sugerem que a maior parte das famílias possui uma habitação própria, o que pode representar maior estabilidade residencial. Por outro lado, a parcela que reside em imóveis alugados ou cedidos pode enfrentar situações de maior instabilidade ou dependência de terceiros.

9) Caracterização por acesso a internet na residência

Gráfico 9- VOCÊ POSSUI ACESSO À INTERNET EM CASA?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador refere-se à disponibilidade de acesso à internet no ambiente residencial dos participantes. De acordo com os dados apresentados, a maioria esmagadora dos respondentes (98,1%) afirmou possuir acesso à internet em casa, totalizando 154 participantes. Em contrapartida, apenas 1,9% (3 pessoas) declararam não ter acesso a esse recurso.

Esses resultados indicam que quase a totalidade da amostra possui conectividade domiciliar, o que pode refletir uma infraestrutura de telecomunicações consolidada na região ou um perfil socioeconômico que favorece o acesso a tecnologias. A presença majoritária de internet em casa também sugere que os participantes têm maior facilidade para atividades como estudos online, trabalho remoto ou acesso a informações digitais.

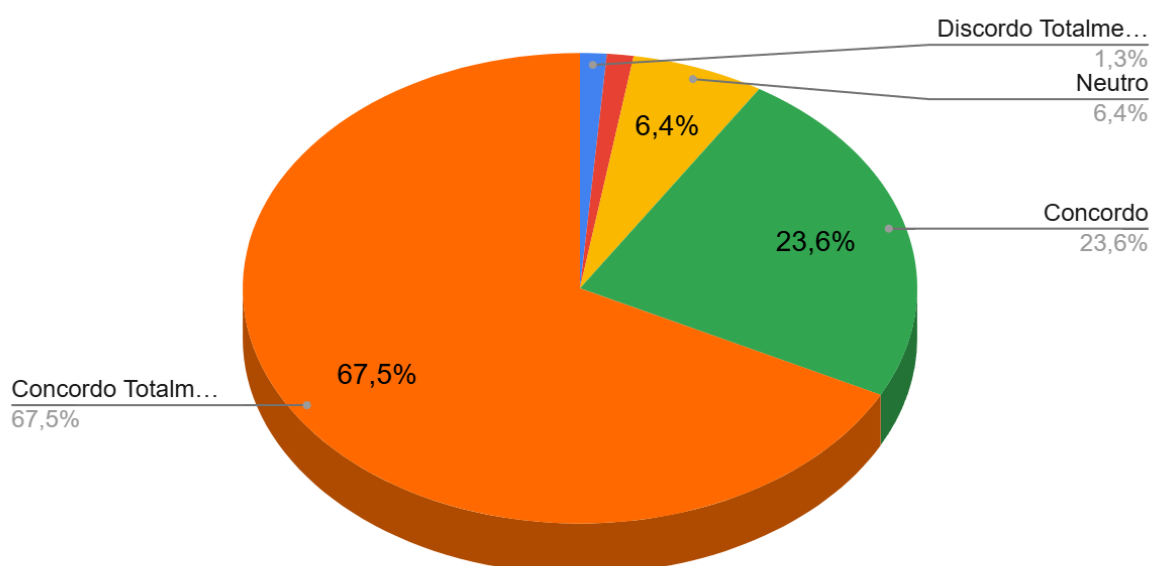
Por outro lado, a pequena parcela sem acesso à internet (1,9%) pode enfrentar desafios de inclusão digital, como limitações educacionais, profissionais ou sociais. Essa disparidade pode estar associada a fatores como renda familiar baixa, falta de infraestrutura em áreas específicas ou desconhecimento sobre o uso de tecnologias.

4.2 ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SUAS VIDAS

Neste subcapítulo, investigam-se as avaliações dos estudantes sobre a relevância da educação financeira em seu cotidiano e em suas perspectivas futuras. Serão abordados aspectos como a importância de organizar um orçamento mensal, o impacto do conhecimento em investimentos na qualidade de vida, o papel dos responsáveis e da escola no ensino financeiro, bem como a autoconfiança dos jovens para tomar decisões financeiras. O intuito é identificar o grau de consciência existente sobre a necessidade de formação nessa área e de que forma essa percepção pode impulsionar ou limitar a busca por maior aprendizado em finanças pessoais.

1) Análise da Percepção sobre Organização Orçamentária

Gráfico 1- Saber organizar um orçamento mensal é importante para evitar dívidas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

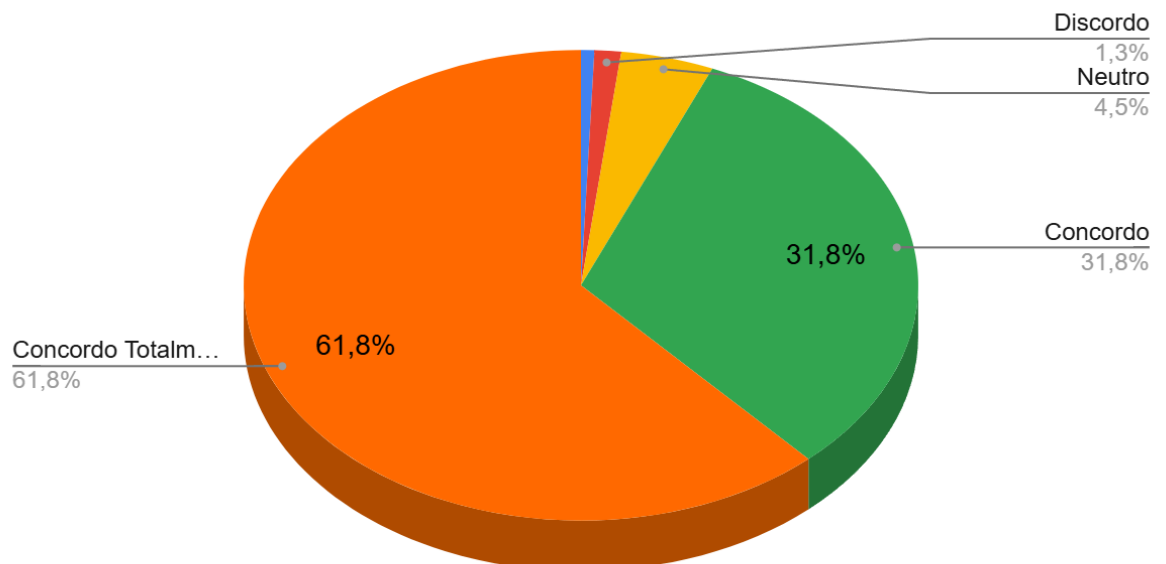
Este indicador refere-se à percepção dos participantes sobre a importância de organizar um orçamento mensal como forma de evitar o endividamento.

De acordo com o gráfico apresentado, a grande maioria dos respondentes (67,9%) concorda totalmente com a afirmação, e 23,7% concordam, somando um total de 91,6% com percepção positiva sobre o tema. Apenas 6,4% demonstraram neutralidade, enquanto 1,3% discordaram e outros 1,3% discordaram totalmente.

Esses dados indicam uma consciência generalizada entre os participantes sobre a importância da organização financeira para a prevenção de dívidas. A predominância de respostas positivas sugere que há um bom entendimento da relevância do planejamento mensal, o que pode favorecer práticas mais sustentáveis no controle de gastos.

2) Análise da percepção sobre se conhecimento em investimentos pode melhorar minha qualidade de vida no futuro

Gráfico 2- Entender sobre investimentos pode melhorar minha qualidade de vida no futuro.



Fonte: Elaborado pelo autor(2025)

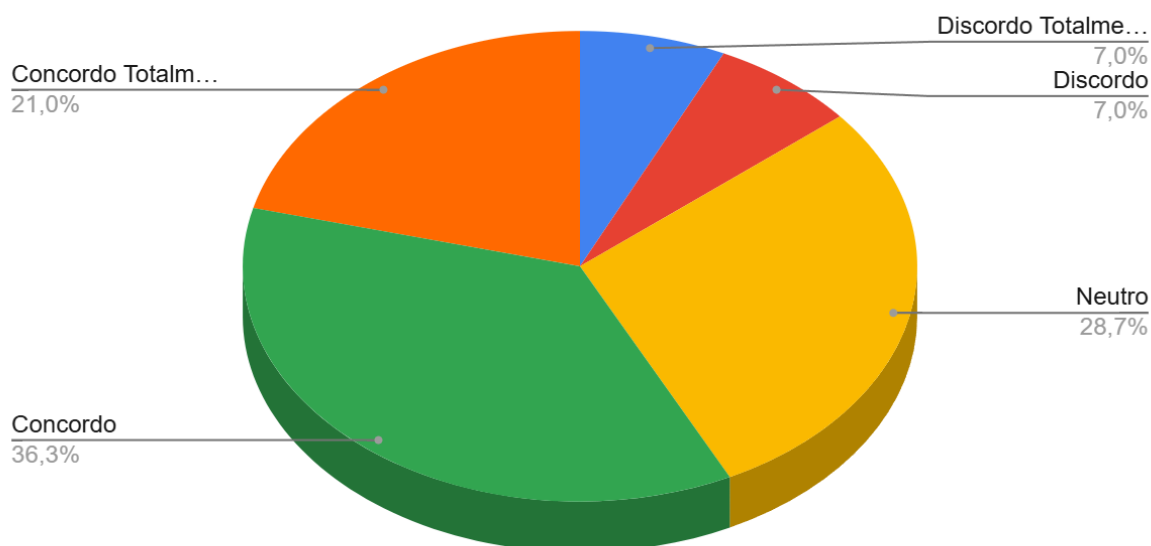
Este indicador refere-se à percepção dos participantes sobre o impacto do conhecimento em investimentos na melhoria da qualidade de vida futura.

De acordo com o gráfico apresentado, a maioria dos respondentes (61,8%) concorda totalmente com a afirmação, enquanto 31,8% concordam, totalizando 93,6% de respostas positivas. Apenas 4,5% dos participantes se mantiveram neutros, 1,3% discordaram e 0,6% discordaram totalmente.

Esses dados revelam uma compreensão ampla da importância dos investimentos como ferramenta para garantir maior estabilidade e qualidade de vida no futuro. A predominância das respostas positivas sugere que os participantes reconhecem o papel fundamental da educação financeira e do planejamento a longo prazo para alcançar seus objetivos.

3) Análise da sobre a percepção dos participantes quanto ao papel dos pais ou responsáveis na educação financeira dentro do ambiente familiar

Gráfico 3- Meus pais/responsáveis me ensinam como economizar dinheiro.



Fonte: Elaborado pelo autor(2025)

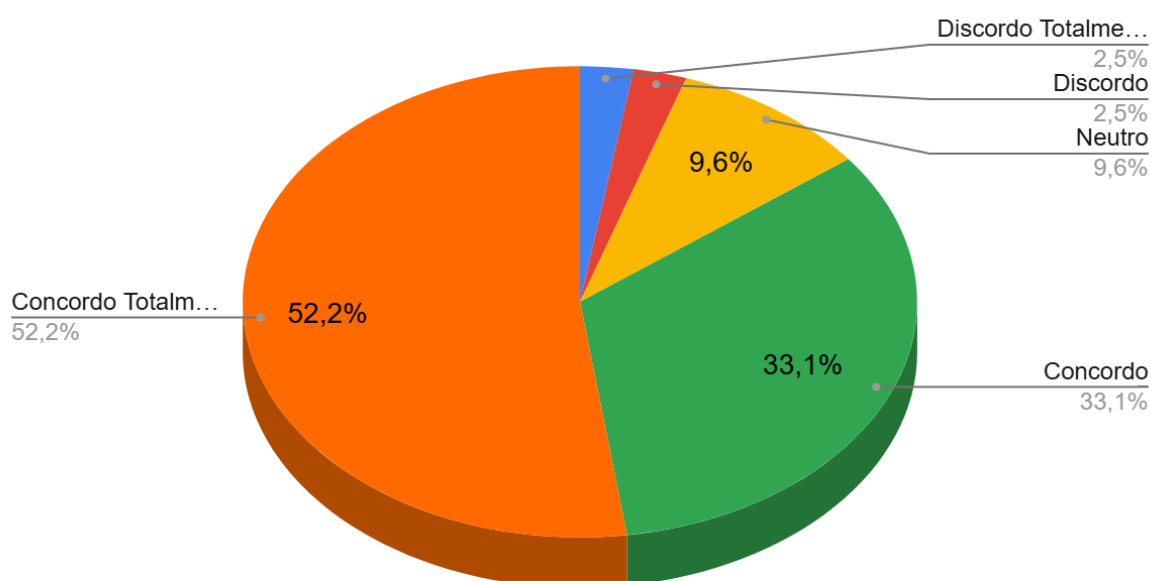
De acordo com o gráfico apresentado, 36,3% dos respondentes afirmaram que concordam com a afirmação, e 21% concordam totalmente, totalizando 57,3%

de respostas positivas. Por outro lado, 28,7% adotaram uma postura neutra, enquanto 7% discordam e 7% discordam totalmente.

Esses dados indicam que, embora mais da metade dos participantes reconheça alguma orientação financeira por parte dos pais ou responsáveis, ainda há uma parcela significativa que não tem esse tipo de apoio ou se mostra indiferente. Isso pode apontar para uma oportunidade de fortalecer a educação financeira no ambiente familiar, promovendo práticas que incentivem o diálogo sobre dinheiro desde cedo.

4) Análise sobre a percepção dos participantes sobre o papel da escola na educação financeira, especialmente no que diz respeito à compreensão dos juros de cartão de crédito

Gráfico 4- A escola deveria ensinar como funcionam os juros de cartão de crédito



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

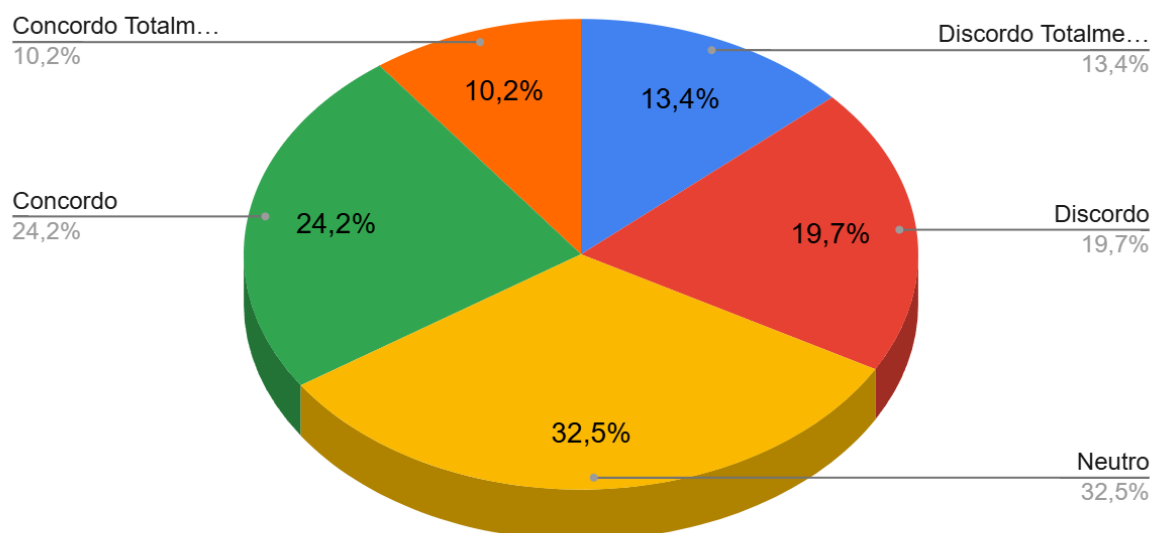
Esse indicador avalia a percepção dos participantes sobre o papel da escola na educação financeira, especialmente no que diz respeito à compreensão dos juros de cartão de crédito, um tema recorrente na vida adulta.

Com base no gráfico, observa-se que 52,2% dos respondentes concordam totalmente com essa afirmação, enquanto 33,1% concordam, somando 85,3% de respostas favoráveis. Já 9,6% ficaram neutros, e apenas 5% manifestaram algum grau de discordância (2,5% discordam totalmente e 2,5% discordam).

Esses dados demonstram um consenso significativo de que a escola deve incluir conteúdos práticos de educação financeira em seu currículo, especialmente temas que envolvem o uso do crédito, como os juros de cartão. O alto índice de concordância reforça a necessidade de preparar os alunos para a vida financeira adulta, oferecendo conhecimento que contribua para decisões mais conscientes e seguras.

5) Análise sobre o nível de compreensão dos participantes quanto a conceitos básicos de educação financeira

Gráfico 5- Sinto dificuldade para entender termos como “inflação” ou “renda fixa”.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse indicador investiga o nível de compreensão dos participantes quanto a conceitos básicos de educação financeira. A dificuldade com termos como “inflação” ou “renda fixa” pode indicar a necessidade de reforço educacional nessa área.

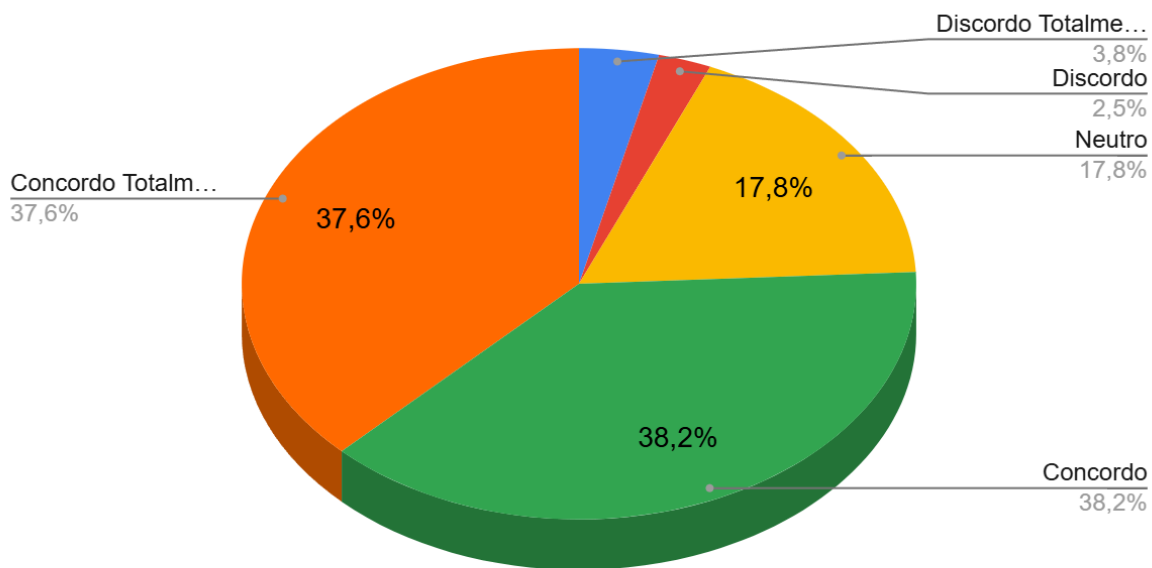
De acordo com o gráfico, 32,5% dos respondentes se mantiveram neutros, indicando uma possível incerteza ou variação no entendimento. Por outro lado, 34,3% manifestaram algum grau de discordância (13,4% discordam totalmente e 19,7% discordam), sugerindo que não sentem dificuldade para compreender os termos mencionados. Em contrapartida, 34,4% relataram ter dificuldade (24,2% concordam e 10,2% concordam totalmente).

Com os percentuais praticamente divididos entre quem sente dificuldade e quem não sente, essa questão evidencia uma polarização no nível de conhecimento dos participantes. O número elevado de respostas neutras também reforça a hipótese de que muitos estudantes não se sentem plenamente confiantes para afirmar seu entendimento ou desconhecimento.

Esses dados apontam para a necessidade de ações educativas mais claras e acessíveis, visando nivelar o conhecimento sobre os principais conceitos econômicos, especialmente no ambiente escolar.

6) Análise sobre a percepção dos respondentes sobre a utilidade da educação financeira para o planejamento de estudos futuros, como o ingresso em uma faculdade ou curso técnico

Gráfico 6- A educação financeira me ajudaria a planejar uma faculdade ou curso técnico.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos respondentes sobre a utilidade da educação financeira para o planejamento de estudos futuros, como o ingresso em uma faculdade ou curso técnico.

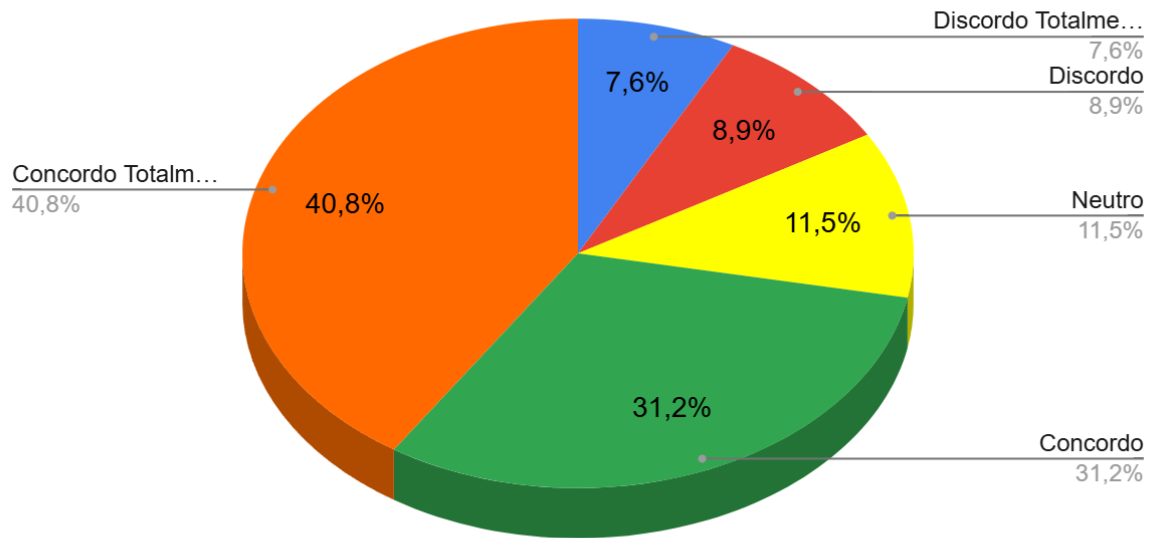
Conforme o gráfico, observa-se que 75,8% dos participantes concordam (38,2%) ou concordam totalmente (37,6%) com a afirmação, demonstrando um entendimento claro da importância da educação financeira nesse contexto. Isso reflete um reconhecimento significativo do papel da educação financeira na organização pessoal e planejamento de metas de médio a longo prazo.

Apenas 6,3% discordam (2,5%) ou discordam totalmente (3,8%), o que mostra que a rejeição à ideia é mínima. Além disso, 17,8% mantiveram-se neutros, o que pode indicar dúvidas ou falta de conhecimento prático sobre como aplicar a educação financeira nesse tipo de planejamento.

De forma geral, os dados evidenciam uma forte valorização da educação financeira como ferramenta para apoiar decisões educacionais e profissionais, reforçando a importância de incluir esse conteúdo de maneira estruturada na formação dos jovens.

7) Análise sobre a percepção dos participantes sobre as principais fontes de aprendizado relacionadas ao dinheiro, comparando o papel da internet e da escola

Gráfico 7- Aprendi mais sobre dinheiro com a internet do que com a escola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes sobre as principais fontes de aprendizado relacionadas ao dinheiro, comparando o papel da internet e da escola.

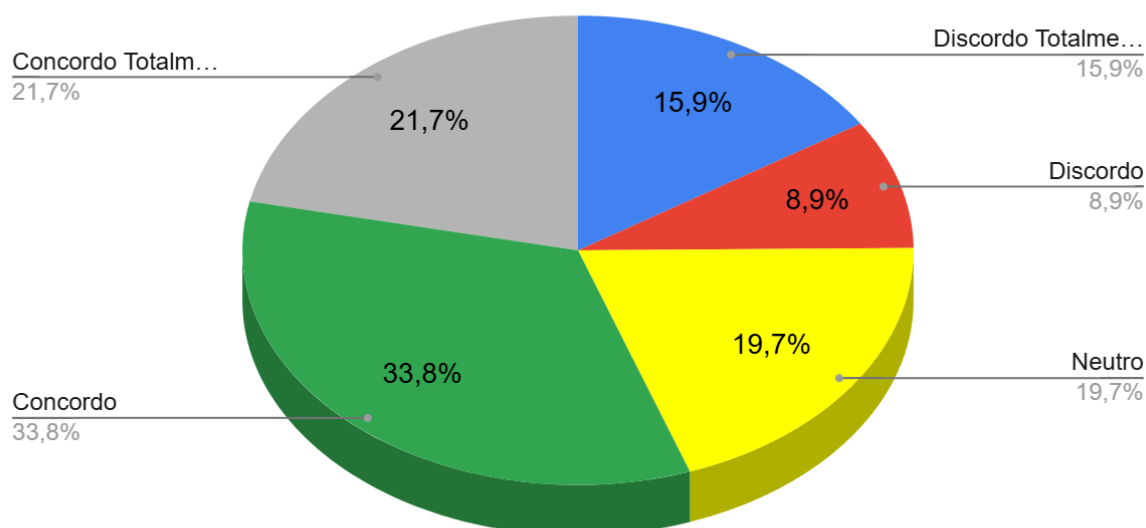
De acordo com os dados obtidos, 72% dos respondentes afirmaram concordar (31,2%) ou concordar totalmente (40,8%) com a afirmação. Isso evidencia que a maioria considera ter adquirido mais conhecimentos financeiros por meio da internet do que pela educação formal.

Em contrapartida, apenas 7,6% discordam totalmente e 8,9% discordam, somando 16,5% de respostas negativas, o que mostra que uma parcela menor vê a escola como fonte mais eficaz de aprendizado financeiro. Já 11,5% permaneceram neutros, possivelmente por acreditarem que ambas as fontes têm peso semelhante ou por não se recordarem claramente onde aprenderam.

Esses dados indicam uma lacuna significativa no ensino formal de educação financeira, reforçando a ideia de que a escola ainda precisa evoluir nesse aspecto para acompanhar o volume de informações práticas e acessíveis oferecidas na internet. A escola deve adaptar e complementar os conteúdos digitais com orientações críticas, contextualizadas e confiáveis.

8) Análise sobre o nível de exposição dos participantes a conteúdos de educação financeira no ambiente escolar

Gráfico 8- Já participei de alguma atividade ou curso de educação financeira na escola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga o nível de exposição dos participantes a conteúdos de educação financeira no ambiente escolar, considerando atividades ou cursos relacionados ao tema.

De acordo com os dados obtidos, 55,5% dos respondentes afirmaram concordar (33,8%) ou concordar totalmente (21,7%) com a afirmação. Isso evidencia que mais da metade dos participantes reconhece ter vivenciado alguma forma de

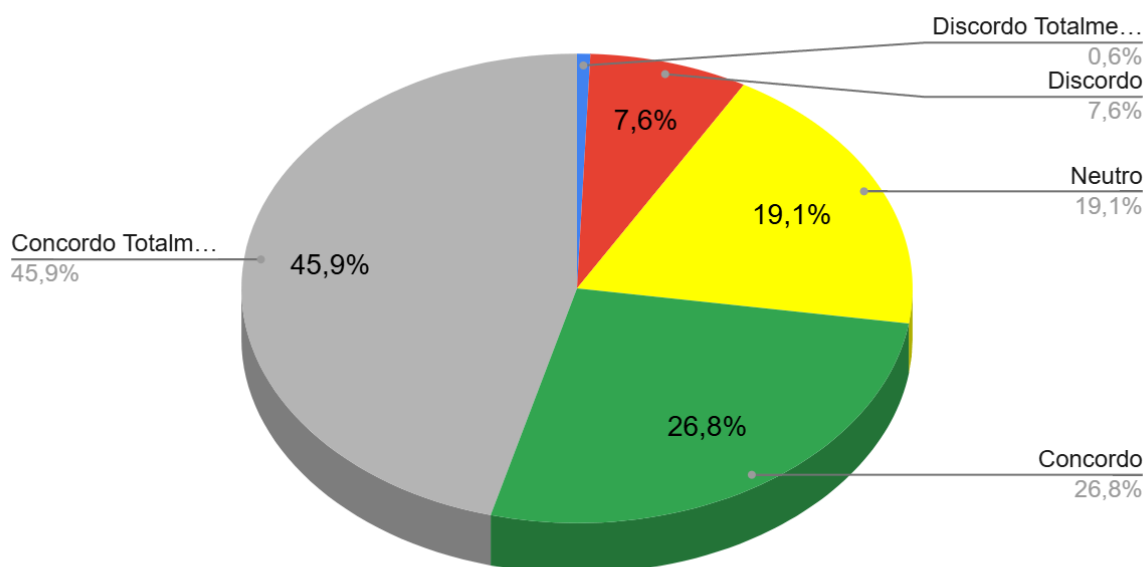
educação financeira na escola, o que pode refletir iniciativas pontuais ou programas implementados pelas instituições.

Em contrapartida, 15,9% discordam totalmente e 8,9% discordam, somando 24,8% de respostas negativas, o que revela que quase um quarto dos estudantes não teve acesso ou não reconheceu essas experiências escolares. Já 19,7% permaneceram neutros, o que pode indicar incerteza, pouca clareza sobre o que foi ofertado ou experiências que não marcaram os alunos de forma significativa.

Esses dados demonstram que, embora haja avanços na oferta de conteúdos de educação financeira nas escolas, ainda existe uma lacuna em termos de abrangência e impacto, exigindo que tais iniciativas sejam mais sistemáticas, acessíveis e bem comunicadas. A consolidação da educação financeira como parte efetiva do currículo pode ajudar a tornar essas experiências mais reconhecíveis e significativas para todos os estudantes.

9) Análise sobre a percepção dos participantes sobre a importância da educação financeira como parte obrigatória da formação escolar

Gráfico 9- A educação financeira deveria ser obrigatória no currículo escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes sobre a importância da educação financeira como parte obrigatória da formação escolar.

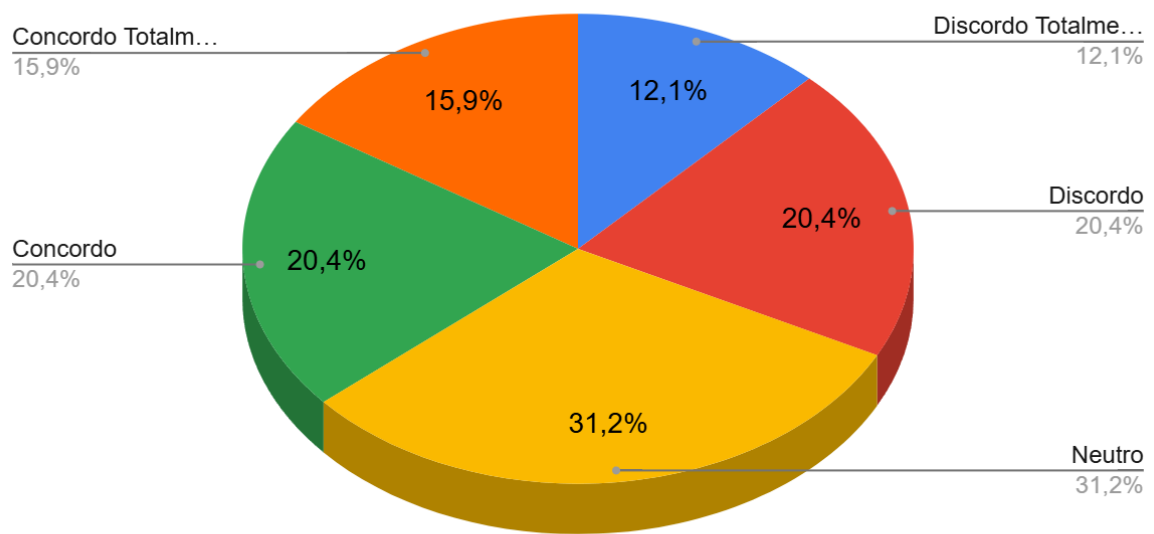
De acordo com os dados obtidos, 72,7% dos respondentes afirmaram concordar (26,8%) ou concordar totalmente (45,9%) com a afirmação. Isso demonstra que a ampla maioria reconhece o valor da educação financeira e acredita que ela deve estar formalmente inserida no currículo escolar, evidenciando uma forte demanda por esse tipo de conteúdo no ambiente educacional.

Em contrapartida, apenas 0,6% discordam totalmente e 7,6% discordam, somando apenas 8,2% de respostas negativas, o que mostra que uma parcela muito pequena dos participantes não vê a obrigatoriedade como necessária. Já 19,1% permaneceram neutros, o que pode indicar falta de informação suficiente para opinar, ou uma percepção de que a obrigatoriedade depende de outros fatores como estrutura, formação docente ou interesse dos alunos.

Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas que priorizem a implementação sistemática da educação financeira nas escolas. A forte aprovação entre os participantes indica que tal medida seria bem recebida e atenderia a uma necessidade percebida pela comunidade escolar, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para lidar com questões econômicas em seu cotidiano.

10) Análise sobre a percepção dos participantes sobre o grau de preparo que possuem atualmente para lidar com decisões financeiras futuras, considerando o conhecimento que já adquiriram

Gráfico 10- Meu conhecimento financeiro atual é suficiente para tomar decisões no futuro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes sobre o grau de preparo que possuem atualmente para lidar com decisões financeiras futuras, considerando o conhecimento que já adquiriram.

De acordo com os dados obtidos, 36,3% dos respondentes afirmaram concordar (20,4%) ou concordar totalmente (15,9%) com a afirmação. Isso revela que pouco mais de um terço dos participantes se sentem confiantes quanto ao seu conhecimento financeiro atual, o que sugere um grau moderado de autossuficiência financeira entre os jovens.

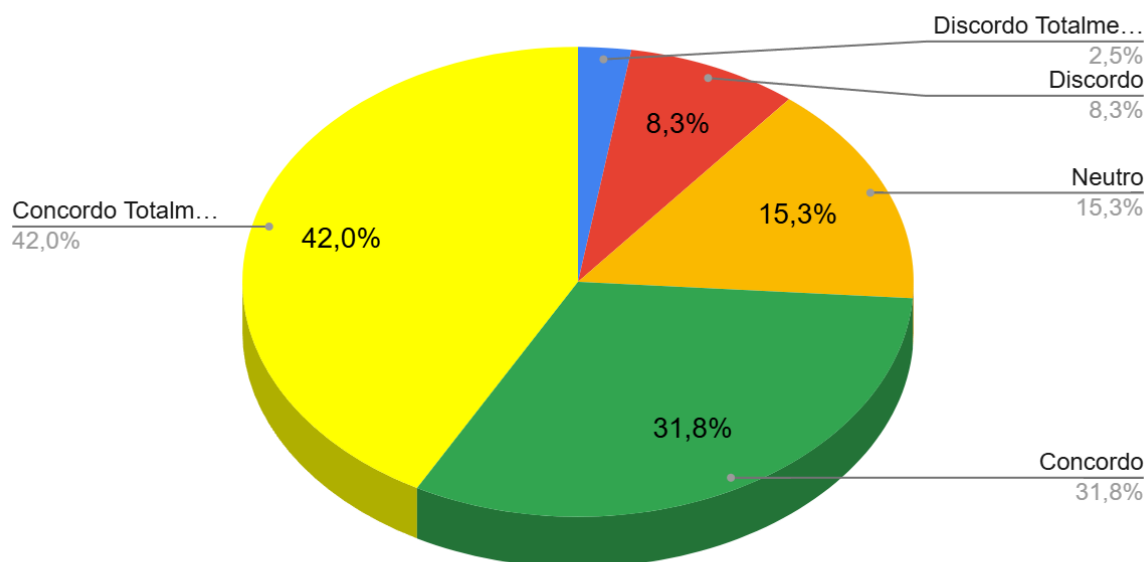
Em contrapartida, 12,1% discordam totalmente e 20,4% discordam, totalizando 32,5% de respostas negativas, o que indica que uma parcela significativa dos participantes reconhece que ainda não se sente preparada para tomar decisões financeiras futuras. Além disso, 31,2% permaneceram neutros, o que pode demonstrar insegurança, falta de vivência prática ou dificuldade em avaliar o próprio nível de preparo financeiro.

Esses dados apontam para uma necessidade clara de reforço no ensino de educação financeira, especialmente com foco em práticas aplicáveis ao cotidiano e ao futuro dos estudantes. A proporção equilibrada entre respostas positivas, negativas e neutras revela que há uma base de conhecimento, mas que ela ainda

não é suficiente para gerar confiança plena entre os participantes, reforçando a importância de ampliar o acesso a conteúdos educativos e orientações práticas nesse tema.

11) Análise sobre a percepção dos participantes quanto às principais fontes de aprendizado sobre dinheiro, comparando as vivências pessoais com o ensino escolar formal

Gráfico 11- Aprendi mais sobre dinheiro com experiências pessoais do que com a escola.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes quanto às principais fontes de aprendizado sobre dinheiro, comparando as vivências pessoais com o ensino escolar formal.

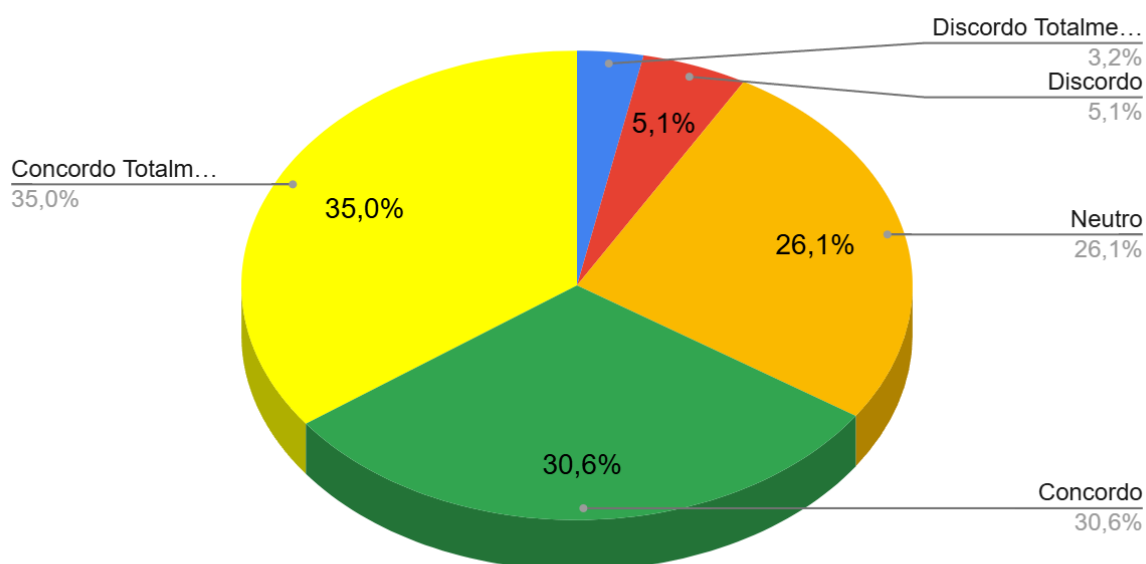
De acordo com os dados obtidos, 73,8% dos respondentes afirmaram concordar (31,8%) ou concordar totalmente (42%) com a afirmação. Isso evidencia que a ampla maioria dos participantes considera que as experiências pessoais tiveram maior impacto em seu aprendizado financeiro do que o ensino oferecido pela escola.

Em contrapartida, 2,5% discordam totalmente e 8,3% discordam, somando apenas 10,8% de respostas negativas, o que mostra que apenas uma pequena parcela acredita que a escola teve um papel mais relevante nesse aprendizado. Já 15,3% permaneceram neutros, possivelmente por reconhecerem o valor de ambas as fontes ou por não conseguirem distinguir claramente de onde vieram seus principais conhecimentos.

Esses dados reforçam a percepção de uma lacuna significativa no ensino formal de educação financeira. A escola ainda não tem ocupado um papel central na formação financeira dos estudantes, o que destaca a importância de integrar de forma mais eficaz esse tema ao currículo, com abordagens práticas e contextualizadas que dialoguem com as vivências reais dos alunos.

12) Análise sobre a percepção dos participantes sobre a influência do acesso a cursos especializados na sua segurança e confiança para realizar investimentos financeiros

Gráfico 12- Sentiria mais segurança para investir se tivesse acesso a cursos especializados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes sobre a influência do acesso a cursos especializados na sua segurança e confiança para realizar investimentos financeiros.

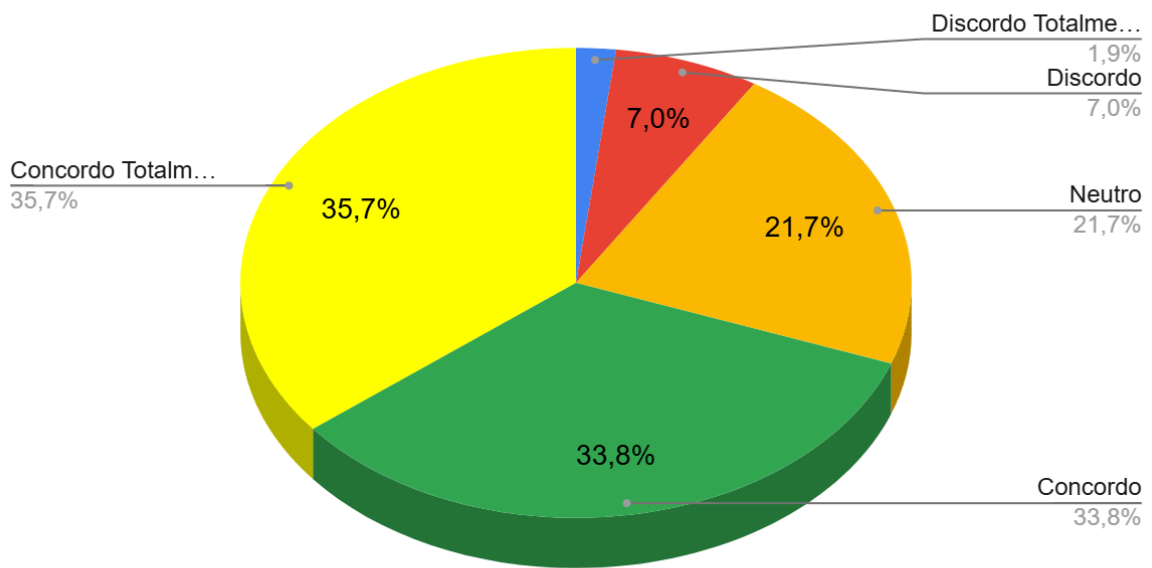
De acordo com os dados obtidos, 65,6% dos respondentes afirmaram concordar (30,6%) ou concordar totalmente (35%) com a afirmação. Isso demonstra que a maioria dos participantes acredita que o acesso a cursos especializados aumentaria sua segurança ao investir, evidenciando o valor percebido da educação financeira, prática e técnica.

Em contrapartida, apenas 3,2% discordam totalmente e 5,1% discordam, somando 8,3% de respostas negativas, o que mostra que apenas uma pequena parcela dos respondentes não considera os cursos especializados como relevantes para aumentar sua confiança nos investimentos. Já 26,1% permaneceram neutros, o que pode indicar dúvidas sobre a real eficácia dos cursos ou uma falta de familiaridade com esse tipo de formação.

Esses dados indicam uma demanda latente por capacitação na área de investimentos. A insegurança financeira e o medo de tomar decisões erradas ainda são barreiras para muitos indivíduos, o que reforça a necessidade de ampliar o acesso a conteúdos especializados, com foco prático e acessível, que contribuam para a autonomia financeira da população.

13) Análise sobre a percepção dos participantes quanto ao impacto da ausência de educação financeira na ampliação das desigualdades sociais

Gráfico 13- A falta de educação financeira contribui para as desigualdades sociais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador tem como objetivo compreender a percepção dos participantes quanto ao impacto da ausência de educação financeira na ampliação das desigualdades sociais.

Segundo os dados obtidos, 89 participantes (56,7%) concordam totalmente (35,7%) ou concordaram (33,8%) com a afirmação. Isso indica que a maioria reconhece a educação financeira como um fator essencial para a redução das desigualdades sociais, percebendo que o acesso ao conhecimento sobre finanças pode promover melhores oportunidades econômicas, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade.

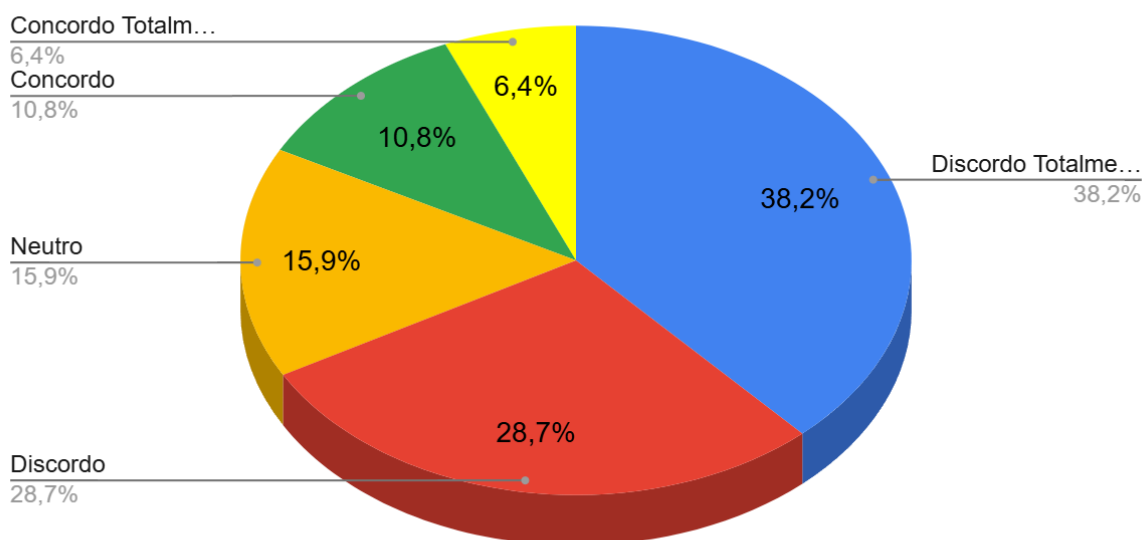
Por outro lado, apenas 3 pessoas (1,9%) discordaram totalmente e 11 (7%) discordaram, totalizando 8,9% de respostas negativas, o que demonstra uma baixa contestação sobre o papel da educação financeira na justiça social. Já 34 respondentes (21,7%) mantiveram-se neutros, possivelmente por não possuírem informações suficientes para avaliar essa relação ou por acreditarem que outros fatores pesam mais nas desigualdades sociais.

De forma geral, os dados evidenciam uma consciência coletiva sobre a importância da educação financeira como ferramenta de transformação social, o que

reforça a necessidade de políticas públicas e ações educacionais que democratizem esse conhecimento, sobretudo em contextos escolares e comunitários.

14) Análise sobre a percepção dos respondentes sobre o papel da escola no preparo dos alunos para enfrentarem situações de endividamento relacionadas ao cartão de crédito, um tema recorrente na vida adulta

Gráfico 14- A escola prepara os alunos para lidar com dívidas no cartão de crédito.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador busca avaliar a percepção dos respondentes sobre o papel da escola no preparo dos alunos para enfrentarem situações de endividamento relacionadas ao cartão de crédito, um tema recorrente na vida adulta.

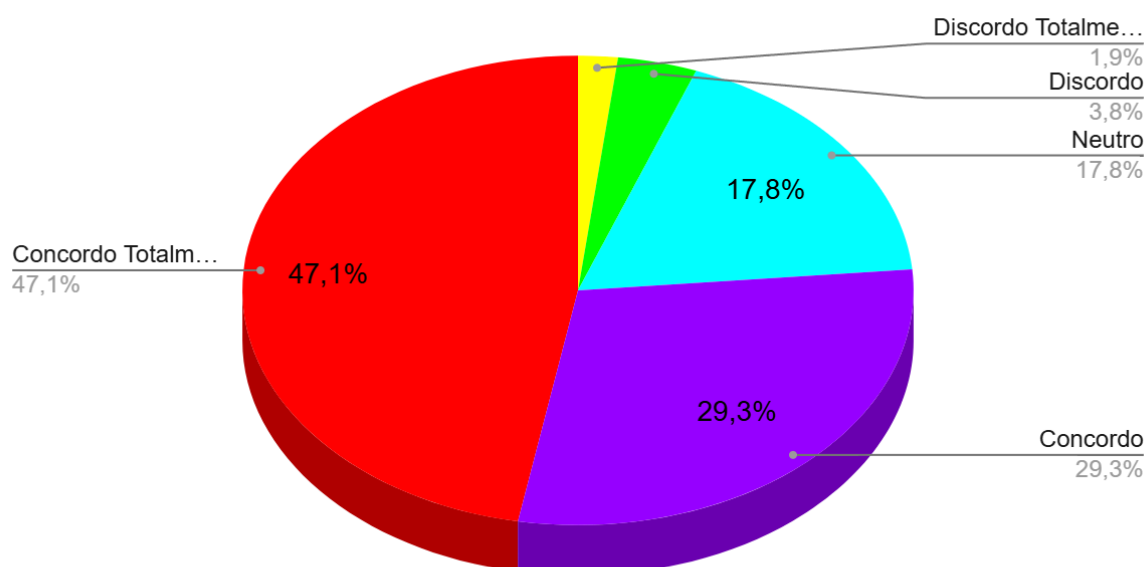
De acordo com os dados, 105 participantes (66,9%) discordaram totalmente (38,2%) ou discordaram (28,7%) da afirmação. Esse número evidencia uma forte percepção de que a escola não aborda de forma satisfatória temas práticos de educação financeira, especialmente aqueles que envolvem o uso consciente do crédito e a prevenção de dívidas algo comum no cotidiano dos brasileiros.

Por outro lado, apenas 17 pessoas (10,8%) demonstraram concordância (6,4% concordaram totalmente e 4,5% concordaram), representando uma minoria significativa. Já 25 respondentes (15,9%) optaram pela neutralidade, o que pode indicar falta de contato com esse conteúdo durante a formação escolar ou uma percepção ambígua sobre a abordagem do tema.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que a escola ainda é vista como uma instituição que falha ao preparar os alunos para questões financeiras reais e recorrentes, como o uso do cartão de crédito. A alta taxa de discordância reforça a urgência em incluir conteúdos de educação financeira prática no currículo escolar, com foco em consumo consciente, crédito e planejamento orçamentário.

15) Análise sobre o nível de consciência dos participantes quanto à importância da gestão financeira atual em relação às consequências futuras

Gráfico 15- A maneira como administro o meu dinheiro agora impactará meu futuro financeiro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador tem o objetivo de avaliar o nível de consciência dos participantes quanto à importância da gestão financeira atual em relação às consequências futuras.

A análise mostra que 120 respondentes (76,4%) concordaram com a afirmação, sendo 74 (47,1%) que concordaram totalmente e 46 (29,3%) que concordaram. Esse dado revela um alto grau de percepção sobre a responsabilidade individual na administração do dinheiro e seu reflexo no futuro financeiro, evidenciando maturidade ou pelo menos uma compreensão clara sobre a relação entre hábitos financeiros e estabilidade futura.

Enquanto isso, 28 pessoas (17,8%) permaneceram neutras, o que pode indicar indecisão, falta de conhecimento ou reflexão sobre o tema. Já a discordância foi mínima, com apenas 9 respostas (5,8%), somando os que discordaram totalmente (3 respostas) e os que discordaram (6 respostas), demonstrando que há pouca resistência ou desconhecimento sobre essa associação.

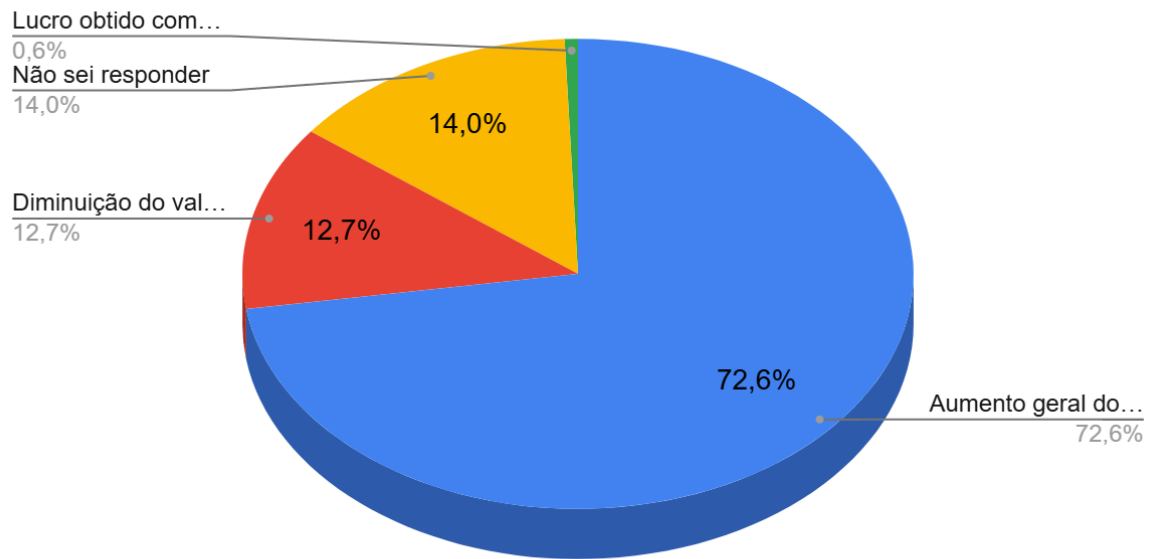
Dessa forma, é possível concluir que os participantes têm consciência do impacto de suas escolhas financeiras atuais no futuro, o que representa um ponto positivo para a construção de políticas educacionais ou iniciativas que visem reforçar e aprofundar esses conhecimentos desde cedo. Essa percepção pode ser utilizada como base para motivar práticas de planejamento financeiro pessoal e a adesão a programas de educação financeira mais específicos.

4.3 ENTENDENDO O NÍVEL DE CONHECIMENTO DO ESTUDANTES SOBRE CONCEITOS FINANCEIROS BÁSICOS

Neste trecho, enfoca-se a proficiência dos estudantes em temas fundamentais de finanças, avaliados por meio de questões objetivas: definição de inflação, perfil de risco em investimentos, diversificação de aplicações, características da poupança, conceito de CDB, função da taxa SELIC, distinção entre juros simples e compostos e compreensão de renda variável. Cada item permite medir a assimilação dos conceitos econômicos e financeiros, apontando quais tópicos apresentam maior dificuldade e quais foram corretamente assimilados pela maior parte da turma. A partir dessa análise, serão identificadas lacunas de conhecimento que demandam reforço no ambiente escolar.

- 1) Análise sobre conhecimento dos participantes sobre o conceito básico

Gráfico 1- O que é inflação?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre o conceito básico de inflação, por meio de uma questão objetiva com quatro alternativas: Aumento geral dos preços ao longo do tempo; Diminuição do valor da moeda estrangeira; Lucro obtido com investimentos e não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 72,6% dos respondentes (114 alunos) assinalaram corretamente a alternativa “Aumento geral dos preços ao longo do tempo”, sendo esta a resposta correta, pois a inflação se refere ao fenômeno de alta contínua e generalizada dos preços na economia. Esse resultado demonstra que a maioria dos participantes possui compreensão adequada desse conceito fundamental.

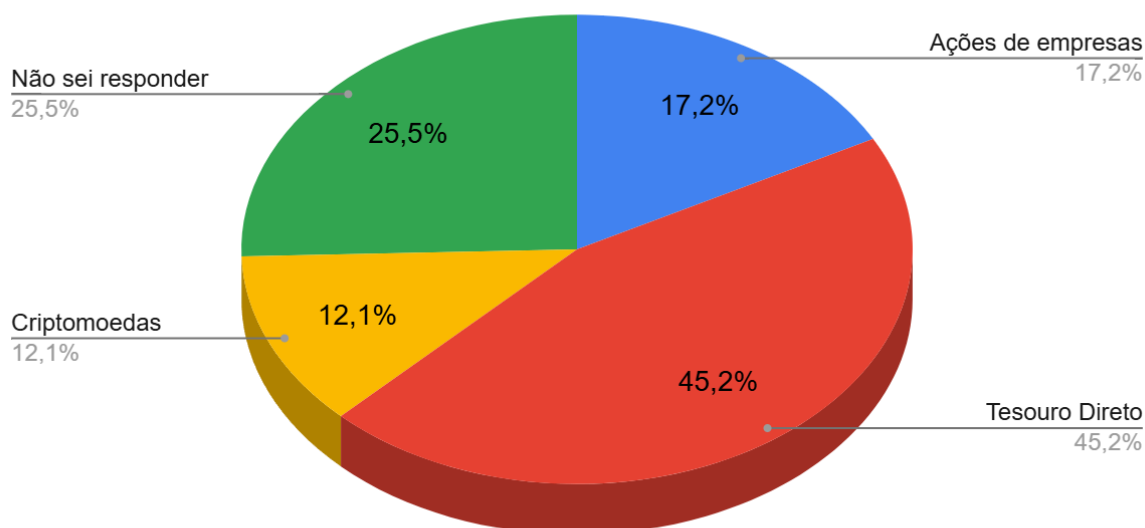
Por outro lado, 12,7% (20 alunos) escolheram “Diminuição do valor da moeda estrangeira”, e 0% (0 alunos) optaram por “Lucro obtido com investimentos”, ambas alternativas incorretas que indicam confusão com variação cambial ou ganhos financeiros. Além disso, 14,0% (22 alunos) assinalaram “Não sei responder”, evidenciando incerteza ou falta de domínio sobre o tema.

Esses resultados revelam que, embora a maior parte dos estudantes saiba definir corretamente a inflação, ainda há 27,4% da amostra que não domina esse conceito (12,7% escolheram uma alternativa errada e 14,0% não souberam responder). Isso evidencia a necessidade de reforçar o ensino de conceitos

econômicos básicos em sala de aula, garantindo que todos compreendam como a inflação afeta o poder de compra, a dinâmica do mercado e as decisões financeiras do dia a dia.

2) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre perfis de risco em investimentos

Gráfico 2- Qual destes é um investimento de baixo risco?



Fonte: Elaborado pelo autor(2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre perfis de risco em investimentos, apresentando quatro alternativas: Ações de empresas; Tesouro Direto; Criptomoedas e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 45,2% dos respondentes (71 alunos) indicaram “Tesouro Direto”, que é a resposta correta, pois títulos públicos federais costumam ser considerados investimentos de baixo risco. Esse resultado mostra que menos da metade da amostra domina adequadamente esse conceito de segurança em aplicações financeiras.

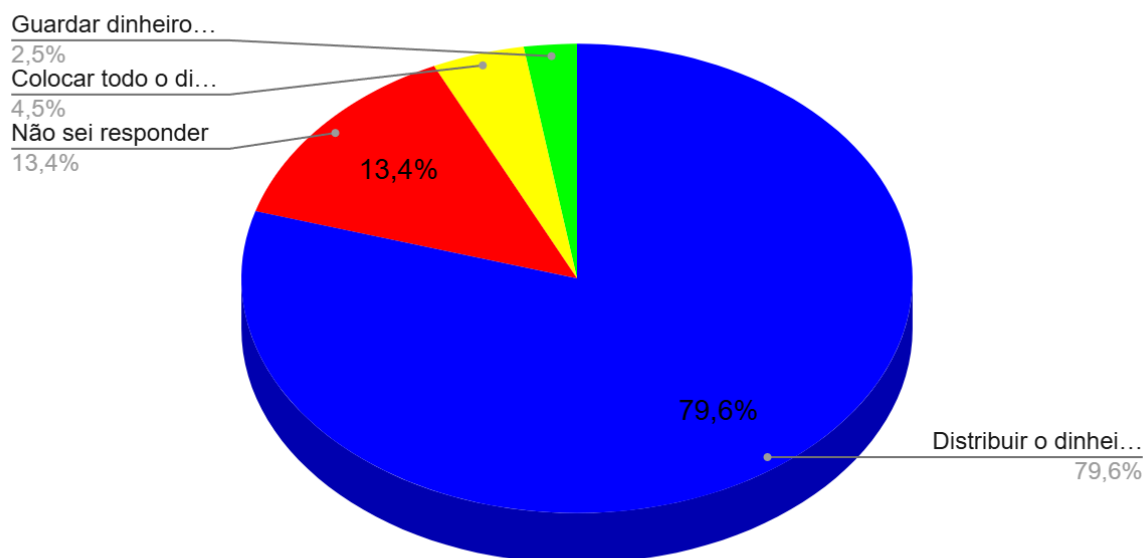
Por outro lado, 17,2% (27 alunos) escolheram “Ações de empresas”, que representam investimentos de risco mais elevado, já que seu retorno está sujeito às

oscilações do mercado de capitais. 12,1% (19 alunos) apontaram “Criptomoedas”, outra alternativa de alto risco em razão de sua volatilidade histórica. Finalmente, 25,5% (40 alunos) assinalaram “Não sei responder”, indicando incerteza ou desconhecimento sobre como classificar o nível de segurança dessas opções de aplicação.

Esses resultados revelam que, embora quase metade dos estudantes reconheça corretamente o Tesouro Direto como investimento de baixo risco, existe uma parcela significativa (44,3%) que ou escolheu uma alternativa errada (29,3%) ou não soube responder (25,5%). Isso evidencia a necessidade de reforçar conceitos de perfil de risco e hierarquia de investimentos, garantindo que os alunos compreendam as diferenças fundamentais entre opções de renda fixa e renda variável.

3) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre a estratégia de diversificação em investimentos

Gráfico 3- O que significa diversificar investimentos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre a estratégia de diversificação em investimentos, apresentando quatro alternativas: Colocar todo o

dinheiro em uma única aplicação; Distribuir o dinheiro em diferentes tipos de investimentos; Guardar dinheiro em casa e Não sei responder

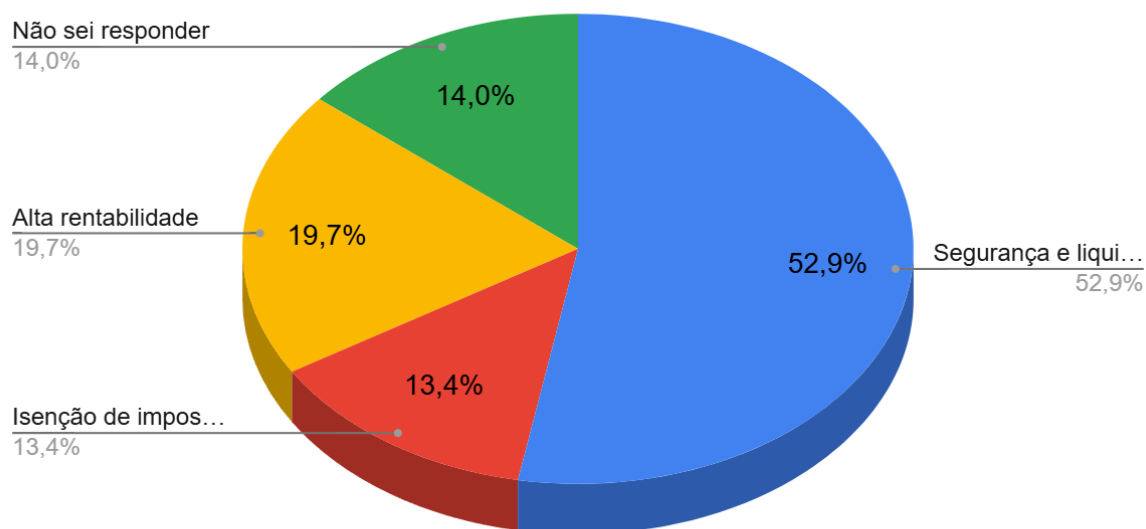
De acordo com os dados obtidos, 79,6% dos respondentes (125 alunos) indicaram “Distribuir o dinheiro em diferentes tipos de investimentos”, que é a resposta correta, pois diversificar significa aplicar o dinheiro em diferentes ativos para reduzir os riscos e aumentar as chances de retorno equilibrado. Esse resultado revela que a ampla maioria dos estudantes compreende corretamente esse conceito fundamental da educação financeira.

Por outro lado, 4,5% (7 alunos) escolheram “Colocar todo o dinheiro em uma única aplicação”, uma estratégia arriscada e contrária ao princípio da diversificação. 2,5% (4 alunos) optaram por “Guardar dinheiro em casa”, que não representa um investimento propriamente dito, além de ser uma prática que expõe o recurso à desvalorização com o tempo. 13,4% (21 alunos) assinalaram “Não sei responder”, evidenciando um grupo que ainda apresenta desconhecimento sobre o tema.

Esses resultados indicam que, apesar da grande maioria identificar corretamente o que é diversificar investimentos, há 20,4% da amostra que ainda carece de compreensão sobre o tema, seja por escolher alternativas erradas (7%) ou por não saber responder (13,4%). Isso reforça a importância de continuar promovendo o ensino de estratégias básicas de investimento e gestão financeira entre os estudantes.

4) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre as características básicas da poupança

Gráfico 4- Qual a vantagem da poupança?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre as características básicas da poupança, apresentando quatro alternativas: Alta rentabilidade; Segurança e liquidez imediata; Isenção de impostos e Não sei responder

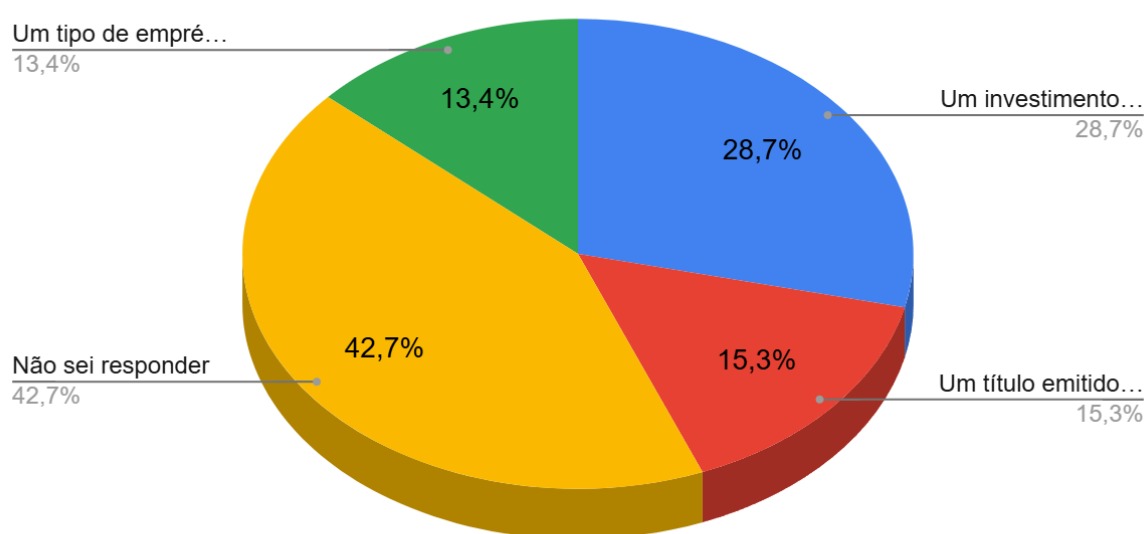
De acordo com os dados obtidos, 52,9% dos respondentes (83 alunos) indicaram “Segurança e liquidez imediata”, que é a resposta correta, pois a principal vantagem da poupança está na disponibilidade rápida dos recursos e na garantia de que o capital não sofrerá grandes oscilações de valor. Esse resultado mostra que mais da metade da amostra domina adequadamente esse conceito fundamental de aplicações de renda fixa.

Por outro lado, 19,7% (31 alunos) escolheram “Alta rentabilidade”, opção incorreta, dado que a poupança apresenta rendimentos moderados e geralmente inferiores aos de outras modalidades de investimento. 13,4% (21 alunos) assinalaram “Isenção de impostos”, que também não é verdade (os rendimentos de poupança são tributados pela tabela regressiva do Imposto de Renda em determinadas situações). Finalmente, 14,0% (22 alunos) optaram por “Não sei responder”, indicando incerteza ou desconhecimento sobre as características da poupança.

Esses resultados revelam que, embora a maioria dos estudantes reconheça corretamente que a poupança oferece segurança e liquidez imediata, existe uma parcela significativa (47,1%) que ou escolheu uma alternativa errada (33,1%) ou não soube responder (14,0%). Isso evidencia a necessidade de reforçar conteúdos básicos sobre produtos de investimento e suas peculiaridades, garantindo que os alunos entendam as diferenças entre rendimento, liquidez e tributação em cada opção financeira.

5) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre o conceito de CDB (Certificado de Depósito Bancário)

Gráfico 5- O que é um CDB?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre o conceito de CDB (Certificado de Depósito Bancário), por meio de uma questão objetiva com quatro alternativas: Um tipo de empréstimo bancário; um investimento que protege contra a inflação; Um título emitido por bancos que paga juros e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 13,4% (21 alunos) escolheram “Um tipo de empréstimo bancário”, o que está incorreto, pois embora o banco capte recursos no

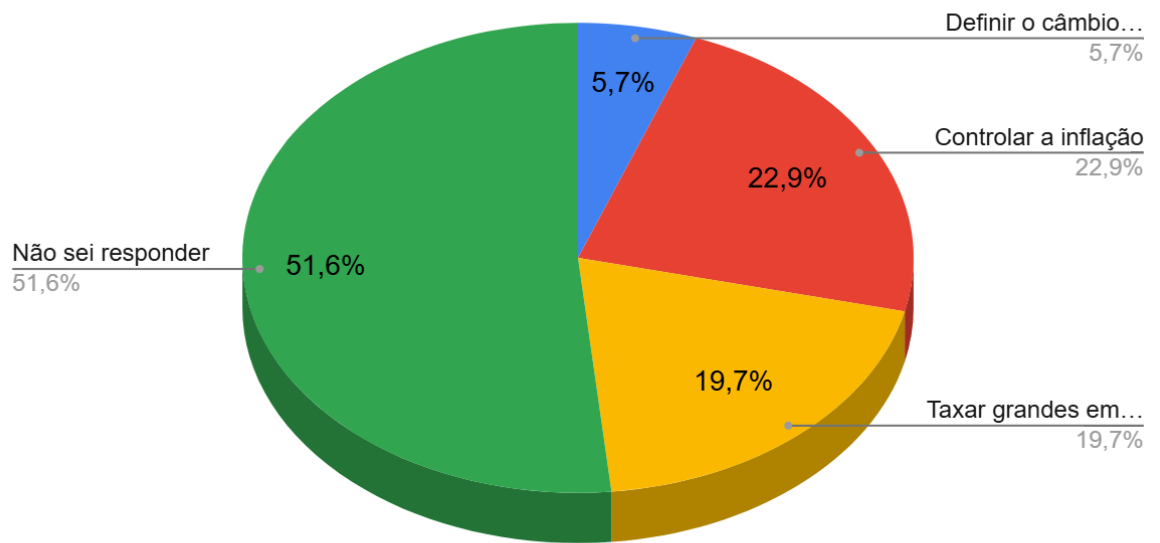
CDB, a definição mais precisa não é a de “empréstimo” ao cliente, mas sim um título de renda fixa. 28,7% (45 alunos) assinalaram “Um investimento que protege contra a inflação”, opção igualmente incorreta, visto que essa característica se refere mais a produtos indexados (como títulos atrelados ao IPCA), mas não define um CDB genérico. 15,3% (24 alunos) indicaram “Um título emitido por bancos que paga juros”, que é a resposta correta, pois o CDB constitui justamente um título de renda fixa, emitido por instituições financeiras para captar recursos, mediante pagamento de juros. 42,7% (67 alunos) assinalaram “Não sei responder”, evidenciando incerteza ou falta de domínio sobre o tema.

Observa-se que apenas 15,3% da amostra identificou corretamente o CDB como “um título emitido por bancos que pagam juros”. Esse percentual relativamente baixo indica que a maioria dos alunos ainda não compreende de forma clara a natureza dos produtos de renda fixa ofertados pelas instituições financeiras. Mais de 80% dos respondentes (42,1% de alternativas erradas + 42,7% de “Não sei responder”) ou escolheram respostas equivocadas ou não souberam responder, o que sugere lacunas significativas no entendimento de instrumentos básicos de investimento.

Esses resultados reforçam a necessidade de aprofundar o ensino sobre as características dos principais investimentos de renda fixa, como CDB, LCI/LCA e Tesouro Direto, em disciplinas de educação financeira ou economia básica. Ao familiarizar melhor os estudantes com esses conceitos incluindo como funcionam, quais são os riscos, como se dá o pagamento de juros e em que se diferenciam de outras modalidades será possível ampliar sua capacidade de tomar decisões financeiras mais seguras e informadas no futuro.

6) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre o papel da principal taxa básica de juros da economia brasileira

Gráfico 6- Qual é a função da taxa SELIC?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre o papel da principal taxa básica de juros da economia brasileira, oferecendo quatro alternativas: controlar a inflação; definir o câmbio do dólar; taxar grandes empresas; e não sei responder.

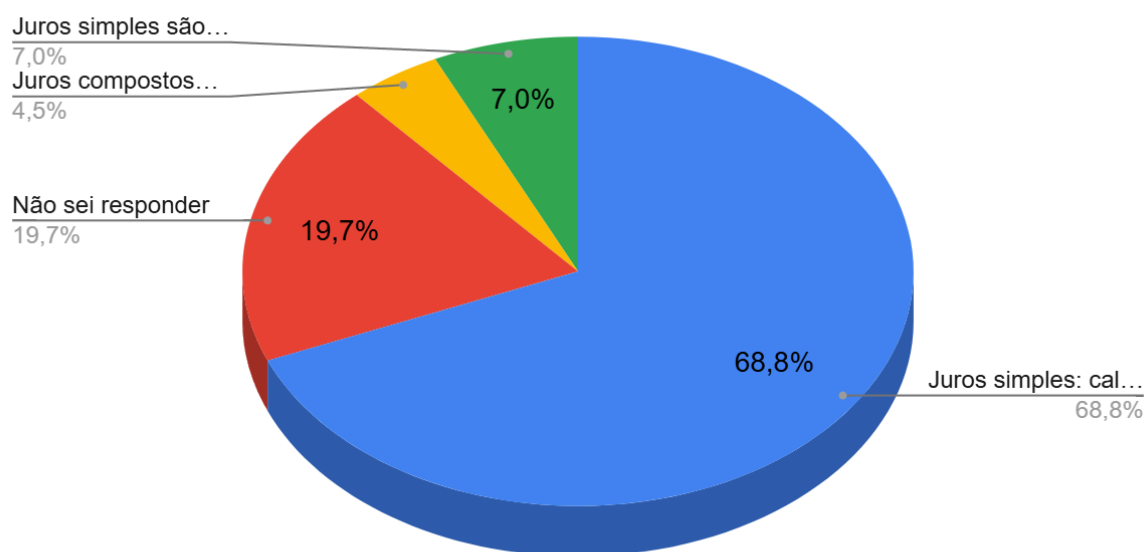
Dos 157 alunos, 36 (22,9%) indicaram corretamente que a função da SELIC é “controlar a inflação”, pois essa taxa influencia diretamente o custo do crédito no país, ajudando a conter pressões inflacionárias. Em contraste, 9 alunos (5,7%) escolheram “definir o câmbio do dólar”, opção incorreta, já que a SELIC não atua diretamente na formação do câmbio, embora possa influenciar indiretamente o fluxo de capitais. Outros 31 alunos (19,7%) optaram por “taxar grandes empresas”, alternativa equivocada que não se relaciona à função da SELIC na política monetária. A maior parcela, 81 alunos (51,6%), assinalou “Não sei responder”, evidenciando incerteza ou falta de familiaridade com o conceito.

Esses resultados mostram que, embora existam estudantes que compreendem o papel da SELIC no controle da inflação, mais da metade da turma não tem clareza sobre essa taxa essencial para a economia. Isso ressalta a necessidade de reforçar, em sala de aula, conteúdos de política monetária e macroeconomia básica, para que os alunos entendam como a definição da SELIC

influencia diretamente a estabilidade de preços e, por consequência, a saúde financeira de toda a sociedade.

7) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre a distinção fundamental entre juros simples e juros compostos

Gráfico 7- Qual a diferença entre juros simples e compostos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre a distinção fundamental entre juros simples e juros compostos, apresentando quatro alternativas: Juros simples: calculados apenas sobre o valor inicial; Juros compostos: sobre valor + juros acumulados; Juros compostos são sempre menores que os simples; Juros simples são a soma do capital inicial menos o final e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 68,8% dos respondentes (108 alunos) indicaram corretamente “Juros simples: calculados apenas sobre o valor inicial; Juros compostos: sobre valor + juros acumulados”. Essa é a resposta correta, pois define com precisão que, nos juros simples, o montante de juros incide sempre sobre o valor principal inicial, enquanto nos juros compostos o cálculo é feito sob o

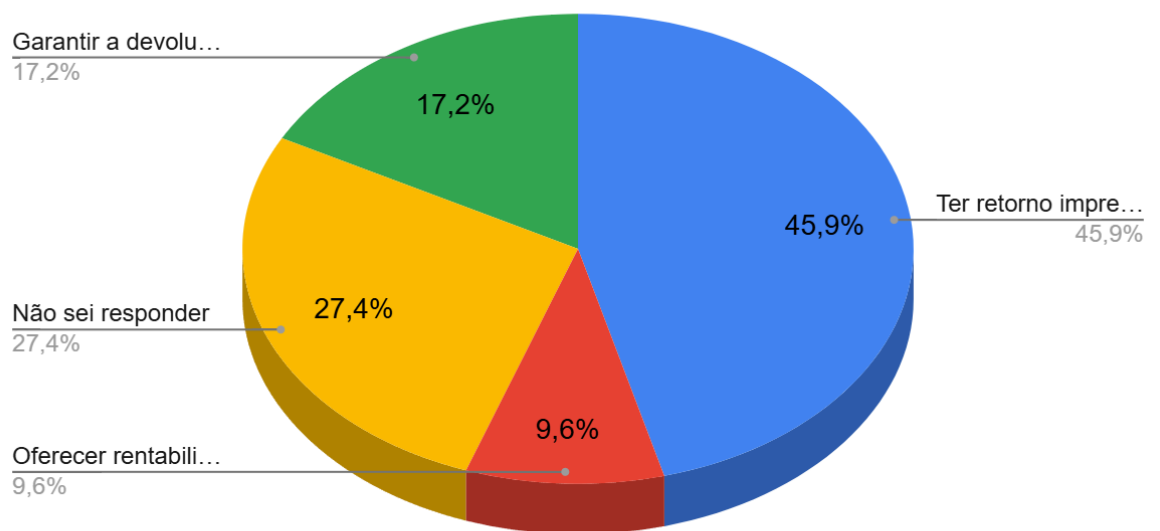
total acumulado (capital mais juros já gerados), resultando em crescimento exponencial ao longo do tempo.

Em contrapartida, 7,0% (11 alunos) escolheram “Juros compostos são sempre menores que os simples”, opção incorreta, uma vez que a característica dos juros compostos é justamente gerar rendimentos maiores do que os juros simples quando aplicados por períodos equivalentes. Outros 4,5% (7 alunos) assinalaram “Juros simples são a soma do capital inicial menos o final”, alternativa equivocada que não reflete a forma de cálculo de nenhum dos tipos de juros apresentados. Além disso, 19,7% (31 alunos) optaram por “Não sei responder”, demonstrando incerteza ou desconhecimento sobre o tema.

Esses resultados mostram que, embora a maioria (68,8%) compreenda corretamente a diferença entre juros simples e compostos, aproximadamente 30% da amostra ainda apresenta dúvidas ou conceitos equivocados. A parcela que não soube responder (19,7%) ou escolheu definições incorretas (11,5% somando os dois erros) evidencia a necessidade de reforçar, em sala de aula, exercícios práticos e explicações detalhadas sobre esses mecanismos de cálculo. A compreensão clara dessa distinção é essencial para que os alunos possam avaliar adequadamente ofertas de financiamento e investimentos, evitando decisões que aumentem custos financeiros ou deixem de aproveitar oportunidades de rendimento ao longo do tempo.

8) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre a definição de investimento de renda variável

Gráfico 8- O que caracteriza um investimento de renda variável?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre a definição de investimento de renda variável, apresentando quatro alternativas: Oferecer rentabilidade pré-determinada e conhecida no momento da aplicação; Ter retorno imprevisível, que varia de acordo com as oscilações de mercado; Garantir a devolução integral do valor investido, independentemente das condições econômicas e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 45,9% dos respondentes (72 alunos) escolheram corretamente “Ter retorno imprevisível, que varia de acordo com as oscilações de mercado”, que é a resposta correta, uma vez que investimentos de renda variável como ações, fundos de ações e commodities não possuem rendimento fixo e seu retorno está sujeito às flutuações diárias do mercado. Esse resultado indica que menos da metade da amostra domina plenamente este conceito central de diferenciação entre renda fixa e renda variável.

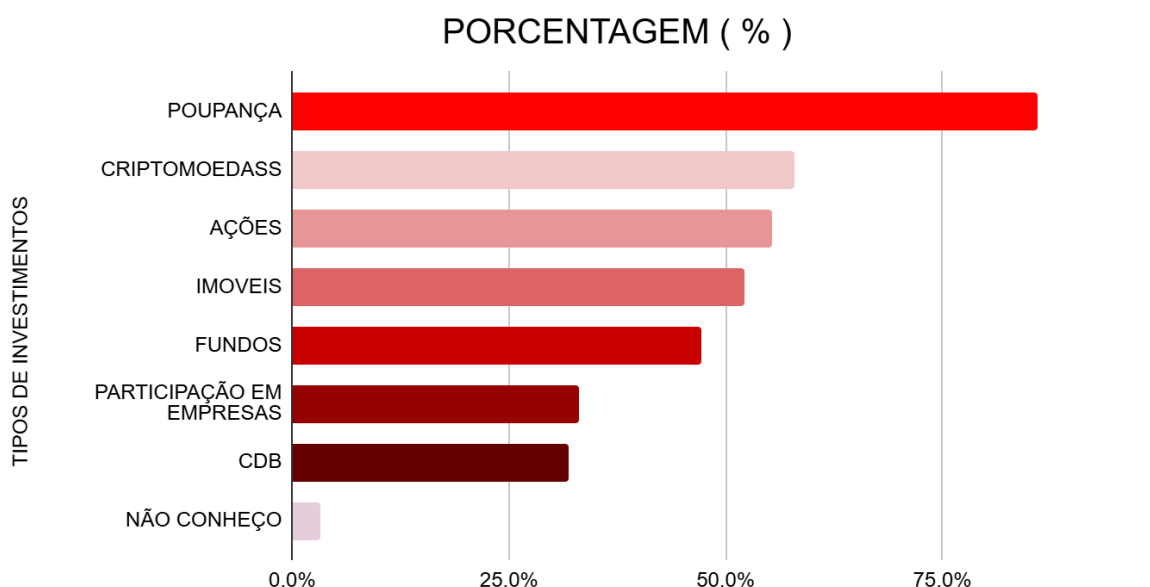
Em contrapartida, 9,6% (15 alunos) selecionaram a alternativa “Oferecer rentabilidade pré-determinada e conhecida no momento da aplicação”, que descreve um perfil típico de investimentos de renda fixa, não de renda variável. 17,2% (27 alunos) optaram por “Garantir a devolução integral do valor investido, independentemente das condições econômicas”, também incorreta, pois tal garantia só existe em produtos específicos, como Poupança ou certos títulos de renda fixa, e

não caracteriza renda variável. Além disso, 27,4% (43 alunos) assinalaram “Não sei responder”, o que revela uma parcela significativa com dúvidas ou desconhecimento sobre a natureza dos ativos de mercado.

Esses resultados mostram que, embora existam estudantes capazes de identificar corretamente o caráter incerto e oscilante de um investimento de renda variável, cerca de 54% da amostra não compreende completamente esse conceito. A elevada taxa de não resposta (27,4%) e a escolha de alternativas equivocadas (26,8% somando ambas) indicam a necessidade urgente de reforçar em sala de aula os princípios básicos que distinguem renda fixa de renda variável. Isso envolve exemplos práticos de como a volatilidade de mercado afeta retornos e riscos, de modo que os alunos possam tomar decisões financeiras mais informadas ao considerar produtos como ações, fundos de investimento ou cartões de crédito com rendimento variável.

9) Análise sobre o grau de familiaridade dos participantes com diferentes opções de investimento

Gráfico 9- Você conhece algum desses investimentos:



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o grau de familiaridade dos participantes com diferentes opções de investimento, permitindo múltiplas respostas para refletir o nível de

conhecimento sobre as alternativas apresentadas: Ações, CDB, Criptomoedas, Fundos, Imóveis, Participações em empresas, Poupança e “Não conheço”.

De acordo com os dados obtidos, a Poupança aparece como a opção mais conhecida, com 86% dos alunos (135 respondentes) afirmando tê-la ouvido falar, o que demonstra que esse é, de longe, o produto de investimento mais familiar para a maioria. Logo em seguida, temos Criptomoedas, com 58% (91 alunos), e Ações, com 55,4% (87 alunos), indicando que uma parcela significativa dos estudantes já têm, ao menos, noções básicas sobre esses ativos de renda variável. Imóveis também são bastante citados, com 52,2% (82 alunos), sugerindo conhecimento comum sobre “investir em casa própria” ou em bens imobiliários como potencial aplicação de recursos.

No meio-termo, Fundos de investimento aparecem com 47,1% (74 alunos) e Participações em empresas (por meio de compra de cotas ou sócias) somam 33,1% (52 alunos), o que mostra que quase metade da turma entende ao menos vagamente que existem estruturas coletivas ou societárias para investir, mas ainda há espaço para aprofundar esse tema. Por fim, CDB (Certificado de Depósito Bancário) é mencionado por apenas 31,8% dos respondentes (50 alunos), apontando que menos de um terço conhece essa importante opção de renda fixa. Somente 3,2% (5 alunos) afirmaram “Não conheço” nenhuma das opções, ou seja, praticamente todos os participantes já ouviram falar de pelo menos um tipo de investimento.

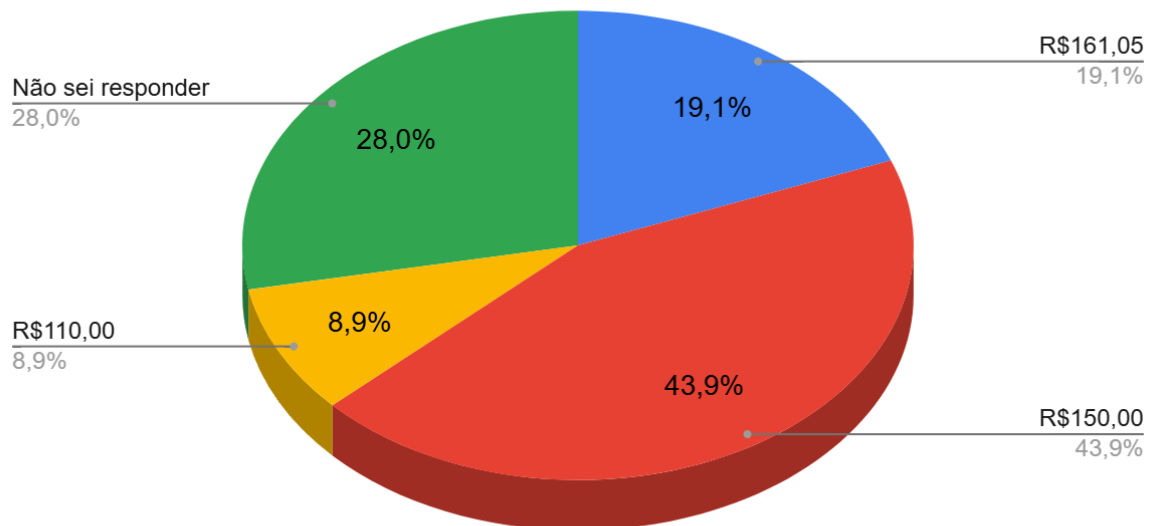
Esses resultados revelam que, enquanto a Poupança e produtos de renda variável de maior exposição midiática (como Criptomoedas e Ações) são amplamente reconhecidos, há uma lacuna clara em relação a investimentos de renda fixa bancária (CDB) e a modalidades híbridas ou societárias (Participações em empresas e Fundos). Esse padrão sugere que os alunos tendem a conhecer mais as opções que aparecem com frequência em notícias ou nas conversas do dia a dia, mas demonstram menor familiaridade com produtos considerados tecnicamente mais sofisticados ou que exigem maior pesquisa de informação prévia.

Portanto, fica evidente a necessidade de fortalecer o ensino de educação financeira de modo a apresentar e explicar com mais profundidade produtos como CDB, Fundos e Participações Societárias, garantindo que os estudantes compreendam a diversidade de alternativas disponíveis, seus riscos, prazos e características específicas. Dessa forma, será possível ampliar o repertório dos

jovens, tornando-os mais preparados para avaliar e diversificar suas escolhas de investimento no futuro.

10) Análise sobre a capacidade dos participantes de aplicar corretamente o conceito de juros compostos em um cálculo financeiro simples

Gráfico 10- Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança com uma taxa de juros de 10% ao ano em juros compostos. Qual será o valor após 5 anos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia a capacidade dos participantes de aplicar corretamente o conceito de juros compostos em um cálculo financeiro simples, apresentando quatro alternativas: R\$161,05; R\$150,00; R\$110,00 e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, apenas 19,1% dos respondentes (30 alunos) assinalaram “R\$161,05”, que é a resposta correta, pois basta utilizar a fórmula dos juros compostos:

$$\text{Valor final} = 100 \times (1 + 0,10)^5 \approx \text{R\$161,05}.$$

Esse resultado revela que menos de um quinto da turma domina esse conceito fundamental de crescimento exponencial de capital em aplicações financeiras.

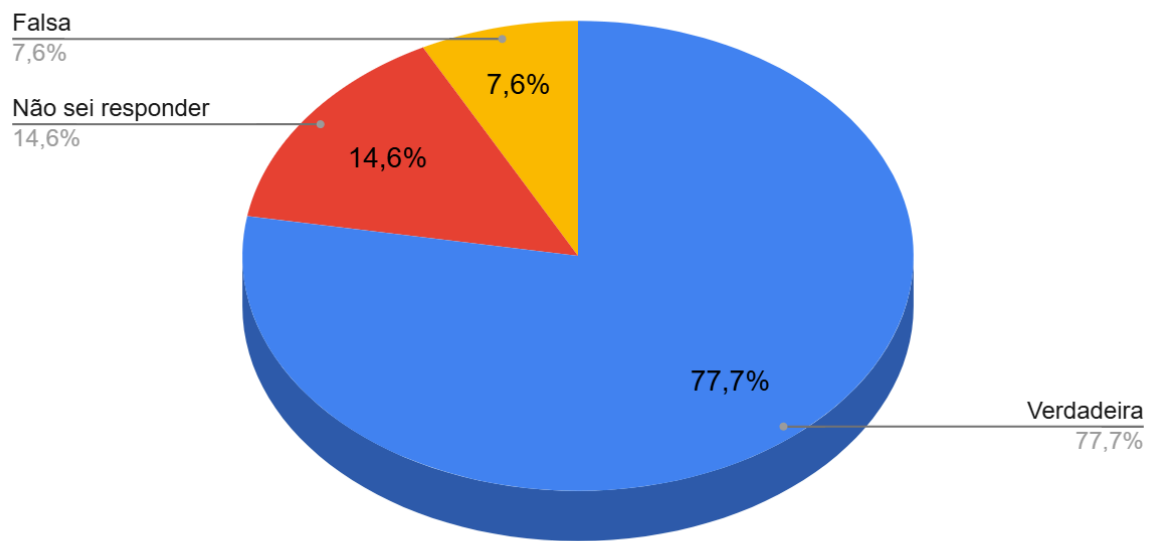
Por outro lado, 43,9% (69 alunos) escolheram “R\$150,00”, alternativa que corresponde ao resultado de juros simples ao longo de cinco anos ($100 + 5 \times 10 = 150$). Essa escolha equivocada sugere que quase metade dos estudantes confundiu juros simples com juros compostos ou não percebeu que, em regime composto, os juros incidem sobre juros acumulados a cada ano.

Além disso, 8,9% (14 alunos) optaram por “R\$110,00”, que corresponderia ao montante após apenas um ano de juros compostos a 10%, indicando provável leitura apressada da pergunta ou compreensão equivocada de como projetar por cinco anos. Finalmente, 28,0% (44 alunos) assinalaram “Não sei responder”, demonstrando total incerteza sobre como aplicar a fórmula de juros compostos.

Esses dados evidenciam que, embora os juros compostos sejam tema essencial na educação financeira, apenas uma parcela reduzida dos estudantes (19,1%) consegue calcular corretamente o montante após cinco anos. A grande maioria ou confunde com juros simples (43,9%) ou sequer sabe como proceder (28,0%). Dessa forma, é evidente a necessidade de reforçar, em sala de aula, exercícios práticos que demonstram passo a passo a diferença entre juros simples e compostos, reforçando a importância de entender o efeito da capitalização sobre juros acumulados. Isso permitirá que os alunos reconheçam como o tempo afeta de forma exponencial seus investimentos ou dívidas no longo prazo, contribuindo para decisões financeiras mais informadas.

11) Análise sobre o conhecimento dos participantes sobre a correlação entre retornos e riscos em investimentos

Gráfico 11- Um investimento que oferece um alto retorno também tende a apresentar um alto risco. Essa afirmação é:



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador avalia o conhecimento dos participantes sobre a correlação entre retornos e riscos em investimentos, apresentando três alternativas: Verdadeira; Falsa e Não sei responder

De acordo com os dados obtidos, 77,7% dos respondentes (122 alunos) indicaram “Verdadeira”, que é a resposta correta, pois reflete o princípio fundamental de que, em geral, quanto maior a expectativa de retorno de um investimento, maior também é o risco associado a ele. Esse resultado mostra que a grande maioria da turma compreende esse aspecto essencial de avaliação de investimentos.

Em contrapartida, 7,6% dos alunos (12) escolheram “Falsa”, opção equivocada, uma vez que ignoram a relação direta entre possibilidade de ganhos elevados e maior volatilidade ou chance de perda de capital. Por fim, 14,6% (23 alunos) assinalaram “Não sei responder”, revelando que uma parcela ainda tem incertezas sobre os conceitos de risco e retorno.

Esses dados indicam que, embora a maioria reconheça corretamente que investimentos de alto retorno exigem tolerância a maiores riscos, existe um grupo significativo que ou não entende completamente essa relação (14,6% não souberam responder) ou possui entendimento incompatível (7,6% consideraram a afirmação falsa). Isso evidencia a necessidade de reforçar, em sala de aula, exemplos práticos

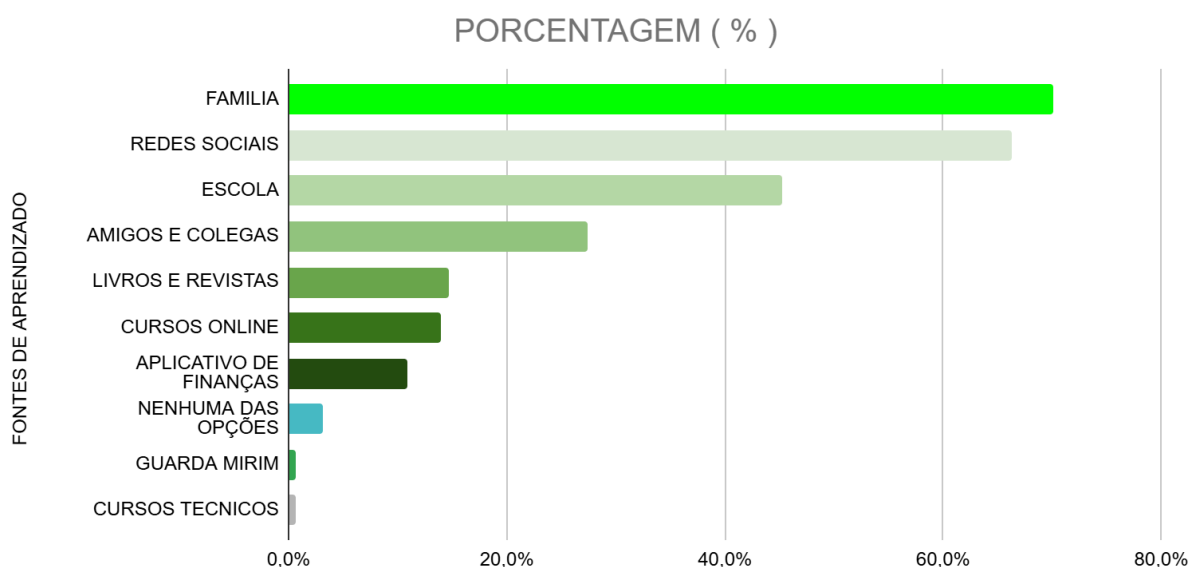
de diferentes ativos e cenários de risco-retorno mostrando como ações, fundos e títulos variam conforme condições de mercado para que os estudantes desenvolvam capacidade crítica ao avaliar oportunidades de investimento e alinhem melhor suas escolhas ao próprio perfil de risco.

4.4 LEVANTAMENTO SOBRE AS PRINCIPAIS FONTES DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

Este subcapítulo mapeia as origens de informação financeira dos alunos, permitindo múltiplas seleções: família, amigos, escola, cursos online, redes sociais, aplicativos de finanças, publicações impressas, entre outras. Busca-se entender quais canais exercem maior influência na formação financeira dos jovens e quais ainda são subutilizados. Ao comparar as diversas fontes tanto formais quanto informais será possível avaliar a complementaridade entre o conhecimento adquirido em casa ou nas redes sociais e a orientação estruturada oferecida pela escola ou por materiais especializados.

- 1) Análise sobre as principais fontes de aprendizado sobre finanças dos respondentes

Gráfico 1- Por quais desses meios você aprendeu sobre dinheiro e finanças?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga as principais fontes de aprendizado sobre finanças, permitindo que cada participante assinasse todas as opções que considere relevantes. As alternativas incluíam Família; Cursos online; Amigos ou colegas; Aplicativos de finanças; Livros, revistas ou jornais; Escola (professores, aulas); Redes sociais (Instagram, TikTok, YouTube etc.); e “Nenhuma das opções”, além de algumas respostas abertas (como “trabalhando”, “guarda-mirim” etc.).

De acordo com os dados obtidos, 70,1% dos respondentes (110 alunos) apontaram a Família como fonte de aprendizado sobre dinheiro, o que evidencia o papel central do convívio familiar na formação das primeiras noções de finanças pessoais. Em seguida, 66,2% (104 alunos) citaram as Redes sociais, indicando que plataformas como Instagram, TikTok e YouTube já desempenham um papel muito relevante na disseminação de conteúdos financeiros entre os jovens. A Escola (professores e aulas) aparece logo em seguida, com 45,2% (71 alunos), mostrando que quase metade dos estudantes reconhece ter recebido algum tipo de orientação formal sobre finanças no ambiente escolar.

No grupo intermediário, 27,4% (43 alunos) apontaram Amigos ou colegas como fonte de conhecimento, enquanto 14,6% (23 alunos) assinalaram livros, revistas ou jornais, e 14% (22 alunos) identificaram Cursos online como meios de aprendizado. Aplicativos de finanças foram mencionados por 10,8% (17 alunos), demonstrando que ainda há espaço para aumentar o uso de ferramentas digitais de gestão de gastos e investimentos. Curiosamente, apenas 3,2% (5 alunos) declararam não ter aprendido por meio de nenhuma das opções listadas, e as respostas escritas (“Cursos técnicos”, “guarda-mirim”) somaram menos de 1% cada, mostrando que quase todos citam, pelo menos, uma fonte formal ou informal de aprendizado.

Esses resultados indicam que a Formação Familiar e as Redes Sociais lideram como canais de conhecimento financeiro entre os estudantes, enquanto o Ensino Formal (Escola) fica em posição intermediária. A presença expressiva das redes sociais sugere que conteúdos informais, rápidos e muitas vezes gratuitos têm ganhado importância na maneira como os jovens consomem informações sobre dinheiro. Por outro lado, o fato de quase metade dos alunos reconhecerem a escola como fonte de aprendizado demonstra que há espaço para fortalecer ainda mais a educação financeira no currículo escolar, de modo a aproveitar o alcance de canais

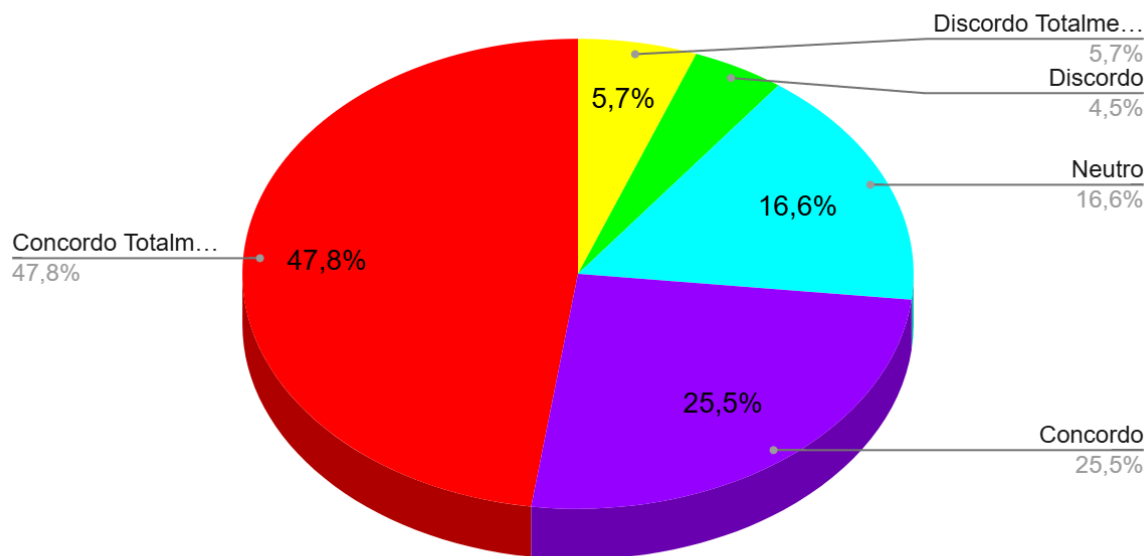
digitais sem deixar de oferecer orientações estruturadas e críticas. Além disso, a menor menção a Cursos online e Aplicativos indica a necessidade de maior divulgação e incentivo ao uso dessas plataformas, visto que podem complementar tanto o aprendizado familiar quanto o escolar, promovendo habilidades práticas de gestão financeira.

4.5 EXPLORAÇÃO SOBRE OS HÁBITOS FINANCEIROS DOS ESTUDANTES

Analisam-se os comportamentos cotidianos dos alunos em relação ao uso do dinheiro, incluindo práticas como comparar preços antes de comprar, estabelecer metas de economia, contribuir com as despesas familiares, atrasar o pagamento de contas, decidir sobre recursos inesperados, utilizar aplicativos de controle financeiro, experimentar investimentos e realizar compras impulsivas. A avaliação desses hábitos permite compreender como os estudantes colocam em prática (ou não) os conceitos aprendidos, revelando atitudes de planejamento, controle e autoconsciência financeira que influenciam significativamente seu futuro econômico.

1) Análise sobre os hábitos financeiros dos respondentes, especificamente no que diz respeito à prática de pesquisa de preços, um comportamento fundamental para o consumo consciente e a economia pessoal

Gráfico 1- Costumo comparar preços antes de comprar algo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador busca investigar os hábitos financeiros dos respondentes, especificamente no que diz respeito à prática de pesquisa de preços, um comportamento fundamental para o consumo consciente e a economia pessoal.

Os resultados revelam que a maioria expressiva dos participantes concorda com a afirmativa, sendo que 75 (47,8%) concordaram totalmente e 40 (25,5%) concordaram, totalizando 115 respostas positivas (73,3%). Esse dado evidencia que a prática de comparar preços antes de realizar uma compra é bastante comum entre os respondentes, o que demonstra um comportamento prudente e alinhado aos princípios básicos de educação financeira.

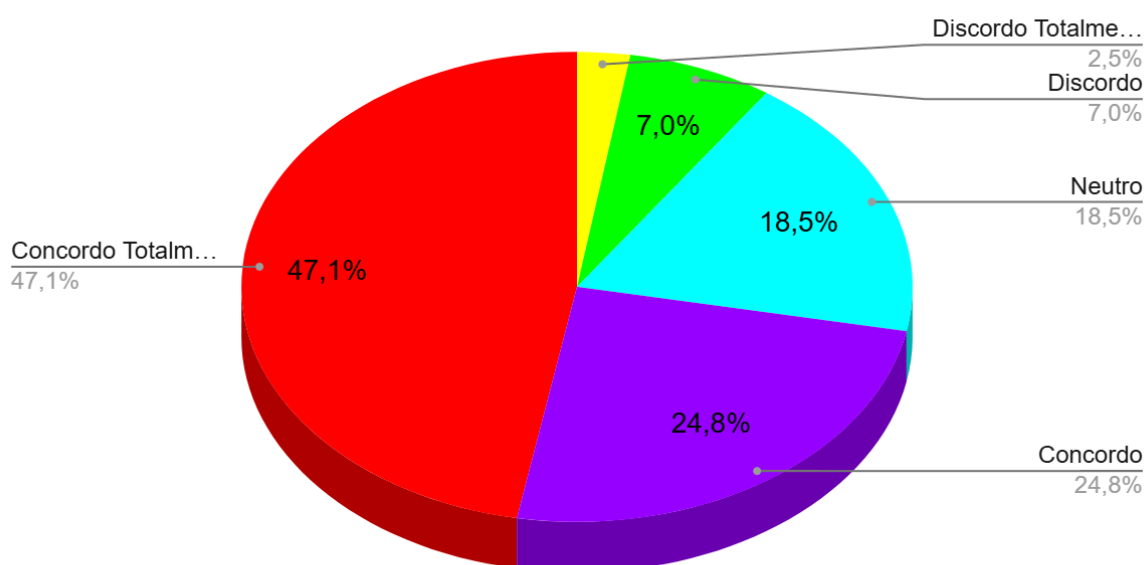
Por outro lado, 26 pessoas (16,6%) se mantiveram neutras, o que pode indicar indiferença ou falta de regularidade no comportamento de comparação de preços, talvez praticando esse hábito apenas em determinadas situações ou tipos de compras.

Apenas 16 respondentes (10,2%) demonstraram discordância, com 9 respostas (5,7%) indicando discordância total e 7 respostas (4,5%) indicando discordância, o que mostra que esse comportamento não é seguido por uma minoria. Os dados demonstram que os participantes possuem uma atitude majoritariamente consciente em relação aos seus gastos, utilizando a comparação

de preços como estratégia para melhor utilizar seus recursos. Isso reforça a presença de bons hábitos financeiros entre os respondentes e pode indicar uma boa base para o desenvolvimento de ações mais avançadas em educação financeira.

2) Análise sobre o hábito de estabelecer metas financeiras, algo essencial para o planejamento e autonomia econômica no curto e longo prazo.

Gráfico 2- Tenho uma meta de economia (ex.: juntar para um celular, curso).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador busca identificar se os respondentes possuem o hábito de estabelecer metas financeiras, algo essencial para o planejamento e autonomia econômica no curto e longo prazo.

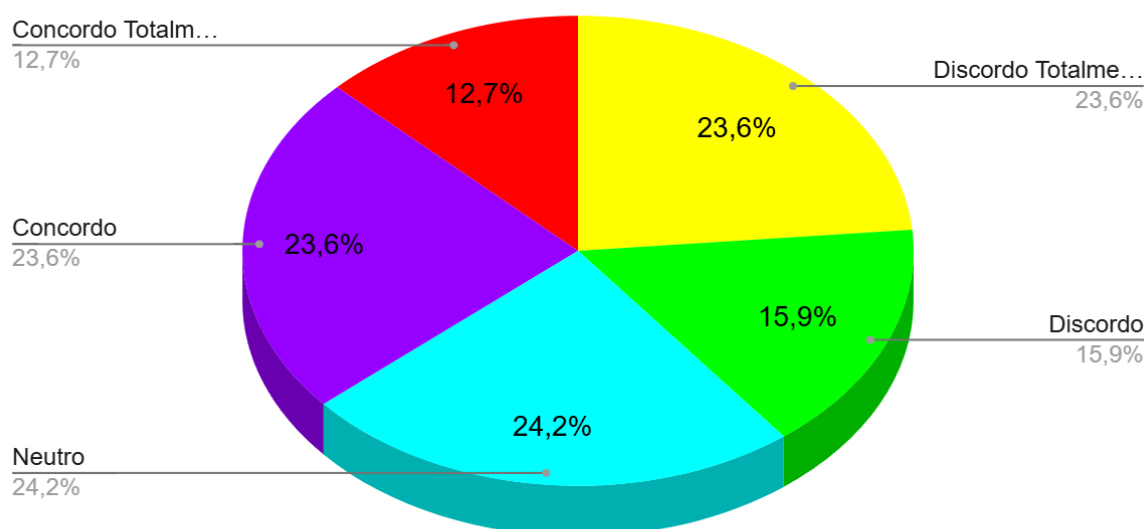
Os resultados revelam que a maioria dos participantes demonstra comportamento positivo com relação ao estabelecimento de metas de economia. Foram 74 respostas (47,1%) que concordaram totalmente com a afirmativa, e 39 respostas (24,8%) que concordaram, totalizando 113 respostas (71,9%) positivas. Esse dado aponta para um forte comprometimento dos respondentes com o hábito de economizar com um objetivo específico, o que pode refletir uma boa base de planejamento financeiro individual.

Por outro lado, 29 pessoas (18,5%) se mostraram neutras, o que indica que uma parcela considerável ainda pode estar em processo de desenvolvimento desse hábito, seja por falta de conhecimento sobre como definir metas financeiras ou por ausência de objetivos claros no momento.

Apenas 15 participantes (9,5%) discordaram da afirmativa, sendo 11 (7%) em discordância parcial e 4 (2,5%) em discordância total, representando uma minoria. Isso sugere que poucos ainda não adotam esse comportamento, o que pode ser alvo de atenção em programas de educação financeira. Os dados indicam que o hábito de estabelecer metas de economia está bem presente entre os respondentes, o que é um indicador positivo de organização financeira e de visão de futuro. Reforçar esse comportamento pode contribuir significativamente para a autonomia financeira e o alcance de objetivos pessoais e profissionais dos participantes.

3) Análise sobre a percepção dos participantes sobre o uso de seus próprios recursos financeiros para contribuir com os custos domésticos

Gráfico 3- Uso parte do meu dinheiro para ajudar nas despesas de casa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a percepção dos participantes sobre o uso de seus próprios recursos financeiros para contribuir com os custos domésticos, refletindo o nível de responsabilidade econômica assumido por eles.

De acordo com os dados obtidos, 36,3% dos respondentes afirmaram concordar (23,6%) ou concordar totalmente (12,7%) com a afirmação. Isso demonstra que uma parte relevante dos participantes ajuda financeiramente em casa, revelando um envolvimento ativo nas despesas familiares.

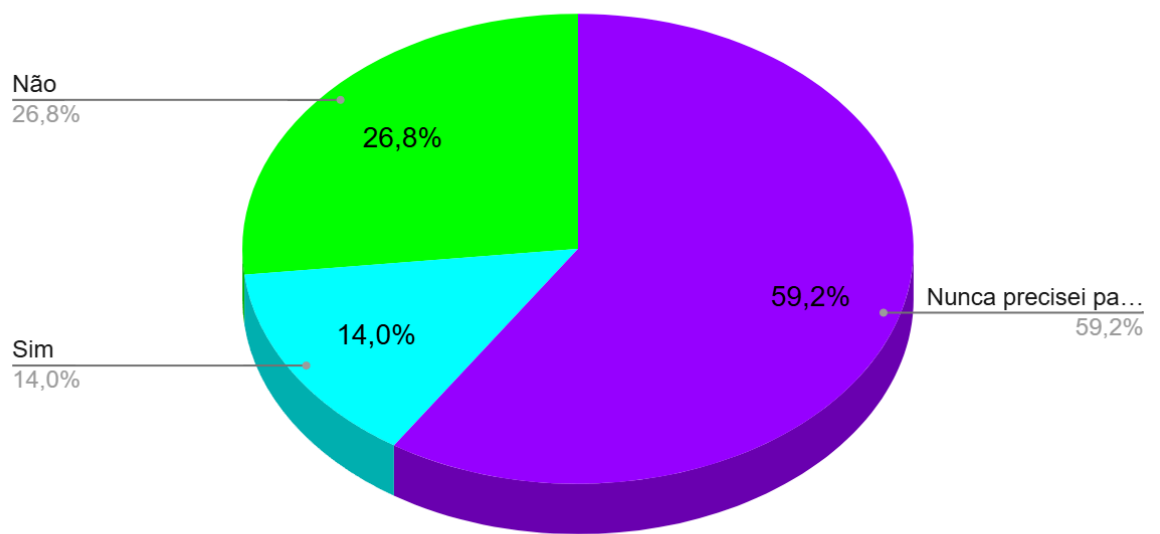
Em contrapartida, 39,5% discordam totalmente (23,6%) ou discordam (15,9%), indicando que uma parcela um pouco maior dos respondentes não utiliza seu dinheiro com esse fim o que pode estar relacionado à falta de renda, dependência financeira dos pais ou à fase de transição para a vida adulta.

Já 24,2% permaneceram neutros, o que pode indicar incerteza sobre sua contribuição financeira, variações na regularidade dessa ajuda, ou até um papel esporádico nas finanças do lar.

Esses dados mostram uma divisão quase equilibrada entre os que contribuem, os que não contribuem e os que não têm uma posição definida. Isso sugere que a responsabilidade financeira dentro da família pode variar amplamente entre os participantes, sendo influenciada por fatores como idade, renda, cultura familiar e estágio de autonomia pessoal.

4) Análise sobre a experiência dos participantes em relação ao atraso no pagamento de contas por falta de planejamento financeiro

Gráfico 4- Já atrasei contas (água, luz, internet, fatura do cartão ou qualquer outra conta) por falta de planejamento.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a experiência dos participantes em relação ao atraso no pagamento de contas por falta de planejamento financeiro.

De acordo com os dados obtidos, 14% dos respondentes afirmaram já ter atrasado contas por esse motivo, indicando que uma parcela menor, mas não desprezível, vivenciou dificuldades para organizar seus gastos básicos. Esse grupo pode refletir jovens que já enfrentaram imprevistos ou ainda não desenvolveram hábitos consistentes de reserva de recursos.

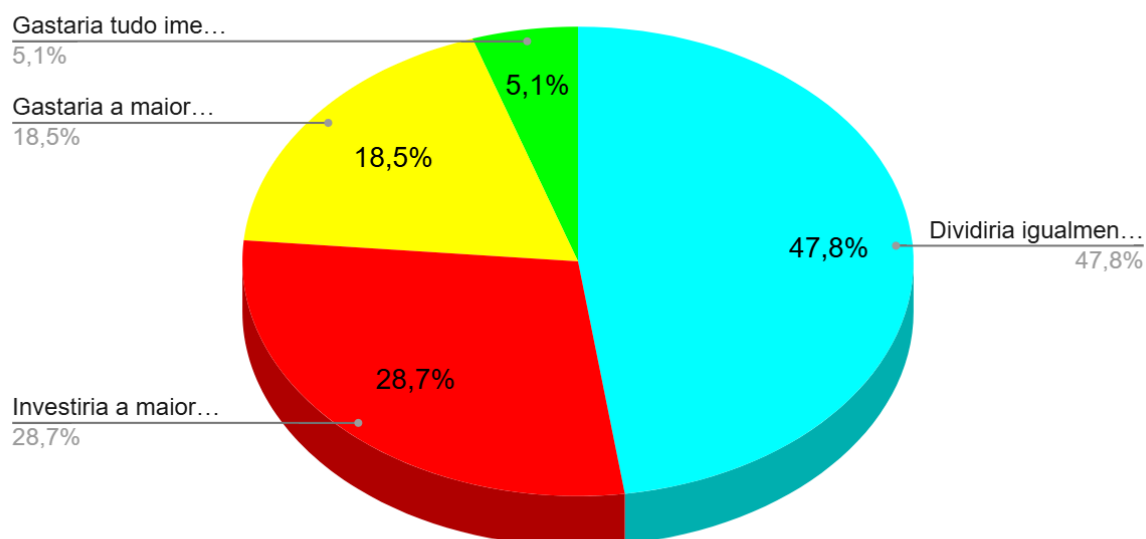
Em contrapartida, 26,8% dos participantes declararam não ter atrasado contas mesmo tendo responsabilidade financeira, o que sugere que essas pessoas conseguiram planejar-se adequadamente para honrar seus compromissos dentro do prazo. Já a maioria, com 59,2% afirmou nunca ter precisado pagar nenhuma conta, o que significa que quase três em cada cinco não lidam (ainda) diretamente com esse tipo de despesa mensal.

Esses dados indicam que, entre aqueles que têm contas próprias para pagar, existe um desafio para alguns em manter o planejamento financeiro em dia (14%), mas também há um grupo que consegue cumprir rigorosamente seus compromissos (26,8%). No entanto, a parcela que ainda não precisa arcar com contas (59,2%) reforça que muitos respondentes ainda dependem financeiramente de seus

responsáveis, o que implica que a vivência prática com esse tipo de despesa não é universal na amostra. Portanto, a educação financeira deverá contemplar tanto quem já administra contas pessoais quanto quem, em breve, terá esse desafio ao se tornar independente.

5) Análise sobre a forma como os participantes tomariam decisões financeiras imediatas ao receberem um valor inesperado, revelando prioridades entre gastar, guardar e investir

Gráfico 5- Se recebesse R\$ 500 hoje, eu:



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a forma como os participantes tomariam decisões financeiras imediatas ao receberem um valor inesperado, revelando prioridades entre gastar, guardar e investir.

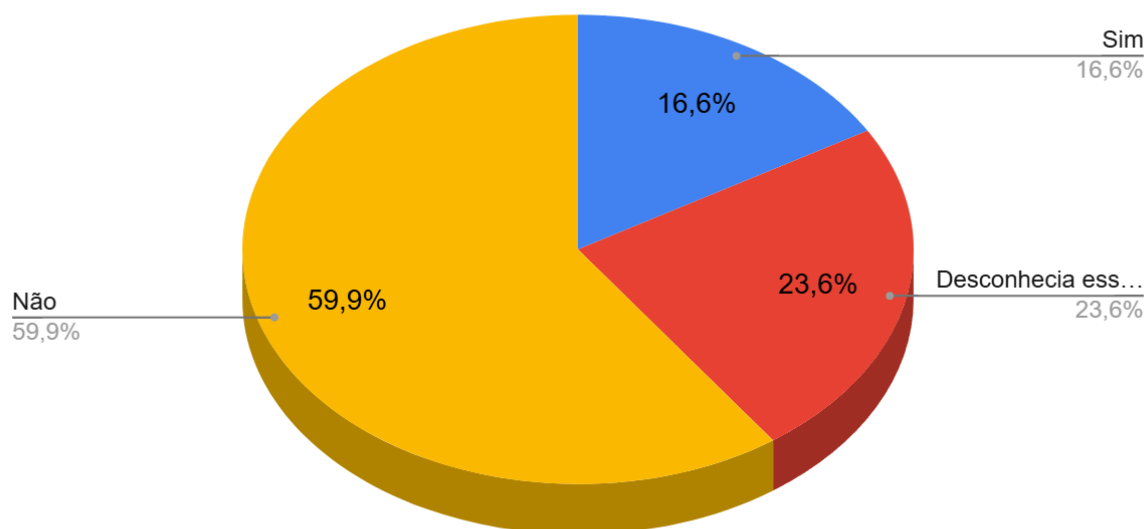
De acordo com os dados obtidos, 47,8% dos respondentes afirmaram que se dividiram igualmente entre gastar, guardar e investir, enquanto 28,7% disseram que investiram a maior parte e guardariam o restante. Isso evidencia que a maioria considera importante destinar parte dos recursos para o futuro, ressaltando um comportamento equilibrado e voltado para a segurança financeira.

Em contrapartida, 18,5% disseram que gastariam a maior parte, guardando apenas uma pequena quantia, e 4,5% afirmaram que gastariam tudo imediatamente com coisas que desejam. Esses 23% que priorizam o consumo imediato indicam que ainda há uma parcela dos participantes menos predisposta a poupar ou investir, o que pode sinalizar falta de confiança ou hábito em reservar recursos.

Esses dados indicam que, embora quase três quartos dos estudantes tenham demonstrado intenção de poupar e/ou investir, existe uma minoria significativa que opta por gastar imediatamente. Isso reforça a necessidade de reforçar competências de educação financeira que incentivem a reflexão sobre objetivos de médio e longo prazo, de modo a ampliar a parcela de jovens que privilegia a poupança e o investimento em situações de ganho inesperado.

6) Análise sobre a adoção de ferramentas digitais para o gerenciamento das finanças pessoais

Gráfico 6- Já usou aplicativos para controlar gastos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a adoção de ferramentas digitais para o gerenciamento das finanças pessoais, indicando o grau de familiaridade dos participantes com aplicativos de controle de despesas.

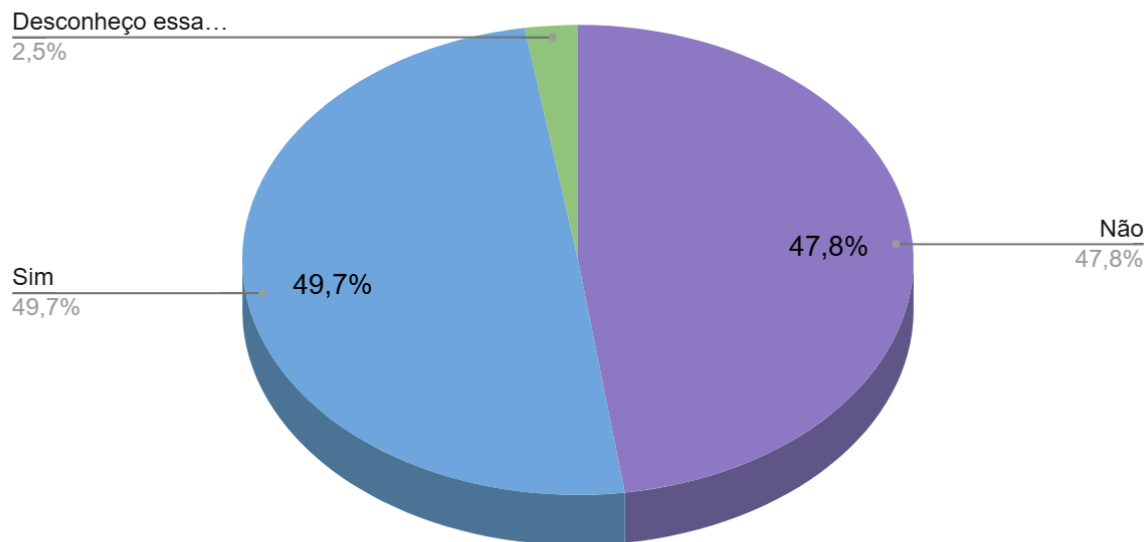
De acordo com os dados obtidos, 16,6% dos respondentes afirmaram ter usado aplicativos para controlar seus gastos, o que demonstra que uma parcela relativamente pequena já incorporou essa tecnologia em sua rotina financeira.

Em contrapartida, 59,9% dos participantes disseram não ter utilizado esses aplicativos, evidenciando que a maioria ainda não faz uso dessas ferramentas para acompanhar receitas e despesas. Além disso, 23,6% declararam desconhecer essa prática, o que sugere falta de informação ou acesso limitado a esses recursos digitais.

Esses resultados indicam que só uma minoria utiliza ativamente aplicativos de controle financeiro, enquanto mais de um terço da amostra sequer conhecia essa possibilidade. Isso reforça a necessidade de ampliar a divulgação e o treinamento sobre essas ferramentas, pois podem contribuir significativamente para o hábito de monitorar gastos, estabelecer orçamentos e melhorar a organização financeira pessoal.

7) Análise sobre a experiência dos participantes com investimentos

Gráfico 7- Você já investiu ou já tentou?



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga a experiência dos participantes com investimentos, mostrando quem já colocou dinheiro em alguma aplicação financeira ou ao menos tentou fazê-lo.

De acordo com os dados obtidos, 49,7% dos respondentes afirmaram que já investiram ou tentaram investir. Isso indica que quase metade dos participantes já deu os primeiros passos para aplicar seus recursos, refletindo alguma iniciativa em direção à construção de rendimento financeiro.

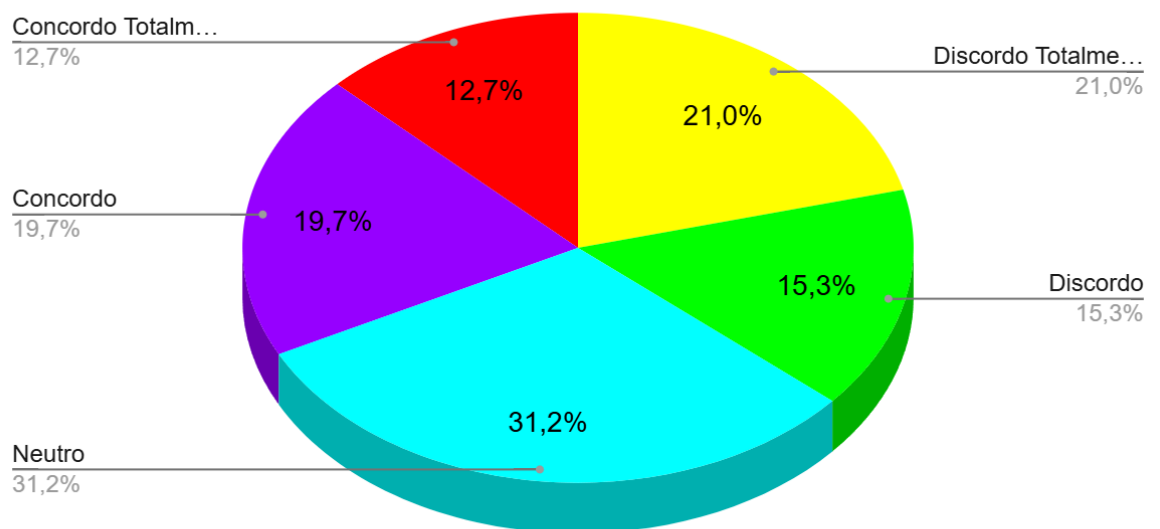
Em contrapartida, 47,8% dos participantes disseram que não já tentaram investir, evidenciando que existe um grupo igualmente relevante que ainda não teve experiência prática com investimentos. Além disso, 2,5% declararam desconhecer essa prática, sugerindo que uma pequena parte ainda não tem sequer noções básicas sobre como funciona o mercado de investimentos.

Esses resultados mostram que, embora haja um interesse significativo em investimentos (quase metade dos alunos já experimentou a prática), existe uma parcela quase tão grande que ainda não se sente confortável ou informada para aplicar recursos. O percentual que desconhece por completo as possibilidades de investimento reforça a necessidade de aprofundar a educação financeira, abordando

conceitos e mecanismos básicos de investimento para ampliar o número de jovens que se sintam aptos a começar a investir.

8) Análise sobre o grau de assentimento dos participantes em relação ao comportamento de adquirir bens ou serviços sem planejamento prévio, caracterizando compras por impulso

Gráfico 8- Faço compras impulsivas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Este indicador investiga o grau de assentimento dos participantes em relação ao comportamento de adquirir bens ou serviços sem planejamento prévio, caracterizando compras por impulso.

De acordo com os dados obtidos, 32,4% dos respondentes afirmaram concordar (19,7%) ou concordar totalmente (12,7%) com a afirmativa. Isso indica que cerca de um terço dos participantes reconhece ter o hábito de fazer compras sem planejamento, o que pode refletir uma tendência a decisões financeiras espontâneas ou motivadas por fatores emocionais.

Em contrapartida, 21,0% discordam totalmente e 15,3% discordam, somando 36,3% de respostas negativas, o que mostra que mais de um terço dos alunos não

se envolve em compras impulsivas, sugerindo maior controle ou planejamento antes de gastar.

Já 31,2% permaneceram neutros, o que pode indicar incerteza quanto à frequência desse comportamento ou variações na intensidade com que realizam compras sem planejar, por exemplo, alguns podem considerar que fazem isso apenas ocasionalmente, sem classificar como “impulsivo” de forma consistente.

Esses dados revelam que, embora exista um grupo expressivo que se identifica com compras por impulso, há uma parcela ainda maior que não adota esse hábito ou se mantém em dúvida. Isso evidencia a importância de reforçar o desenvolvimento de técnicas de autocontrole e planejamento de gastos, para que mais estudantes consigam evitar decisões financeiras precipitadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como tema a avaliação do nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio da rede pública estadual de Caraguatatuba, visando compreender sua formação em finanças pessoais e identificar lacunas de aprendizagem. A relevância desse tema decorre da crescente importância da educação financeira na formação de cidadãos autônomos e conscientes das decisões econômicas, com reflexos na redução de desigualdades sociais.

A pesquisa buscou responder à questão central: qual é o nível de conhecimento sobre finanças pessoais desses alunos e como ele varia conforme suas fontes de aprendizagem e contextos socioeconômicos. Para tanto, definiu-se como objetivo geral investigar o domínio de conceitos financeiros pelos estudantes e cumpre-se pela análise das respostas coletadas. Foram estabelecidos objetivos específicos que incluíram avaliar a percepção dos alunos sobre a importância da educação financeira, quantificar seu conhecimento em conceitos básicos (como inflação, juros simples/compostos, Tesouro Direto e CDB), identificar as fontes de informação (internet, experiências pessoais, ensino formal, família) e mapear as lacunas existentes.

A análise dos dados do Capítulo 4 indica que estes objetivos foram em grande parte alcançados; em outras palavras, o estudo atendeu aos propósitos iniciais formulados na metodologia.

Os resultados da pesquisa evidenciam que os estudantes do ensino médio de Caraguatatuba reconhecem amplamente a importância da educação financeira, mas ainda não internalizaram plenamente os conhecimentos práticos necessários. Observou-se que cerca de 92% dos alunos concordam que elaborar um orçamento pessoal evita dívidas, e mais de 93% reconhecem que saber investir pode melhorar a qualidade de vida futura. Esses números mostram alto grau de conscientização teórica sobre conceitos financeiros básicos.

Contudo, esse entusiasmo não se traduz integralmente em domínio conceitual aprofundado: embora 72,6% entendam corretamente o que é inflação e 68,8% a diferença entre juros simples e compostos, apenas 15,3% souberam identificar corretamente o que é um Certificado de Depósito Bancário (CDB) e somente 22,9% explicaram adequadamente a função da taxa Selic. Menos da metade dos estudantes (45,9%) compreendeu o caráter volátil dos investimentos em renda variável.

Em síntese, embora os jovens demonstrem noções gerais (sobre orçamento e poupança, por exemplo), persistem lacunas expressivas em conceitos mais específicos e instrumentos financeiros. Isso revela que a formação teórica recebida, em muitos casos, é superficial ou parcial, deixando brechas importantes no aprendizado.

Por outro lado, a análise dos dados indica contradições relevantes no perfil formativo desses estudantes. A maioria defende que a escola deve ensinar assuntos práticos do dia a dia, 85% concordam, por exemplo, que juros de cartão de crédito deveriam ser abordados em sala de aula, e cerca de 73% apoiam que a educação financeira seja obrigatória no currículo. Contudo, cerca de um quarto dos alunos relatou nunca ter tido acesso a qualquer atividade formal de educação financeira na escola.

Ao mesmo tempo, os próprios jovens apontam fontes alternativas de conhecimento: aproximadamente 72% afirmaram ter aprendido mais sobre finanças pela internet e 74% atribuíram às suas experiências pessoais a maior parte do que sabem sobre dinheiro. Esse padrão sugere que, na ausência de ensino formal efetivo, os alunos recorrem à Internet e às vivências cotidianas (como acompanhar compras dos pais ou lidar com mesadas) para suprir suas dúvidas.

O risco inerente é que essas fontes informais nem sempre ofereçam orientação completa ou correta, o que pode perpetuar equívocos: por exemplo,

mesmo entre os que reconhecem a relevância de poupar, não é garantido que o façam de modo planejado, especialmente se não recebem apoio no ambiente escolar ou familiar para praticar o controle financeiro. Essa situação implica que, embora os estudantes tenham perfil motivado para aprender (como demonstra o alto reconhecimento dos efeitos positivos da educação financeira), faltam-lhes estruturas pedagógicas e familiares consistentes para consolidar esse aprendizado.

Nesse contexto, a influência familiar se apresenta como um elemento ambíguo. Os dados não apontam de forma clara que as famílias estejam complementando o ensino, de fato a pesquisa ressalta a predominância de fontes digitais e pessoais em vez do apoio de pais e professores. Em muitos lares, faltam tradições de diálogo sobre finanças ou envolvimento dos jovens na organização do orçamento doméstico. Isso significa que o estudante interessado em finanças depende muito de iniciativa própria ou de conteúdos acessados na internet.

Como decorrência, observa-se nos hábitos de consumo dos alunos certa desordem: embora não tenhamos estatísticas detalhadas neste estudo, a combinação de baixo domínio prático e pouca orientação familiar sugere que nem todos mantêm rotinas de economia ou planejamento de gastos. Essa constatação reforça a conclusão de que a formação financeira não deve ficar restrita à sala de aula, mas sim promover a participação ativa da família e a aplicação de conhecimentos no cotidiano dos jovens.

Em suma, os dados revelam um hiato significativo entre a percepção de importância da educação financeira e a proficiência real dos alunos nos aspectos práticos dessa área.

De um lado, os estudantes valorizam conceitos como orçamento e investimento, reconhecendo seu impacto na vida futura e na redução de desigualdades sociais, mais de 56% entendem que a falta de educação financeira agrava tais desigualdades. De outro, o baixo índice de acertos em conteúdos específicos aponta falhas no processo de ensino-aprendizagem. Tal contradição evidencia que é urgente articular estratégias pedagógicas mais eficazes: por exemplo, além das aulas teóricas, incluir exercícios práticos de elaboração de orçamento, simulações de decisões de compra e uso de aplicativos de gestão financeira pode ajudar os jovens a transferir o conhecimento teórico para situações reais.

É igualmente recomendável promover debates em sala de aula sobre cenários cotidianos (como taxas de juros e inflação) e envolver profissionais do mercado para tornar o aprendizado mais concreto. A participação da família também deve ser estimulada, por meio de formações e atividades que criem um diálogo financeiro em casa, fortalecendo o que se aprende na escola. Esses encaminhamentos pedagógicos alinhados aos dados da pesquisa indicam caminhos para preencher as lacunas identificadas, preparando os estudantes de Caraguatatuba para lidar de forma mais consciente e competente com seus recursos financeiros no futuro.

Por fim, o estudo apresenta algumas limitações e aponta caminhos para pesquisas futuras. O instrumento principal de coleta de questionários autoaplicados possibilitou mensurar o conhecimento de forma objetiva, mas impôs vieses típicas de respostas fechadas e não capturou motivações ou percepções subjetivas dos alunos. A amostra foi composta por estudantes do ensino médio da rede pública estadual de Caraguatatuba-SP, o que limita a generalização dos resultados para outras cidades, redes de ensino ou níveis escolares.

A metodologia quantitativa e transversal (coleta em um único semestre e sem grupo de controle) impede avaliar mudanças no comportamento financeiro ao longo do tempo. Portanto, recomenda-se que estudos subsequentes ampliem as amostras incluindo diferentes escolas (públicas e privadas) e realidades socioeconômicas, adotem métodos qualitativos (entrevistas em profundidade, grupos focais) para aprofundar a compreensão das atitudes e barreiras dos alunos, e desenvolvam pesquisas longitudinais ou experimentais. Essas abordagens permitiram avaliar o impacto de programas de educação financeira em diferentes contextos, identificar quais métodos pedagógicos (jogos, oficinas práticas, simulações, etc.) são mais eficazes e incorporar boas práticas de sucesso de outros níveis de ensino à realidade local.

Em suma, embora os estudantes de Caraguatatuba demonstrem interesse e entendimento básico sobre finanças pessoais, persiste uma lacuna entre essa percepção e o conhecimento prático adquirido. Os resultados reforçam a necessidade de estratégias pedagógicas consistentes e de instrumentos de pesquisa diversificados para preencher as lacunas identificadas e aprimorar a educação financeira desses jovens.

REFERÊNCIAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Perfil e comportamento do investidor brasileiro 2023. São Paulo: ANBIMA, 2023. Disponível em: <https://www.anbima.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Panorama dos Investimentos 2022. São Paulo: ANBIMA, 2023.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Relatório Anual do Mercado de Capitais 2022. São Paulo: ANBIMA, 2023. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/relatorio-anual-do-mercado-de-capitais.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Dados da educação financeira: investidores iniciantes 2023. São Paulo: ANBIMA, 2023.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. CDBs e sua participação no mercado de renda fixa 2023. São Paulo: ANBIMA, 2023.

ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital. Relatório Setorial 2023. São Paulo: ABVCAP, 2023. Disponível em: <https://www.abvcap.com.br/relatorios>. Acesso em: 02 jul. 2025.

ASSUNÇÃO, Késia Oliveira. Educação financeira na escola: uma proposta para o ensino fundamental II. 2022. Monografia (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

B3. Mercado de Ações: Guia Prático. São Paulo: B3, 2023. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/mercado-a-vista/guia-pratico/. Acesso em: 03 jul. 2025.

BANÇO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais. Brasília, DF: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária 2022. Brasília, DF: BCB, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional: Guia do Investidor. Brasília, DF: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedin>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BANCO PAN. CET: o que é Custo Efetivo Total e como calcular. São Paulo: Banco Pan, 2022. Disponível em: <https://www.bancopan.com.br/blog/educacao-financeira/cet-o-que-e-custo-efetivo-total-e-como-calculiar>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. Investments. 10. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2014.

BUTERIN, Vitalik. The Merge: Ethereum's transition to Proof-of-Stake. Ethereum Foundation, 2022. Disponível em: <https://ethereum.org/en/upgrades/merge/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CNN BRASIL. Endividamento das famílias sobe para 77,6% em abril. São Paulo: CNN Brasil, 07 maio 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/endividamento-das-familias-sobe-para-776-e-m-abril-diz-cnc/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Cartilha do Investidor de Renda Variável. Rio de Janeiro: CVM, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/protecao/cartilhas>. Acesso em: 03 jul. 2025.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Estudo sobre perfis de investidores: suitability e comportamento no mercado brasileiro. Brasília, DF: CVM, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. MBA em Finanças de Impacto & ESG – Programa. São Paulo: FGV Educação Executiva, 2023. Disponível em: <https://educacao-executiva.fgv.br/cursos/live/mba-live/mba-em-financas-de-impacto-esg>. Acesso em: 02 jul. 2025.

FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC. Cobertura de Depósitos e Créditos. São Paulo: FGC, 2023. Disponível em: <https://www.fgc.org.br/cobertura>. Acesso em: 03 jul. 2025.

FIPE – Fundo Instituto de Pesquisas Econômicas. Índice FIPEZAP: Valorização Imobiliária em Capitais 2023. São Paulo: FIPE, 2023. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt/indices/fipezap/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. Princípios de administração financeira. 13. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Inep amplia acessibilidade em provas do Enem e Encceja 2023. Brasília, DF: JC Concursos, 2023. Disponível em:

<https://jcconcursos.com.br/noticia/brasil/inep-amplia-acessibilidade-em-provas-do-en-em-e-enceja-2023-veja-o-que-muda-111320>. Acesso em: 02 jul. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Barômetro da infraestrutura brasileira 2023. Brasília, DF: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Dados do PISA 2022 mostram baixa proficiência em literacia financeira entre estudantes brasileiros. Reddit (usuário em r/brasil), 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/brasil/comments/1dqp692>. Acesso em: 02 jul. 2025.

RECEITA FEDERAL. Incentivos fiscais em debêntures. Brasília, DF: Receita Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ROSA, Amanda Gabriele da. Educação financeira no ensino médio: uma análise da percepção dos estudantes sobre o tema. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVA, Bruno Araujo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação financeira: um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. Research, Society and Development, Teófilo Otoni, v. 12, n. 6, e16212642125, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.42125. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42125>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SPC BRASIL. Endividamento: saiba como transformar a sua realidade financeira. São Paulo: SPC Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/blog/endividamento>. Acesso em: 02 jul. 2025.

TESOURO NACIONAL. Tesouro Direto: Guia do Investidor. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br>. Acesso em: 03 jul. 2025.